

# CANUDOS

PALAVRA DE DEUS · SONHO DA TERRA

Benjamin Abdala Jr.

Isabel Alexandre

(organizadores)

MINISTÉRIO  
DA CULTURA



Secretaria do Livro e Leitura



BOITEMPO  
EDITORIAL

EDITORA  
**senac**  
SAO PAULO



# CANUDOS

PALAVRA DE DEUS  
SONHO DA TERRA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Canudos: palavra de Deus sonho da terra / Benjamin Abdala Junior, Isabel M. M. Alexandre (organizadores).

– São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 85-7359-018-1

1. Brasil - História - Guerra de Canudos, 1897

2. Fotografias - Canudos (BA) 3. Conselheiro, Antônio, 1828-1897

4. Cunha, Euclides da, 1856-1909 5. Messianismo - Brasil I. Abdala Junior, Benjamin, 1943- II. Alexandre, Isabel M.M.

97-3117

CDD-981.0521

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Canudos: Guerra: Brasil: História 981.0521

2. Guerra de Canudos: Brasil: História 981.0521



# CANUDOS

PALAVRA DE DEUS  
SONHO DA TERRA

Benjamin Abdala Junior  
Isabel M. M. Alexandre  
(organizadores)

**BOITEMPO**  
EDITORIAL



© Benjamin Abdala Junior e Isabel M. M. Alexandre (organizadores), 1997

Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo

*Presidente do Conselho Regional:* Abram Szajman

*Diretor do Departamento Regional:* Luiz Francisco de Assis Salgado

Editora Senac São Paulo

*Gerência:* A. P. Quartim de Moraes

*Coordenação editorial:* Marizilda Lourenço

*Assistência editorial:* Izilda de O. Pereira

*Capa:* Marina M. Watanabe e Sidney Itto

*Projeto gráfico e editoração eletrônica:* Escritório Brasileiro de Artes

*Fotos:* Ed Viggiani, Agência Tempo de Fotografia

*Impressão e acabamento:* Gráfica e Editora Bartira

ISBN 85-85934-94-8 (Boitempo)

ISBN 85-7359-018-1 (Senac)

1ª edição: setembro de 1997

1ª reimpressão: outubro de 2001

2ª reimpressão: janeiro de 2002

Direitos de publicação

© 1997 Boitempo Editorial

Rua Euclides de Andrade, 27 – Sumarezinho

CEP 05030-030 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3875-7250 – Fax: (11) 3875-7285

E-mail: [editora@boitempo.com](mailto:editora@boitempo.com)

Site: [www.boitempo.com](http://www.boitempo.com)

© 1997 Editora Senac São Paulo

Rua Dr. Vila Nova, 228 – 4ª andar

CEP 01060-970 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 236-2135 – Fax: (11) 256-5781

## SUMÁRIO

|                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Apresentação .....                                                                          | 7   |
| 1. O sertão virou mar ou o rebaixamento do que se eleva ...<br><i>Renato Janine Ribeiro</i> | 11  |
| 2. Sobrevoando Canudos .....                                                                | 21  |
| <i>Rodrigo Lacerda</i>                                                                      |     |
| 3. Messianismo na caatinga .....                                                            | 43  |
| <i>Barbara de Leonardis</i>                                                                 |     |
| 4. Tróia de taipa: de como Canudos queima aqui .....                                        | 57  |
| <i>Francisco Foot Hardman</i>                                                               |     |
| 5. No mundo dos homens, na ordem de Deus .....                                              | 67  |
| <i>Adilson Odair Citelli</i>                                                                |     |
| 6. Canudos como cidade iletrada: Euclides<br>da Cunha na <i>urbs</i> monstruosa .....       | 89  |
| <i>Roberto Ventura</i>                                                                      |     |
| 7. Cartas de Euclides no ano da guerra .....                                                | 103 |
| <i>Walnice Nogueira Galvão</i>                                                              |     |
| 8. Canudos 100 anos depois .....                                                            | 119 |
| <i>Janice Theodoro</i>                                                                      |     |
| 9. Canudos – as vozes perdidas .....                                                        | 137 |
| <i>Jerusa Pires Ferreira</i>                                                                |     |
| 10. A Guerra de Canudos na poesia popular .....                                             | 149 |
| <i>José Calasans</i>                                                                        |     |

## APRESENTAÇÃO

*Canudos – Palavra de Deus Sonho da Terra* é um título que sintetiza e aponta o caráter dos textos desta publicação, que têm como motivo recorrente o messianismo e a questão da terra em Canudos.

O sonho manifesta-se enquanto forma de poder da palavra, como pode ser verificado na voz dos críticos aqui reunidos: poder místico-religioso de Antônio Conselheiro, que prega pelas margens do Estado brasileiro; poder das leis da república laica, cujo “código do cidadão” só seria aprovado quinze anos depois, após uma década de discussões gramaticais...

Enquanto “palavra de Deus”, o discurso de Antônio Conselheiro procurou articular o reino do “céu” (paraíso perdido) com o mundo áspero, gretado, do sertão. Em oposição a essas perspectivas direcionadas para a verticalidade da condição humana, os discursos e a prática política da então nova república procuravam impor-se ao conjunto do território brasileiro mirando-se em horizontes tão extensivos quanto os latifúndios de suas bases políticas rurais: os coronéis.

Há um sentido de atualidade nessa recuperação crítica de Canudos. Os conflitos da terra alastram-se hoje por todo o país, quando são

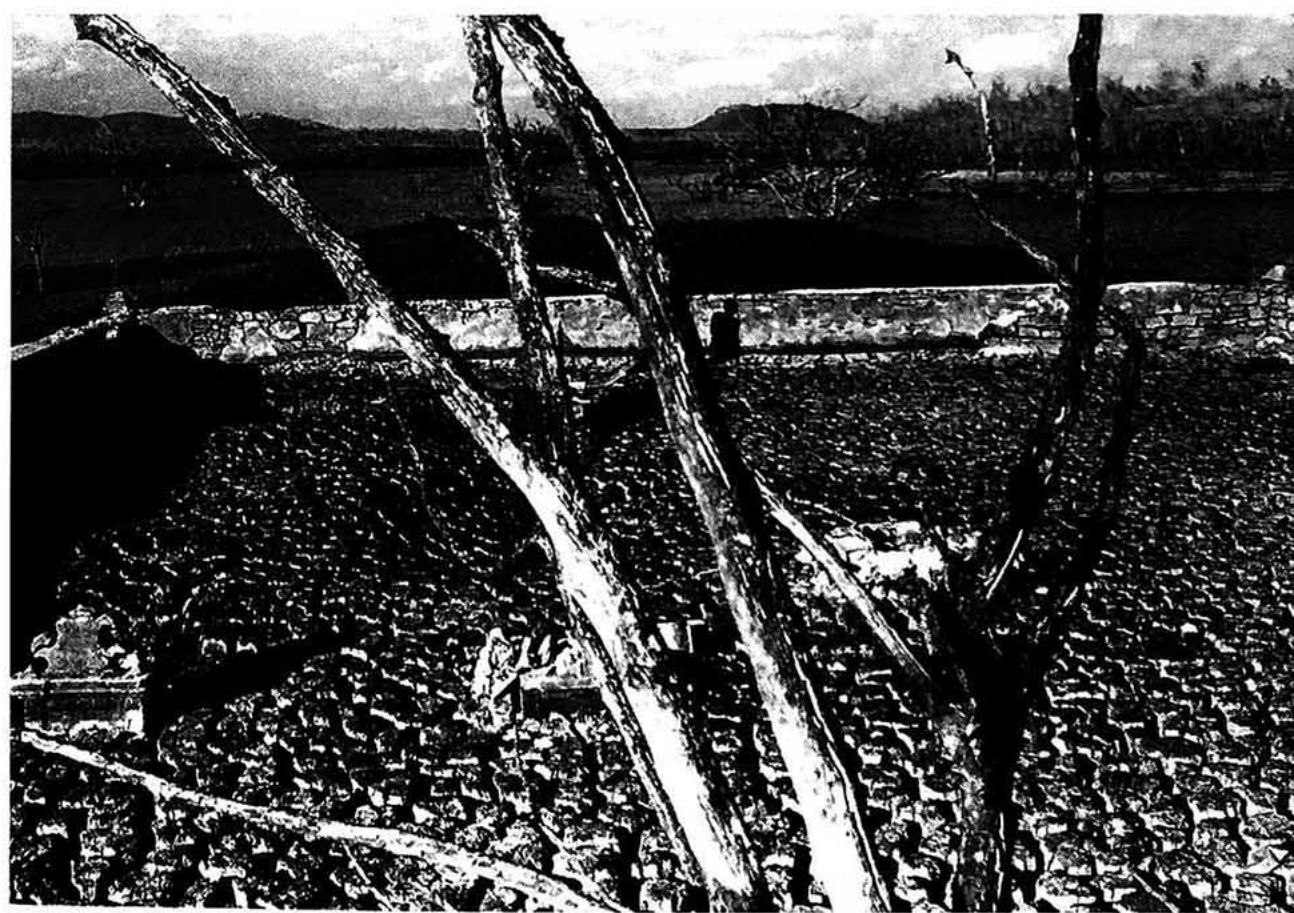
reduzidas as distâncias entre os dois Brasis, próprios do século XIX: o Brasil do litoral e das grandes cidades que dialoga com o estrangeiro e o Brasil provinciano ainda sensível a apelos comunitários de caráter teocêntrico.

Talvez se possa afirmar que se os canudenses, atraídos simbolicamente por nuvens celestiais, davam as costas para o mar, o mesmo não puderam fazer em relação ao latifúndio. Os coronéis não toleraram a concentração de nuvens no Belo Monte, pela fuga da mão-de-obra, esvaziando-se assim suas propriedades. Sobrevieram então os ventos do litoral – sempre incapazes, na história do país, de compreender o interior – e os sonhos de Canudos foram destruídos, permanecendo, entretanto, na memória, sobretudo através de uma obra fundadora – *Os sertões*, de Euclides da Cunha –, e também das manifestações da cultura popular nordestina.

*Canudos – Palavra de Deus Sonho da Terra* parte da imagem de que a história, encoberta pelas águas do açude de Cocorobó – originário do represamento do rio Vaza-Barris na época da ditadura militar –, emerge, sobretudo diante de situações de carências – da seca, da terra. Como se sabe, as secas que costumeiramente assolam o Nordeste fizeram com que aflorassem ossadas, muros, crânios, etc., dos tempos dos arraiais – a “Tróia de taipa” destruída na guerra e a segunda Canudos, inundada pelas águas do açude. Da carência física, a imagem remete à carência mais geral do Brasil do sertão, onde está ainda colocado, de forma enfática, o problema da posse da terra.

Benjamin Abdala Junior  
Isabel M. M. Alexandre  
organizadores





Ruínas do Cemitério da 2ª Canudos. Açude de Cocorobó, Canudos - BA, out./1996

1

O SERTÃO VIROU MAR  
OU  
O REBAIXAMENTO DO QUE SE ELEVA

Renato Janine Ribeiro\*

Um país como o Brasil exige, para ser conhecido, que se repense o estatuto do acidente, do fortuito, da anedota. Isto significa ir a contrapelo do que foi a grande revolução nas ciências sociais no correr dos anos 50 e 60, tendo na renovação da sociologia talvez seu maior feito, e que passou pela compreensão das estruturas em detrimento do episódico, da impressão, da conotação. Um pensamento mais bem-fundado cientificamente assim se substituiu à tendência, antiga em nosso país, ao ensaísmo, à improvisação, no conhecimento em geral e em particular no conhecimento de si. Daí que perguntas que se fundavam na excepcionalidade ou, pelo menos, na singularidade da experiência brasileira fossem descartadas, em favor de um estudo mais sério e denso, em conformidade com a melhor linhagem da grande teoria em ciências sociais. Isso tudo significou, vê-se, uma razoável redução do papel que teve, em décadas anteriores, a busca de um autoconhecimento da nação em termos semiliterários, de que uma obra como *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado,

---

\* Professor de Filosofia da Universidade de São Paulo.

constitui bom exemplo e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, um grande meio exemplo (já que, por outro lado, é uma obra de perfil universitário).

Vivemos hoje, ou melhor, hoje se torna nítido que desde alguns anos vivemos uma retomada desse elemento interpretativo em relação ao país. Evidentemente, os que assim trabalham não se sentem simples herdeiros do que seria o ensaísmo impressionista do passado. Mas sentem que, ante o declínio dos grandes modelos de estruturação da experiência social, tem cabimento um recurso ao que chamaríamos as humanidades, num campo que, antes, parecia haver-se tornado domínio do que convém denominar as ciências humanas. Em outras palavras: um movimento chegou ao auge com o estruturalismo e em certa medida uma releitura do marxismo, no qual se salientou o papel das ciências humanas, entendidas como rompendo com uma tradição ensaística que teria, nas grandes divagações das humanidades, seu (mau) paradigma, e reciclando-se, estas mesmas ciências humanas, a partir de novos modelos de aparência “dura”, o da lingüística para os estruturalistas, o da economia para os marxistas, etc. Na volta do pêndulo, contudo, as humanidades se libertaram da pecha da divagação e forneceram, entre outros elementos pela expansão do conceito de narrativa, meios para se pensar o que antes competia às ciências humanas – concorrendo, inclusive e essencialmente, para reformular estas últimas. Não é, portanto, que as ciências humanas hoje recuem, em favor das humanidades; mas é que a escrita literária se revelou portadora de mais elementos para se pensar o mundo do que se acreditou naquelas décadas em que se apostava numa linguagem científica depurada, denotada.

O que tem isso a ver com Euclides da Cunha? Duas coisas. A primeira é que foi ele um dos primeiros e mais marcantes autores nossos a pretender um conhecimento científico, rigoroso, de nossa realidade; e o intentou numa obra literária que, a justo título, se situa no cânone da literatura brasileira. Aqui há o que podemos chamar de um paradoxo constitutivo de sua obra, ciência que se faz literatura. Para Euclides, o republicanismo não quer dizer apenas o repúdio às formas autoritárias do Império, a uma tradição que portava pouco, ou nenhum, futuro. Ele significa a abolição da escravatura, relações de trabalho mais honestas – indo até aderir ao socialismo –, uma renovação radical da sociedade. Para efetuar tal mudança, é estratégico mudar os paradigmas usados para pensar o social. Este, o papel do pensador: articular filosofia, ciência,

literatura. O esmero na escrita, que às vezes a torna difícil ao leitor de nossos dias, parece-me ser a resposta localizada a uma preocupação de alcance global, que une atividades ou propostas tão diferentes entre si quanto a demarcação das fronteiras amazônicas e o concurso para professor de filosofia no melhor colégio brasileiro. Essa preocupação é a do progresso, que deverá redimir o país de suas pesadas âncoras no atraso. Aí está, certamente, a admiração pelo major Sólon, seu sogro, ou aquela, mais mitigada, por Floriano Peixoto, o presidente jacobino. Ao mesmo tempo, porém, uma formação e uma seriedade intelectuais raras tornam nosso autor capaz de reavaliar suas convicções, e o fazem passar, do jacobino padrão que vê em Canudos “a nossa Vendéia”, àquele escritor que revelará não só a extensão do massacre mas, sobretudo, o descaso que o centro do poder, a capital litorânea, sente pelo enorme sertão. A descoberta do Brasil interiorano, se não o leva a abandonar a aposta no progresso (Euclides nada tem de multiculturalista), faz, porém, que refine seus instrumentos conceituais, à diferença de tantos dos seus contemporâneos, que continuam, como aliás sempre sucede, a reinterpretar os fatos e as experiências à luz de teorias ou teses que por eles passam impunes, ilesas, incólumes.

O segundo ponto é mais difícil de se afirmar, porque ele implica, justamente, um corte com o cientificismo euclidiano. Pode, é certo, partir do que convém chamar o paradoxo constitutivo de uma leitura do país que se pretende científica e resulta numa obra-prima literária. A ciência redundou em literatura. Tanto que, desde o ginásio, somos estimulados a saltar “A terra” e passar diretamente a “O homem”. Mas essa opção de leitura o que significou, até um certo tempo atrás, senão a irônica retomada pelo *establishment* literário – isto é, pelo vago ensaísmo – daquilo que procurava excedê-lo? Teríamos assim o Euclides da Academia, ou, para recordar do que foi capaz o poder conservador das letras, aquele autor que, só superado por Camões enquanto paradigma de análise sintática, constituía o terror dos estudantes, obrigados a lê-lo como modelo de um português que ninguém mais falava ou escrevia em nosso país.

É possível, porém, entender essa conversão da ciência em literatura de modo positivo, e não mais como a retomada, pelas estruturas de poder mais conservadoras de nossa língua, daquilo que anseia por rompê-las. Isto exigirá, evidentemente, o recurso a conceitos e convicções que já não são os de Euclides, mas que podem operar uma interessante releitura de sua obra. E aqui retorno às linhas iniciais deste artigo: talvez o signi-

ficativo, hoje, nas ciências humanas e sociais seja a validação, à luz das humanidades e em especial da escrita literária, do anedótico, do episódico, do narrado. Por ser pouco representativo, este modo de texto havia sido contestado em favor de algo mais quantificável – como se a poesia e seus assemelhados, por serem excepcionais, tivessem que ceder lugar à prosa e a sua rotina, por serem, estas, mais freqüentes. Com a desqualificação do gênio, apostou-se na média e em seus avatares, o que, por sinal, muito bem se vê na estatística, que afinou excelentes instrumentos para modular melhor as regularidades da experiência humana.

Mas o que podemos dizer, hoje, é que essa desqualificação do genial, ao contrário do que acreditava, continuava compartilhando, ainda que pelo avesso, a mitologia romântica segundo a qual o gênio é, rigorosamente, excepcional. E se não for esta a forma pela qual o leremos? Em vez de contrapormos a repetição prosaica à exceção genial, poética, devemos pensar que a *poiesis* adensa o social. E é aqui que o narrado volta a ser representativo, significativo. O episódico passa a exigir ser tomado em seus próprios termos.

Exemplos dessa atitude temos em toda uma série de releituras do Brasil, como as que privilegiam a experiência mas procuram, ilustradas por uma série de referenciais, entre os quais os da psicanálise e da análise literária, nela divisar algo de mais essencial. Penso, por exemplo, na temática de Guimarães Rosa, com seu complexo e recorrente enfrentamento do letrado e do jagunço, em que ambos se embaralham, porque a fala sertaneja pode ser mais preciosa que a do próprio homem culto (como saber, quando o lemos, o que é culterano, o que é popular? – ou melhor, o que ele constituiria como um e como outro?); mais que isso, com seu constante enfrentamento das letras e do mundo, de que é excelente mostra “O recado do morro”, em que a própria natureza parece, por uma sucessão de ouvintes, expressar-se, até que a mensagem final é traduzida, para o protagonista do conto e para o leitor, por um poeta.

Aqui, finalmente, entra o que pode ser decisivo numa releitura de Euclides. Se tudo o que se tem por accidental for considerado, rigorosamente, como necessário ou, pelo menos, significativo: se os elementos “externos” à obra perderem sua exterioridade e forem relidos como intrínsecos a algo mais amplo que o simples texto; se o horizonte da obra sair de sua simples singularidade para integrar sua fortuna, ou seja, a história que ela engendrou. A título de hipótese, elenco agora algumas questões que poderia ser enriquecedor elaborar.



Primeira questão, e talvez mais terrível, o destino que a administração pública deu, em tempos da ditadura militar, à cidade do Belo Monte. Uma barragem, destinada a armazenar água naquela região sabidamente seca, cobriu a cidade. A profecia do Conselheiro se terá tornado realidade: o sertão virou mar. Ora, o que quer isso dizer? Antes de mais nada, que toda a memória do mais célebre genocídio de nosso povo fez, literalmente, água. Poucos anos atrás, uma seca revelou, despontando em meio ao lago artificial, construções carregadas da memória daquele massacre. Não vivemos, no Brasil, uma constante renegação do passado, um interminável fazer de nossa experiência uma recorrente *tabula rasa*?

Além disso, o recorte tecnocrático – fundado nas necessidades – foi o que determinou este, como tantos outros açudes e barragens. Ora, a tópica do Conselheiro não é a da necessidade, mas a do desejo. O que ele prometia aos seus, se era a redenção deste mundo da necessidade e da carência, por isso mesmo remetia a um mundo mais puro, o dos anjos que o carregam (ver o fim de *A guerra do fim do mundo*, de Vargas Llosa) para o céu. Esse mundo é de anseios, de desejo. Belo Monte, aliás, é um nome significativo: o alto será submergido nas águas, o belo subtraído ao olhar, mas, sobretudo, a promessa milenarista será apagada no planejamento. Essa é toda uma forma que podemos dizer rotineira, padronizada, de lidar com o que excede os padrões tacanhos, autêntico leito de Procusto em que um uso acanhado da razão busca enquadrar o *pathos* desmedido que se converte em projeto de mudança radical.

Essa, a forma pela qual, quase um século depois, os militares aliados aos tecnocratas dos anos 1960-80 arrematariam aquilo que seus antecessores, militares aliados aos positivistas dos anos 1890, haviam iniciado. Mas há outros engates da história ulterior na passada. E estes se referem, sobretudo, a Euclides.

Que dizer de seu trágico destino? Sem dúvida, está fora de questão explicar-lhe a obra pela vida. Não que isso seja, de todo, errado; se o estilo é o homem, como se dizia há trezentos anos, relações existem. Mas a explicação que vai da vida à obra, ou do assim chamado contexto ao texto, é empobrecedora por excelência. Ela, por princípio, faz-se reducionista. Concebe a obra como mais ou menos estática, efeito de causas que a antecedem. O que nesse modo de leitura é insatisfatório está em relacionar o texto a uma história prévia que ele retrataria, e que seria sua causa, da qual portanto ele forçosamente só poderia ter consciência limitada: por isso mesmo a literatura sempre seria um gênero menor em face



das ciências sociais, estas, sim, aptas a retratar com precisão o social. Mas é evidente que tal rebaixamento da literatura só pode resultar de ter ela sido posta, já de princípio, como uma possível fotografia estática de um social estático, ambos, além do mais, em relação de exterioridade.

Em vez disso, o que se pode e deve buscar na literatura é a história que ela engendra: mais o seu futuro do que o seu passado. O futuro de uma obra a ela pertence, por variado e mesmo imprevisível que seja. É nele que se atesta o quanto ela foi produtiva. A perspectiva que criticamos ressalta, na obra, suas limitações – aquilo que ela não enxergou, num contexto social que se considera dado. Já esta salienta, inversamente, num mundo social entendido como em constante movimento, o que a obra foi capaz de gerar. O *parti pris* é portanto o da riqueza, o da produção, o do trabalho da obra, e não o da sua insuficiência. Mas esta não é apenas uma concepção do que é a obra. Menos ainda se trata de uma defesa do literário contra o seu exterior. Trata-se, isto sim, de uma forma de repensar o social mesmo, o “exterior”, o que antes se chamava “contexto” – e de recusar-lhe um caráter estático ou compartimentado. Ao se entender, pois, a obra como gerando algo, o que mais se entende é, na verdade, o social como um movimento, como produção constante.

Se estas considerações forem pertinentes, será plausível pensar a vida de Euclides partindo de sua obra. O que seu destino triste e doloroso significará para um projeto que lapidou tanto *Os sertões* quanto a expedição amazônica e, quem sabe, ainda o seu drama familiar? Sei que aqui toco questão delicada, ou pelo justo pudor que nos evita conferir-lhe demasiado destaque, ou pelo fato de que toda uma tradição de má qualidade se dedicou a histórias mais ou menos escabrosas, sensacionalistas, em torno dos autores. Foi contra isso que o estruturalismo exigiu que se trabalhasse a obra mesma. Mas, assim, ele deixou de lado a produtividade da obra. E, aqui, a sugestão não remete ao sensacionalismo da crônica policial, mas à hipótese de que um escritor construa também sua vida como uma obra. Seus projetos têm algo de relacionado entre si. O que terá sido, então, esse desenlace trágico para o projeto de conhecer o Brasil?

Porque *Os sertões* foram, por muito tempo, a maior e mais significativa empresa de conhecer o Brasil de que dispusemos. Por que, perguntávamos antes, um trabalho de ciência histórica, geográfica e social necessita realizar-se enquanto obra-prima literária? Primeira questão. Mas, além disso, por que a sua relativa solidão, por longo tempo, nesta

síntese da narrativa e do conhecimento científico? Segundo ponto, que atesta a dificuldade de prosseguir nesta terrível autocrítica a um país que, extrovertido, voltado para a Europa, renega o seu interior. E, finalmente, a morte de Euclides, numa crônica policial de periferia, numa história de amor doído, de certa forma tange o destino de sua obra, se por esta entendermos não *Os sertões* do cânone, mas o projeto mais denso de conhecer e transformar o país. Se fosse literatura, a vida de Euclides teria uma lógica clara, a do fracasso – no plano pessoal – de um projeto que excede o indivíduo, porque diz respeito ao país. Mas esta lógica da leitura, que aplicaríamos a ele se – repito – sua vida fosse um romance, por que não se pode aplicar a ele do mesmo modo, já que, encerrada, uma trajetória de vida adquire uma densidade própria? E não estará aí, justamente, um dos traços mais penosos de nossa existência nacional? Sistemáticamente, e já o mostrava Machado de Assis, projetos de alcance maior se desagregam em picuinhas. O pessoal, no que tem de mais medíocre ou mesquinho (no caso, o ciúme, o desastre amoroso), destroça propostas que o ultrapassem. Obras de destaque são, ou eram naquela época, discutidas em termos de sua sintaxe e colocação pronominal. Um projeto de código civil era debatido, no Congresso, em termos de sua redação em bom ou mau português. Um rebaixamento sistemático, e tão sistemático que quase o diríamos planejado, eis o que arrasa, em nosso país, o que se alça. Isso, talvez, tenha arrasado Euclides. E certamente foi o que fez submergir o Belo Monte.





João Régis, 80 anos, filho de sobrevivente da guerra. Canudos - BA, out./1996

## SOBREVOANDO CANUDOS

Rodrigo Lacerda\*

Os primeiros anos após a proclamação da República, em 1889, foram de extrema indefinição e agitação na vida brasileira. Ao Sul, teve início a Revolução Federalista, em 1893. Nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro, eclodiu uma rebelião na Marinha. Ao Norte, desde 1872, em torno da figura do padre Cícero Romão Batista, um movimento aliava conteúdo religioso a reivindicações de ordem social.

A passagem do regime monárquico para o republicano foi um momento propício para que alguns projetos de sociedade alternativos e minoritários ganhassem expressão. Essa efervescência estava indiretamente ligada à concessão de maior autonomia aos Estados, dada pela nova Constituição, e à ruptura dos equilíbrios políticos regionais que existiam durante o Império. Com o novo sistema eleitoral, de voto não obrigatório e não secreto, as oligarquias de cada Estado viram-se obrigadas a redefinir seu jogo de forças, não apenas no sentido de uma substituição no poder, mas inclusive redefinindo o perfil dos poderosos.

---

\*Historiador, editor e escritor.



Também a reforma do sistema fiscal contribuiu para essa rearmagem das forças políticas no interior dos Estados. Com a República, uma parcela maior dos impostos foi revertida aos municípios. Estes, em contrapartida, ficaram encarregados de proceder à arrecadação de forma direta, para tristeza dos contribuintes espalhados pelas regiões pobres. A ampliação da parte dos impostos atribuída aos municípios, somada às novas responsabilidades arrecadadoras das oligarquias municipais, e mais a desigualdade social, a precariedade dos instrumentos democráticos, a virtual inexistência de serviços sociais, contribuíram decisivamente para o fortalecimento daquilo que se convencionou chamar de "coronelismo".

Situados na unidade administrativa que servia de base tanto à conformação política quanto à financeira de cada Estado, os coronéis funcionavam como fontes importantes de dinheiro e de votos, que revertiam aos governos estaduais. Seu poder era relativizado apenas pelos próprios governadores, de quem dependiam para beneficiar seus "currais eleitorais", e por algumas correntes políticas de natureza essencialmente urbana, sobretudo a dos jacobinos, republicanos radicais centrados no Rio de Janeiro, provenientes da baixa classe média e de pequena parte do operariado e do Exército.

A essência do projeto republicano era descentralizar a administração, o que, num primeiro momento, deu margem a um federalismo exacerbado, no qual se estabelecia uma competição feroz entre os Estados.

Apoiados pela opinião pública, os militares eram identificados com o caráter progressista do sistema republicano, ainda que desde 1889 viessem governando ditatorialmente o Brasil. Mas foi no mandato de Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil a tomar posse, em 1894, que os eventos no longínquo arraial de Canudos, um lugar perdido no sertão da Bahia, a nada menos que 700 quilômetros de Salvador, refletiram de forma peculiar todos os elementos da política brasileira da época.

A Bahia havia sido um dos Estados mais prejudicados com todas as mudanças pelas quais passava o Brasil. O Estado se ressentia de seu moroso desenvolvimento industrial, de sua acanhada base econômica e de um alto índice populacional. Vivia, em resumo, um momento de estagnação nas finanças e de empobrecimento geral. Além disso, a nova forma de operação do sistema fiscal e político criara divisões no interior das elites baianas. E, como se tudo isso já não bastasse, o final do século XIX ficou marcado por um rigoroso ciclo de secas que atingiu

sem piedade o interior do Estado, criando seriíssimas dificuldades para a economia açucareira.

A história de Antônio Conselheiro começou em 13 de março de 1830, dia de seu nascimento, em Santo Antônio do Quixeramobim, Ceará. No registro, ganhou o nome de Antônio Mendes Maciel. Seu pai era um ex-boiadeiro que enriquecera, dado a rompantes de violência, a reincidentes crises de alcoolismo, e que vivia então como comerciante sertanejo de médio porte. Sua mãe, Maria Maciel, foi a segunda esposa do pai e a responsável pela rígida disciplina religiosa que Antônio e suas duas irmãs receberam na primeira infância. Recebeu igualmente dos pais sua primeira educação. Os relatos que existem descrevem-no como um menino tímido e estudioso, de aparência fraca e pálida, apesar da tez morena. Quando tinha apenas seis anos, morreu-lhe a mãe. O pai, por sua vez, mergulhou num longo processo de decadência, que compreendeu uma série de reveses comerciais, e terminou perdendo-se de vez no alcoolismo. Apesar dos pesares, o menino freqüentou o colégio, onde recebeu uma instrução melhor que a da maioria.

Aos 25 anos Antônio perdeu o pai e tomou posse do pouco que havia sobrado do patrimônio familiar. Em 1857 casou-se com uma prima de quinze anos, analfabeta. Endividado, hipotecou a casa e vendeu tudo o que o pai lhe tinha deixado. Tornou-se professor na Fazenda Tigre, a algumas léguas de Quixeramobim. Tentou o ramo do comércio, mas faliu. Foi balconista, foi rábula.

Supõe-se que teve um filho em 1859, mas, afora a cultura oral, não há documentação que comprove isso. Um segundo filho nasceu em 1860, em Tamboril, cidade próxima dali. Tempos depois, Antônio foi abandonado pela mulher, que fugiu com um amante. Remete a essa fase de sua vida a lenda, infundada, de que Antônio teria acidentalmente matado a própria mãe. Segundo a crença popular, a mãe de Antônio o teria advertido de que, todos os dias após ele sair de casa, um homem vestido de preto era visto entrando e saindo pela janela do quarto de sua esposa. Antônio teria ficado de tocaia, observando, e ao enxergar o vulto negro que saía de dentro de seu quarto o teria alvejado mortalmente a tiros de espingarda. Em seguida, tirando-lhe o disfarce, teria descoberto o cadáver da mãe.

Um ano após a fuga da esposa, Antônio deixou os filhos sob a guarda de sua sogra. Mudou-se então para o Crato, trabalhando como um mascate itinerante que acompanhava pastores evangélicos em suas

erranças pelos sertões. Ao longo do ano de 1862, teve um terceiro filho, cuja mãe era uma artesã de Santa Quitéria. Entre 1867 e 1868, presumivelmente, continuou em seu trabalho de vendedor ambulante. Residiu em Várzea de Pedra de 1869 a 1871, quando foi processado por dívidas não pagas. Depois disso, seus rastros desapareceram até 1872, quando ressurgiram em São Mateus, no Ceará, onde já vivia da caridade pública e levava vida de penitente.

Vagou nos anos seguintes pelos sertões de Pernambuco. Em 1874, na Bahia, já era identificado como “Irmão Antônio” ou “Antônio dos Mares”. Além de religioso, era considerado sábio, daí o título de “Conselheiro”, que foi cunhado nessa época. Já o seguiam alguns fiéis na oportunidade em que foi preso, na vila de Itapicuru de Cima, acusado de haver matado a mãe. A polícia enviou-o de volta ao Ceará. Comprovada sua inocência, foi posto em liberdade e retomou suas peregrinações.

Proveniente de uma população cujo catolicismo era em boa dose autodidata e inserido numa tradição de penitência autoflagelante, característica dos pregadores leigos que erravam pelo sertão, Antônio Conselheiro praticava jejuns prolongados e levava uma vida de absoluta retidão moral. Em 1876, suas atividades foram assim descritas pela *Folhinha Laemmert*, um anuário do Rio de Janeiro: “Apareceu no sertão no norte um indivíduo que se diz chamar Antônio Conselheiro e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos. [...] Vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões que reúne, onde lhe permitem os párocos; e, movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto”.

Tido como orador fascinante e de voz sonora, o Conselheiro pregava um estoicismo messiânico – baseado na frugalidade e na esperança de uma redenção divina –, por meio de sermões usualmente iniciados com algumas frases em latim e que alternavam momentos de forte cadência rítmica com outros de entonação tranqüila, beatífica. Apesar do caráter hermético de algumas de suas prédicas, costumava abordar temas diretamente ligados à vida dos sertanejos: as dívidas, a moralidade, o Governo e o destino de cada um. Em certos momentos, deixava-se ficar extático diante da platéia, como se em transe. Essa era também a sensação que seus sermões inspiravam aos espectadores. Um sobrevivente de Canudos disse que, ao ouvi-lo, “parecia inté que a gente tava em riba das nuve (voano pro céu)”.

Para quem vinha das cidades, em vez de placidez espiritual, o Conselheiro transmitia inquietude. O tenente-coronel Durval Vieira de Aguiar, que o encontraria anos mais tarde, apenas insinuou o próprio estranhamento: "... sujeito baixo, moreno, acaboclado, de barbas e cabelos pretos e crescidos, vestido de camisolão azul". Mas seu "exterior misterioso" ficou registrado nos jornais do Rio e dos demais centros urbanos do litoral. Euclides da Cunha, em boa parte responsável pela repercussão do episódio de Canudos, foi explícito ao descrever um "anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa, face escaveirada, olhar fulgurante". De fato, a essa altura da vida, o Conselheiro adquirira uma compleição esquelética e, além do camisolão, vestia um chapéu de abas largas, calçava sandálias, apoiava-se num bordão e tinha às costas um surrão de couro com livros religiosos e material para escrever.

Por serem os quadros da Igreja insuficientes para zelar pela população mais afastada dos grandes centros, Antônio Conselheiro movimentava-se com liberdade e era bem-recebido por onde passava, pregando e organizando mutirões para a construção ou reconstrução de igrejas e cemitérios, bem como para a construção de cisternas, pequenas represas, etc. Costumava ser bem-vindo mesmo nas vilas onde residiam membros do clero regular, e há inúmeros depoimentos de padres atestando a pureza de suas pregações, que, segundo eles, em nenhuma questão teológica contradiziam a religião oficial. De acordo com alguns contemporâneos, no entanto, essa receptividade dos padres era movida pelo medo de alguma reação dos fiéis, que em grande número acorriam a seus sermões e que poderiam se revoltar caso o Conselheiro fosse impedido de falar. Não obstante, até então, não tinha havido nenhum registro de violência cometida pelo Conselheiro ou promovida em obediência a um comando seu.

Até 1882, ele cruzou os sertões da Bahia, de Pernambuco, Sergipe e Ceará sem conflito direto com instituições políticas ou religiosas. Nesse ano, contudo, o arcebispo de Salvador enviou uma carta a todos os párocos da Bahia proibindo que concedessem ao Conselheiro o direito de pregar em suas paróquias. Essa iniciativa não era dirigida exclusivamente ao Conselheiro, estando inserida no contexto mais amplo da reforma episcopal iniciada alguns anos antes pelo papa Pio IX (1846-78), que visava reafirmar o controle dos bispos sobre suas jurisdições e eliminar, por mais remota e menos controvertida que fosse, qualquer corrente heterodoxa dentro da comunidade católica. Ainda assim, mui-



tos padres continuaram a receber o missionário sertanejo, talvez por medo de seus jagunços, mas com freqüência por acreditarem nos propósitos religiosos dele.

Em 1886, nova carta pastoral incitou os padres a proibirem as pregações do Conselheiro. Data desse mesmo ano o ofício encaminhado pelo delegado de Itapicuru ao chefe de polícia da Bahia, no qual era relatado um desentendimento entre os conselheiristas e o vigário local. No ano seguinte, o arcebispo de Salvador voltou a acusar o Conselheiro e seus fiéis de pregarem "doutrinas subversivas".

Com sua circulação dificultada pelo crescente cerco eclesiástico, o Conselheiro fundou uma primeira cidade santa, em 1890 ou 1891. Instalando alguns seguidores nas fazendas abandonadas Dendê de Cima e Dendê de Baixo, no sertão da Bahia, ele esboçou um modelo de vida comunitária, tendo iniciado a criação coletiva de cabras e galinhas, além de construir uma igreja e algumas cisternas. O nome desse primeiro assentamento conselheirista era Bom Jesus, e ficava a 217 quilômetros de Salvador. Imediatamente, um grande afluxo de sertanejos começou a chegar e logo Bom Jesus se tornava o centro do Município de Crisópolis. Não se sabe como, quando ou exatamente por que esse primeiro arraial foi abandonado.

Foi em 1893 que os conselheiristas cometeram seu primeiro ato indiscutivelmente subversivo, o qual muito os comprometeu junto às autoridades laicas de Salvador. Ao passarem por uma pequena vila baiana, ironicamente chamada de Bom Conselho, o Conselheiro incitou a população local a enfrentar a cobrança direta de impostos, levando-a a incendiar publicamente as tábuas em que estavam afixados os editais de cobrança. Foi a partir desse acontecimento que Canudos passou a ser tema de discussões na Câmara dos Deputados da Bahia.

Será sempre controvertida a exata dose de anti-republicanismo contida nos atos e nas pregações de Antônio Conselheiro. A queima dos editais de cobrança dos impostos parece realmente sinalizar nessa direção. Também a separação entre Igreja e Estado, promovida pelo advento da República, era impensável na sociedade ideal pregada por sua teologia e posta em prática nos dois assentamentos que fundou. No entanto, muitos analistas ponderam que, se existia realmente, a rejeição ao sistema republicano era não a base de sua visão política e social, mas sim a consequência de suas crenças e das piores condições de vida no sertão, após o advento da República. O poder crescente dos coronéis, a cobrança

excessiva de impostos das classes menos favorecidas, o caráter laico dos casamentos e dos registros de nascimento e de óbito, estes, sim, eram motivos de forte desagrado para o Conselheiro e seus fiéis. Os motivos que poderiam fazê-los rejeitar o novo regime eram, portanto, ligados às dificuldades e às rearrumações da vida cotidiana que ele provocou, sem que a preservação da figura imperial, no âmbito simbólico, e do poder mediador que os imperadores exerciam, no âmbito político, fossem indispensáveis a sua concepção de sociedade. De qualquer forma, os republicanos mais aguerridos da época, os jacobinos, usaram o episódio de Canudos como ponto de honra ideológico, de modo a justificar a radicalização do processo de transformação sócio-política, e, no mínimo, ajudaram a criar a fama de monarquista que o Conselheiro adquiriu.

Após a queima dos editais, teve início uma gradual aproximação do alto clero do Estado, já francamente contrário aos conselheiristas, com as oligarquias coronelistas baianas, a partir de então incomodadas pelo potencial de desobediência civil dos fiéis sertanejos.

Saindo de Bom Conselho, Antônio Conselheiro e mais aproximadamente duzentos fiéis retiraram-se para o Norte, perseguidos por uma força de polícia de trinta praças. Foram alcançados na localidade chamada Masseté, onde se deu o primeiro combate propriamente dito entre as forças regulares, derrotadas, e os conselheiristas, vencedores. Sua fuga então prosseguiu, novamente à procura de um lugar mais protegido para a fundação de uma cidade santa. Escolheu o dito lugar ainda no ano de 1893. Lá existira antes um rancho, incrustado num vale no sertão da Bahia, a 700 quilômetros de Salvador, localizado entre os rios Vaza-Barris (ou Irapiranga) e Itapicuru e cercado por escarpas que permitiam excelente defesa natural, entre elas a Cana Brava, a do Poço de Cima, a Cocorobó, a Vermelha, a do Vigário e a do Angico.

Recomeçaram as pregações sobre uma terra santa no meio do sertão. Seu nome era Belo Monte, ou Canudos, apelido este que remetia, no entender de alguns, ao nome de uma espécie de cachimbo de barro, de 1 metro de extensão, usado pelos sertanejos do local.

À medida que corria a notícia da existência de um novo assentamento conselheirista, as multidões afluíam rumo a Canudos. Em apenas dois anos, tornou-se a cidade mais populosa da Bahia, reunindo aproximadamente 5.200 domicílios, entre casas e casebres. As estatísticas apontam, no auge do assentamento, para um total de 25 mil a 35 mil

residentes, entre homens, mulheres, velhos e crianças, bastando para isso que houvesse uma média de cinco pessoas em cada uma das casas. Não resta dúvida de que a maior parte dessa população era de típicos sertanejos, pobres, pardos e iletrados. Quanto à presença indígena em Canudos, ainda falta um estudo mais aprofundado, porém um médico que acompanhou a expedição disse, em suas memórias, ter visto muitos soldados feridos com flechas. Mas parte considerável da população residente era formada por famílias de posses, muitas vezes não formalmente integradas às atividades religiosas de Antônio Conselheiro, mas que vendiam seus bens e se retiravam para a próspera cidade.

Na época, a explicação que a imprensa e a maioria da população urbana encontraram para essa enorme migração foi, pura e simplesmente, o fanatismo religioso e a proteção de bandidos contra os braços da lei. Mas Canudos não era nem de longe um simples refúgio para fanáticos, criminosos foragidos e índios selvagens. Além dos talentos carismáticos do Conselheiro e do eventual passado criminoso de algum seguidor dele, vários fatores contribuíram para tamanho afluxo populacional. Eis quatro importantes: 1) a presença ameaçadora do sistema coronelista; 2) as pressões das dificuldades econômicas; 3) a perseguição da Igreja a todas as práticas religiosas não ortodoxas; 4) a fertilidade de Canudos, que, além dos rios, oferecia água em açudes e poços, estes caváveis no chão com simples cacimbas, ou nas pedras porosas de suas escarpas, raras no resto do sertão mas presentes no vale.

Como da outra vez, os conselheiristas iniciaram, em regime de trabalho coletivo, a construção de sua cidade sagrada. Reservatórios de água, escolas, armazéns, depósitos de armas e, naturalmente, duas igrejas, a Igreja Nova e a do Bom Jesus, cuja obra, entretanto, nunca chegou ao final. Começaram a criação de animais, além de algumas culturas, que nem sempre eram somente de subsistência. Não se deve imaginar que conselheiristas e simpatizantes vivessem inteiramente isolados, apesar das proteções naturais do vale e do caráter peculiar da sociedade que se constituiu em Canudos. Havia constante comunicação entre eles e os povoados do outro lado das montanhas.

O desenho de Canudos era primitivo. Uma rua principal, a Campo Alegre, o atravessava do começo ao fim. No mais, consistia num denso emaranhado de ruelas tortuosas. As casas e casebres de taipa, quase todas idênticas, tinham um só andar, em geral com apenas dois cômodos, e telhados de cobertura vegetal ressecada; as casas de telhas, pouquíssimas,



eram sinônimo de *status*. Ligando as casas por baixo da terra, vários túneis foram encontrados. Devem ter servido de depósito ou esconderijo, mas não se sabe se já existiam no plano original da cidade ou se foram construídos mais tarde, especialmente para enfrentar o cerco militar.

No que dizia respeito ao cotidiano, Canudos era uma cidade na plena acepção da palavra. As transações comerciais faziam parte da vida, inclusive com os povoamentos vizinhos. As moedas nacionais circulavam livremente e tinham seu valor absolutamente reconhecido. Além das atividades agrícolas de subsistência, o povoado abrigava comerciantes estranhos à comunidade, que ali exerciam sua profissão como se em qualquer outra vila. Havia pleno direito à propriedade privada, sendo os bens mais valorizados a terra, o gado e a moradia. A desigualdade social era aceita e tida como natural. Os despossuídos, em contrapartida, alimentavam-se da produção extraída das áreas, rebanhos e manufaturas coletivos que existiam. A pobreza era considerada injusta e odiosa, mas seus males poderiam ser superados graças à religião.

O Conselheiro representava o ponto máximo da hierarquia de poder em Canudos. O líder espiritual dedicava-se às suas obras e pregações, servindo como modelo de comportamento e ditando os preceitos morais exigidos no arraial. Seu braço direito se chamava João Abade. Nas reuniões político-administrativas, era o representante da autoridade que emanava do Conselheiro, e ainda cumpria a função de chefe de sua segurança pessoal. O posto ocupado por João Abade era o de "comandante de rua".

Usualmente, concorda-se que o Conselheiro recusava ser visto como santo, ou profeta, ou divino de qualquer maneira, e que o epíteto de "conselheiro" denotava intencionalmente sua condição de homem de carne e osso. Assim o nome do cargo de João Abade. No entanto, o conteúdo messiânico presente nos sermões e nas práticas de Antônio Conselheiro é evidente, o que torna difícil precisar em que medida o papel de João Abade possuiria, ao menos oficiosamente, uma conotação "sacerdotal". Sabe-se que, abaixo dele na hierarquia da sociedade canudense, alguns cidadãos mais influentes e com acesso ao Conselheiro eram sugestivamente chamados de Apóstolos e que a milícia comandada pelo próprio João Abade, a segurança pessoal do Conselheiro, recebia nomes de conotação religiosa explícita, como Guarda Católica ou Companhia do Bom Jesus.

Outra nuança que seria desejável, outra que jamais será atingida com perfeição, refere-se ao grau de veracidade nas acusações de banditismo

imputadas aos conselheiristas, incluindo assaltos a vilas e cidades, que os fazendeiros de uma ampla zona em torno de Canudos registraram às dezenas. A imprensa da época foi incapaz de fornecer avaliações imparciais desse e de alguns outros temas relacionados com Canudos, enfatizando exageradamente os argumentos dos setores contrários aos sertanejos, fossem os coronéis, a população urbana ou os militares.

Quanto à atuação da imprensa, vale ressaltar, no entanto, que o personagem Antônio Conselheiro foi alvo de inúmeras reportagens, alusões e mesmo propagandas nos jornais a princípio baianos e depois de todo o país, e isso muito antes de Canudos. A campanha militar também recebeu ampla cobertura – pois Canudos foi o primeiro acontecimento dessa importância sobre o qual as notícias puderam ser transmitidas via telégrafo. Apesar de suas limitações históricas, juntamente com *Os sertões* de Euclides da Cunha, foi a imprensa responsável pela marca profunda que Canudos causou na consciência nacional.

Data de 1895 o primeiro livro escrito por Antônio Conselheiro, *Preceitos*, uma reunião de comentários sobre o Novo Testamento. Em 1897, já durante o último confronto com o Exército, Antônio Conselheiro escreveria um segundo livro, intitulado *Tempestades que se levantam no coração de Maria por ocasião do mistério da Anunciação*.

Ainda no ano de 1895, o arcebispo de Salvador enviou a Canudos uma delegação pastoral com o objetivo de recolocar o rebanho do Conselheiro sob o controle da Igreja. Tiveram recepção cordial e total liberdade para pregar, em praça pública, durante os dias que lá ficaram. Mal-sucedidos, tudo indica que tenham saído de lá por livre e espontânea vontade. No entanto, a versão comunicada pelo arcebispo às autoridades estaduais foi a de que teriam sido ridicularizados por uns e ameaçados por outros, até finalmente serem expulsos. Esse episódio, embora duvidoso, parece ter esgotado a paciência da Igreja oficial com o pregador dos sertões.

Já as autoridades laicas da Bahia utilizaram outro pretexto para justificar a primeira ação direta contra os conselheiristas, acontecida em 1896. Oficialmente, ela ocorreu devido a um desentendimento comercial entre canudenses e um fornecedor de madeiras de Juazeiro. A administração central de Canudos já havia pago antecipadamente a mercadoria, que, entretanto, não lhe foi entregue. Imaginando que o Conselheiro e seus seguidores – todos em Canudos e, portanto, a 200 quilômetros de Juazeiro – reagiriam com violência ao ser informados

da quebra de contrato, e visando conter o êxodo da temerosa população local, o município de Juazeiro solicitou a proteção do Governo Estadual. Sabe-se que a família do então governador da Bahia, Luís Viana, era proeminente na região de Juazeiro; e o coronel que requereu o envio das tropas, o coronel Pereira e Melo, era um aliado importante dos Viana. Mas não havia em seu pedido nenhuma explicação sobre o desaparecimento da madeira. Segundo o registro de Euclides da Cunha, a notícia da iminente chegada das tropas acelerou o êxodo dos residentes de Juazeiro, ao contrário do que seria de se esperar.

Assim como nesse incidente, os conselheiristas são freqüentemente descritos como amedrontadores. Muitas são as menções ao uso ostensivo de armas que faziam, o que explica o temor dos contemporâneos. Mas não seria o porte de armas e facões algo corriqueiro nos sertões do final do século passado? Até que ponto os seguidores do Conselheiro representavam uma ameaça à paz pública? Onde há fumaça, há fogo, ao menos em tese, ainda que se deva desconfiar da documentação oficial emitida na época. Mas esse é outro ponto que permanecerá controvertido.

Porém, mais do que a pressão da Igreja, mais do que uma simples questão comercial ou um discutível desrespeito à segurança pública, o que de fato parece ter levado o governo baiano a declarar guerra a Canudos foi seu papel desestabilizador na composição das forças produtivas de uma área imensa, que se estendia não apenas pelo sertão baiano, mas alcançava o Sul de Sergipe. Atraída pelas promessas de redenção espiritual e de proteção social que emanavam do vale, a mão-de-obra normalmente resignada e dócil abandonava as fazendas dos proprietários rurais e terminava por ameaçar o equilíbrio econômico da região.

O governo enviou ao vale uma força de cem praças, em outubro de 1896. Sem conhecerem a topografia do percurso que os levaria de Juazeiro a Canudos, os soldados foram obrigados a contratar guias entre os jagunços da cidade. No segundo dia de marcha forçada, através de um deserto escaldante, chegaram em Lagoa do Boi. Lá encontraram alguma água, mas constataram que os poços e as fazendas das redondezas estavam abandonados. Em Uauá, um vilarejo miserável próximo dali, decidiram acampar.

Durante a noite, porém, enquanto os soldados dormiam, toda a população abandonou a cidade e boa parte dela fugiu rumo a Canudos, onde chegou na manhã seguinte, dando o alerta. No dia 21 de outubro, entoando cânticos e segurando estandartes em formação de procissão, a

Guarda Católica saiu do vale para enfrentar seus inimigos, armada tanto de mosquetes e facões quanto de ícones religiosos e imagens de santos. Sabe-se que ela reunia algumas centenas de homens, mas as versões existentes falam de mil, de quinhentos ou mesmo trezentos. Também não se sabe exatamente qual o número de mortos entre os seguidores de Antônio Conselheiro. Ainda assim, as dez baixas e os dezesseis feridos entre o contingente policial o obrigaram a bater em retirada.

As notícias veiculadas pela imprensa inflamaram a opinião pública nas capitais do litoral. Luís Viana, o governador da Bahia, ligou para o presidente em exercício, Manuel Vitorino, pedindo ajuda. Vitorino, agindo sem o consentimento de Prudente de Moraes, que se encontrava acamado, determinou pela primeira vez o envio de contingentes regulares do Exército numa expedição a Canudos. Isso ocorreu durante o ano de 1897. Comandados pelo major Febrônio de Brito, perfaziam um total de 543 soldados, que partiram de Monte Santo rumo ao vale em 12 de janeiro. Entre eles iam catorze oficiais, dois cirurgiões e dois canhões.

Logo no início da jornada, ao saírem de seu acampamento em Frei Apolônio de Todi, foram cercados pelos jagunços conselheiristas sob as ordens de João Abade. Bateram em retirada de forma humilhante. O Exército, principal responsável pela implantação do novo regime, fora desafiado pelas movimentações ao modo das guerrilhas executadas pelos sertanejos.

O sistema de segurança do arraial baseava-se sobretudo no profundo conhecimento que seus defensores tinham da região e não apenas em seu aspecto topográfico. Vigias armados postavam-se em todas as entradas do vale, batedores eram enviados às redondezas e uma eficaz rede de informações ficava permanentemente alerta, a fim de que Canudos estivesse preparado para um eventual próximo ataque. Os homens eram divididos em pequenos grupos armados, que se movimentavam rápida e sorrateiramente para atacar de surpresa. Além disso, como defesa, os canudenses haviam espalhado a destruição num raio de 10 quilômetros do arraial, com sítios e fazendas queimados, poços aterrados, etc.

Alguns registros mostram que Antônio Conselheiro não era uma unanimidade entre os residentes de Canudos. Muitos não o perdoaram por haver decidido enfrentar o Exército, outros o acusaram de passividade política, que o teria impedido de obter alianças que viabilizassem a manutenção do arraial. Seja como for, não há traço de insurreição organizada contra sua autoridade ou contra seus representantes e comandantes militares.



A terceira expedição foi organizada literalmente a toque de caixa, em menos de um mês. Partiu entre fevereiro e março de 1897, comandada pelo general Antônio Moreira César. Este havia ganhado notoriedade entre os militares, ainda um jovem, pelo assassinio de um jornalista que ofendera a corporação. O crime, ainda que imbuído de um heroísmo delirante, provocou seu afastamento até a tomada do poder pelo Exército, quando da proclamação da República. Em 1893, havia debelado a revolta no seio da Marinha, ocorrida no porto do Rio de Janeiro. Sua passagem por Santa Catarina, durante a Revolução Federalista, determinou em última instância o imenso prestígio de Moreira César nos meios militares. Para entender por que, basta dizer que voltou de lá com o apelido de "Marechal de Ferro". Interveio nesse Estado com brutalidade, aprisionando inocentes, pilhando seus bens e autorizando a execução de oficiais, entre eles um herói da Guerra do Paraguai.

Na aparência, Moreira César não correspondia à sanha de seu temperamento e a sua arrogância. Era baixo, gordo, sem qualquer virilidade física e ainda tinha pernas tortas. Mesmo assim, no imaginário da época e das páginas dos jornais, constituiu a única figura capaz de polarizar com o caráter imensamente carismático do Conselheiro.

Essa terceira expedição contava com 1.300 homens. Durante a jornada, Moreira César foi acometido por uma crise epiléptica, sem entretanto deixar que isso atrasasse a chegada à frente de batalha. A autoconfiança sem limites de Moreira César aparentemente contagiou a todos e os levantamentos dos engenheiros militares acabaram sendo feitos sem o devido cuidado; as apurações sobre a oferta de água, o perfil do terreno e as condições do solo ao longo do trajeto foram levianas, tomando por base indicações imprecisas fornecidas pelos habitantes das vilas e dos povoados por onde passavam. Desprezando os constrangimentos do relevo e do clima, Moreira César imprimiu uma marcha acelerada através do árido sertão, exaurindo suas próprias tropas. Os carros com suprimentos atolaram na areia, os poços não puderam ser abertos por inadequação do material levado.

Já nas proximidades do arraial, ao acordarem após uma noite de descanso, os soldados encontraram fogueiras e restos de comida nas vizinhanças de seu acampamento, o que indicava terem eles sido observados pelos conselheiristas sorrateiramente. Acamparam no meio do dia e foram surpreendidos por uma repentina tempestade que molhou seus equipamentos e os atolou na lama. Em meio às atrapalha-

ções quase patéticas da expedição, alguns homens a cavalo foram vistos se aproximando e o pânico rapidamente se espalhou entre os soldados. Para sorte do Exército, eram jagunços a mando de um proprietário de terra da região, com novos suprimentos. Os soldados retomaram a marcha, na forma de uma coluna com quilômetros de extensão. Todas as dificuldades enfrentadas, segundo relatos de participantes, não haviam sido suficientes para diminuir o otimismo das tropas e a arrogância de seu general.

Quando as tropas legalistas alcançaram a Fazenda Pitombas, os conselheiristas atacaram. Terminado o tiroteio, Moreira César e seus batalhões avaliaram erradamente o poder de fogo do inimigo, subestimando-o. Partiram novamente em marcha acelerada rumo ao arraial. Moreira César, ainda penando com os efeitos da epilepsia, ordenou que seus homens avançassem com velocidade até as montanhas Umburunas, já ao alcance das balas inimigas. Os soldados chegaram ao monte Favela, de onde se via o emaranhado de ruelas que formava a cidade.

Quatro canhões foram apontados na direção do arraial e logo começaram a bombardeá-lo, destruindo algumas casas e iniciando incêndios em alguns pontos. Os conselheiristas reagiram apenas com um traiçoeiro silêncio. Homens portando rifles foram vistos entrando e saindo dos prédios públicos do arraial, enquanto mulheres e crianças buscavam abrigo atrás das paredes da nova igreja.

A infantaria atacou com ampla cobertura, mas de forma atabalhoada e imprudente. As ruelas que se multiplicavam, estreitas e tortuosas, acabaram favorecendo a defesa do arraial, se é que não haviam sido construídas daquela forma exatamente com essa intenção. Logo impediram que a artilharia do Exército, do alto dos morros, identificasse quem era quem no coração da refrega, e obrigaram-na a cessar o fogo. Além disso, mesmo quando as sólidas estruturas de taipa tombavam perante o canhoneio, seus escombros atravancavam a movimentação dos invasores, facilitando as emboscadas promovidas pelos comandantes conselheiristas e tornando os soldados alvos fáceis para os franco-atiradores estrategicamente espalhados pelo arraial. Já pressentindo a derrota, Moreira César ordenou a carga da cavalaria, que entretanto foi prejudicada pela resistência dos cavalos em penetrar na névoa de sangue e pólvora que pairava sobre Canudos.

A história registra, além de João Abade, alguns outros líderes militares importantes entre os canudenses. Entre eles Pajeú, caboclo forte e



alto; Pedrão, mestiço excepcionalmente alto; Joaquim Macambira, que morreu ao tentar capturar um dos canhões trazidos pelo Exército.

A noite havia caído. As tropas, exaustas, bateram em retirada, atirando-se à caatinga desordenadamente. Horas mais tarde, contrariando a determinação de seu febril e debilitado general, os oficiais sobreviventes votaram pelo retorno à capital. Com sua disciplina interna dilacerada, os soldados foram facilmente caçados pelos conselheiristas enquanto recuavam, ou simplesmente fugiam, largando para trás suas armas, seus feridos e até o corpo do próprio Moreira César, enfim liquidado pela epilepsia. O general foi encontrado e queimado pelos conselheiristas. Também acabou morrendo o oficial que tomara a liderança da expedição, Pedro Nunes Tamarindo, que, ao ser ferido, pediu a seus homens que o executassem.

A terceira expedição resultou num desastre total. Não só foi derrotada, mas deixou para trás enorme quantidade de armamento e munição. Deixou também prisioneiros e desertores em poder dos conselheiristas, que seriam postos para treinar os jagunços em táticas militares.

Nas três primeiras expedições, percebe-se uma tendência a subestimar a capacidade que o arraial tinha de resistir. Se sua população era de fato tão grande, como os militares poderiam imaginar que ganhariam a guerra facilmente? Seria isso apenas o resultado inevitável da presunção das classes urbanas e dos militares, que se sentiam como o lado positivo numa luta da Civilização contra a Barbárie?

Há quem pense diferente. Segundo uma versão menos aceita entre os historiadores, os números disponíveis a respeito da população de Canudos foram majorados pelo próprio Exército, como uma desculpa para seus fracassos. Como cidade propriamente dita, dona de população residente e fixa, Canudos seria bem menor do que o até hoje convencional. Outra explicação para a impressão geral de densidade demográfica – que o Exército insistia em ignorar, e sem nenhuma explicação plausível que não sua própria autoconfiança – seria a existência de um fluxo populacional que ia e vinha da cidade, lá aparecendo e dormindo nos dias de pregação do Conselheiro, mas residindo nos povoados da redondeza. Dessa forma, Canudos seria em parte um povoado-dormitório. Para os historiadores que acreditam nessa corrente revisionista, não seria possível ao vale, por mais fértil que fosse, alimentar por volta de trinta mil pessoas. A tradição historiográfica predominante, porém, confirma as fabulosas proporções do arraial, tanto no número de casas quanto no de residentes.

O novo trauma militar caiu como uma bomba no coração da República nascente e da opinião pública dos principais centros urbanos do país. Enquanto isso, a figura de anticristo que Moreira César assumira diante dos sertanejos, após a derrota, era cantada com certa ironia pelos poetas populares. Como, por exemplo, na quadra a seguir:

Moreira César,  
Quem foi que te matou?  
Foi a bala de Canudos  
Que o Conselheiro mandou?

Ou então nos versos:

Capitão Moreira César  
Nó de cana caiana,  
Tomou chumbo nas Queimada  
Foi morrer nas Umburana.

Capitão Moreira César  
Foi à guerra e não venceu;  
Está com oito que vence  
Nos nove arubu comeu.

Capitão Moreira César  
Chama-se bota lombriga,  
Pois o chumbo é bom prugante  
Pra limpeza da barriga.

No Sul, a opinião pública sentiu-se ultrajada pela desfaçatez dos canudenses. Alguns jornais monarquistas foram incendiados, um gerente de dois deles, José Gentil de Castro, foi assassinado por republicanos sedentos de vingança. Idêntico foi o sentimento entre as classes políticas. Há um movimento geral de engajamento na luta contra os jagunços de Antônio Conselheiro, que afrontavam a República brasileira.

Esse ir e vir de tropas sertão adentro e de jornalistas em seu rastro, pousando em cidades de índice populacional muitas vezes decrescente, fazia a alegria dos comerciantes. O mesmo acontecia em Salvador, onde os fornecedores de gêneros alimentícios e armamentos faturavam alto com o conflito. Mas a presença dos soldados, simultaneamente, era constante motivo de arruaças e desobediências civis. No sertão, Canudos continuava atraindo sertanejos para suas fileiras.

Enquanto isso, uma quarta ofensiva era organizada. Levou três meses para que ficasse pronta para o combate, reunindo 25 batalhões de linha,

além da cavalaria, dos canhões e mais 3 mil homens, que perfaziam um total de 6 mil a 10 mil soldados, variando conforme a fonte. Isso equivalia a algo próximo à metade do efetivo nacional e, em termos de comparação, significava mais homens do que os enviados à Guerra do Paraguai.

A quarta expedição partiu para Canudos em junho de 1897. O próprio ministro da Guerra, marechal Bittencourt, assumiu a função de responsável pela logística das tropas, que deveriam estar sempre em contato com as bases e sempre sendo supridas dos víveres e equipamentos necessários. Dois fatores contribuíram para que essa expedição tivesse melhor sucesso que as anteriores. Em primeiro lugar, ela contava com milhares de sertanejos uniformizados mais ou menos à força, mas que sempre conheciam a região, estando assim aptos a enfrentar suas mazelas de clima e relevo. Em segundo, a quarta expedição não possuía comando único.

Os milhares de soldados estavam divididos em duas colunas e eram comandados pelas melhores reputações do Exército brasileiro. Entre elas, além do ministro da Guerra, o comandante geral da expedição, o general Artur Oscar de Andrade Guimarães, florianista histórico; Cláudio do Amaral Savaget, que comandava uma das colunas; e João da Silva Barbosa, que encabeçava a outra. A República empenhava todas as suas forças no intuito de apagar as vergonhosas derrotas dos últimos meses.

Ao penetrarem num raio de quilômetros de distância do arraial, o que os soldados encontraram foi o mesmo cenário de completa ruína que tanto assustou os integrantes da segunda expedição. Os corpos dos soldados mortos, à beira da estrada, balançavam pendurados nas árvores. Entre eles o infeliz coronel Tamarindo, sucessor em comando de Moreira César.

O primeiro combate teve lugar em Cocorobó, no dia 25 de junho, envolvendo do lado militar a coluna Savaget. Graças à astúcia de Pajeú, quatrocentos soldados foram mortos impiedosamente, alvejados por balas que saíam de trás de arbustos. O resto das tropas legalistas acampou em Monte Santo. Os enfrentamentos se multiplicaram, com os conselheiristas menos cautelosos em suas movimentações. Agora eles é que pareciam tomados de um excesso de confiança, insuflados talvez pelo respaldo que as armas apreendidas anteriormente lhes poderiam dar. Aqui e ali, o medo tomava conta de alguns soldados, que preferiam desertar. Mas novos contingentes chegavam para substituí-los.

Na esteira dos batalhões, em quantidade substancial, vinham as esposas dos soldados e as prostitutas, que também ficavam nos acampamentos. Havia ainda namoro entre as mulheres do arraial e os soldados.

Um oficial da polícia baiana chegou a pedir permissão do comando para casar com uma delas.

Mas o ódio era o sentimento predominante e a área de conflito se alargava. Os conselheiristas assaltavam as cidades mais próximas e os trens que se dirigiam à estação de Queimadas, no interior da Bahia, repletos de bens comestíveis, rifles, munição e, eventualmente, de novos pelotões de soldados. Traições e deserções de ambos os lados foram registradas. O que definiu a sorte da guerra, indiscutivelmente, foi a capacidade inesgotável do Exército de repor os seus contingentes, que, assim como os conselheiristas, se expuseram a numerosas perdas durante os meses de cerco ao arraial. Pouco a pouco, o cerco foi se fechando.

Mortos de fome e de sede, sofrendo com um número crescente de deserções, alguns conselheiristas aceitaram, em setembro, uma proposta de perdão caso se entregassem pacificamente às forças legalistas. Tratava-se de uma armadilha. Os sertanejos foram separados em dois grupos, um deles constituído por mulheres e crianças. Os homens foram degolados a sangue-frio, diante de suas esposas e filhos, ato só muito depois admitido pelo Exército.

O último e decisivo combate ocorreu no início de outubro, portanto quatro meses após começada a quarta expedição. O Exército, sempre repondo suas forças, havia conseguido tomar a dianteira do conflito, apertando o cerco ao arraial até o limite. As forças canudenses se esvaíram em combate ou em mais deserções.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5 de outubro, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

A famosa descrição que Euclides faz de sua queda, embora excelente do ponto de vista literário, não é fiel. Sobreviveram ao ataque final alguns homens, poucos, e as mulheres e crianças. Mas de uma coisa não há dúvida: o arraial foi inteiramente destruído e incendiado.

Aos olhos da pátria, Canudos simbolizava o atraso, ou mesmo a anticivilização. Sua mera existência abalava a autoconfiança da República que nascia, e que precisaria destruí-lo para crescer forte e saudável. Como vingança, deixou ao Exército uma herança duplamente maldita: a vergonha pelas derrotas e a consciência culpada pelos exageros da vitória final contra os sertanejos.



A data oficial, mas questionável, da morte do Conselheiro é 22 de setembro de 1897. Treze dias depois encerrou-se o conflito. O cadáver de Antônio Conselheiro, um velho de quase setenta anos, foi exumado e degolado, tendo a cabeça seguido para Salvador, de modo a servir de enfeite, na ponta de uma lança, durante a parada comemorativa dos militares.

Nas celebrações pela derrota conselheirista aconteceu o único atentado à vida de um presidente na história da República brasileira. Um soldado que havia combatido no sertão tentou assassinar Prudente de Moraes. O termo "favela", nome de um dos morros que cercavam o vale, ganhou seu sentido atual de ex-combatentes que foram viver num morro carioca; ao menos assim reza a lenda. Ainda que não verdadeiro, esse atalho etimológico talvez nos forneça uma imagem do que Canudos representava de fato, em toda a sua complexidade social.

No decorrer dos anos, construiu-se no vale um segundo arraial de Canudos, que existiu até 1968, quando toda a região foi alagada pelo açude de Cocorobó, que represou o rio Vaza-Barris. A população mudou-se para um local próximo, onde até hoje existe uma cidade chamada Canudos.

Às vésperas do centenário do último combate, que de tantas datas possíveis foi a escolhida para marcar o episódio, o processo de secas quase permanente no Nordeste dos últimos trinta anos fez ressurgirem as ruínas do segundo e também do primeiro arraial de Canudos. Sobrevoando Canudos, hoje, o que se vê é o passado brotando da terra. Vieram à tona cruzeiros, ossadas, muros, crânios e peças de artilharia, para assistir conosco aos festejos.







Bendegó - BA, 1996

## MESSIANISMO NA CAATINGA

Barbara de Leonardis\*

Poderíamos nos aventurar a um exercício de imaginação, registrado por Euclides da Cunha em *Os sertões*<sup>1</sup>, e especular a possibilidade de a campanha de Canudos ter ocorrido em outra região do Brasil, por exemplo, em Mato Grosso. Em ambos os casos, teriam de estar reunidos todos os elementos que fizeram de Canudos uma realidade: um homem como detonador do movimento, uma população como fenômeno, uma geografia hostil, e um país em mutação como pano de fundo.

Existe, sem dúvida, um ponto comum: a geografia. Em Mato Grosso ou na Bahia, ela é onipresente, cenário e protagonista a um só tempo.

Não foi gratuita a introdução geográfica feita por Euclides da Cunha em sua obra<sup>2</sup>; nela, opondo regiões muito diferentes, e para maior compreensão do leitor, descreve uma parte da geografia física do Brasil que “sob o tríplice aspecto astronômico, topográfico e geológico – nenhuma se afigura tão afeiçoada à Vida”. É, portanto, por contraste singular e conspícuo que opõe a imaginação do leitor àquela do sertão: “E o

---

\*Pesquisadora da UNESCO.

observador que seguindo este itinerário deixa as paragens em que se revezam, em contraste belíssimo, a amplitude dos gerais e o fastígio das montanhas, ao atingir aquele ponto estaca surpreendido...”.

### ***A entrada do sertão***<sup>3</sup>

O sertão, mais imaginado que conhecido, é árido para o homem, semi-árido para a geografia. O matiz não é ocioso. As condições físicas são particularmente severas: “terrenos terciários esterilizadores”<sup>4</sup>, cobertos de areia pedregosa, seca. A natureza da caatinga, com sua vegetação xerófila, nua, aparenta estar morta e, contudo, está muito viva, de tal modo adaptada a seu meio ambiente que desenvolveu raízes profundas em detrimento do corpo, que é pequeno. Por outro lado, como outras paisagens desérticas ou semidesérticas, as plantas espinhosas conservam toda a umidade que puderam absorver do meio circundante; seus ramos são como bolsas receptoras que proporcionam alguma margem de auto-suficiência quando não chove, o que lhes permite sobreviver às tórridas secas que regularmente afligem o sertão. As secas que, segundo Euclides, ocorriam entre intervalos previsíveis de nove a doze anos, provavelmente já não seguem este ciclo (estabelecido no século XIX), posto que as condições geográficas e de assentamento humano não são as mesmas<sup>5</sup>. Por ora, no afã de apreender rapidamente a aridez do sertão, cabe assinalar que a camada de solo é muito delgada e o tapete vegetal é pobre, dificultando enormemente a retenção da água<sup>6</sup>. Além disso, a erosão eólica é significativa, já que ataca uma vegetação rala, cuja topografia gretada deteriora-se com o passar do tempo – a menos que se proceda a uma operação de reflorestamento de grande envergadura, extremamente onerosa, cujos resultados não podem ser assegurados de antemão.

A desertificação: novamente obra humana? Os primitivos habitantes da caatinga praticavam a queimada ou caapora, em guarani, “mato extinto”<sup>7</sup>. Quando o número de habitantes é reduzido e o território é vasto, esse sistema de deixar descansar a terra (queima de caiçara, um tipo de arbusto característico da caatinga) pode justificar-se, desde que a terra reúna as condições de fertilidade apropriadas e volte a produzir a sua capa de vegetação. No caso do sertão, cujo clima é particular e apresenta certas características ainda desconhecidas<sup>8</sup>, as conseqüências podem ser devastadoras, uma vez que, se a cobertura vegetal, por ser excessivamente frágil, não resistir ao vento, ao sol e à ação humana, o processo de



desertificação é irreversível. Nos territórios ao sul da região saheliana, na África, o areal instalou-se seguindo esse mesmo processo; hoje é um deserto, com as conseqüências que se conhecem para as populações. Segundo Euclides, a prática do cultivo sobre terras queimadas piorou consideravelmente com a chegada do colonizador.

Com características desérticas – alta temperatura durante o dia e baixa, à noite, sem chegar a ser um ciclo sistemático –, a parte do sertão que nos interessa está situada ao norte do Estado da Bahia, quase entre Sergipe e Pernambuco; é uma zona regularmente açoitada por fortes ventos e chuvas torrenciais, que contribuem para desertificar ainda mais uma natureza mal protegida.

A geografia sertaneja é “hostil e indômita”<sup>9</sup>; cria mecanismos de sobrevivência tanto na própria natureza como nos seres humanos. Esses aglomerados de ossos vestidos de andrajos, com o olhar distante, desconfiado, que nos descreve Vargas Llosa, são os representantes da resistência passiva; aí estão, não morrem. Junto com o seu gado famélico, famílias inteiras se deslocam ao sabor das estações: a seca ou a muito seca.

Não é difícil imaginar que aquelas paragens eram *terra incógnita* para a maioria dos brasileiros, sendo uma das explicações mais imediatas a inexistência de meios de comunicação. Cumpre ressaltar que, à época da saga de Canudos, o Brasil era um arquipélago, em que virtualmente todo o comércio, correio e contato entre as maiores cidades do país se faziam por via marítima. Desde o Descobrimento, era no litoral que se vivia (já não dizia o padre Antônio Vieira, jesuíta do século XVII, que os portugueses *caranguejavam* ao longo do litoral?). Ainda assim, tenha-se em mente que a cabotagem marítima somente se desenvolveu no início do nosso século, ou seja, uns dez anos depois de Canudos. A linha férrea que mais penetrou sertão adentro foi a de Juazeiro, na Bahia: fim da linha. Foi estendida até Queimadas, única e exclusivamente em função da guerra de Canudos, para poder transportar soldados e artilharia. Entretanto, como sabemos, a engenharia militar atinou com a solução tarde demais, pois teve de enfrentar três estrepitosas derrotas antes de concluir que os meios de comunicação são imprescindíveis, não só em tempos de paz, senão e sobretudo nos de guerra.

É, pois, nessa região desolada, aquém da realidade brasileira, que estava localizada Canudos – uns 350 km em linha reta de Salvador, 200 km de Queimadas, Jeremoabo e Tucano, 150 km de Monte Santo e

Juazeiro, 100 km de Uauá<sup>10</sup> –, à margem da atividade semifeudal das grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar e de cacau, cujos interesses, ligados à exportação, estavam definitivamente identificados com o litoral. Calcula-se que de 25 a 50% do sertão é ocupado por fazendas de mais de 1.000 hectares; esses grandes latifúndios, no entanto, impressionam menos quando se retoma o texto do geógrafo francês Demangeot: “é verdade, aqui como noutros lugares, que a noção de superfície das terras tem de ser temperada pela noção da sua qualidade”<sup>11</sup>.

Capital não apenas portuária mas também econômica da região, Salvador era ainda a capital política daquela Bahia atormentada pelas lutas internas que serviram de cenário à Guerra de Canudos. Não obstante, a baía de Todos os Santos estava geográfica, política e culturalmente bem distante do Rio de Janeiro, capital da incipiente República, onde mandavam os jovens oficiais imbuídos de positivismo. O fim da Monarquia, seguindo de perto o gesto generoso (e suicida) da princesa Isabel de libertar os escravos, parecia aos latifundiários da Bahia uma reiterada ameaça geoeconômica, talvez ainda pior que a da Abolição, posto que a República – dizia-se – terminaria com a organização espacial, humana e política que lá reinava, com o *status quo* estabelecido. Ora, nada pior que o desconhecido.

Na própria Bahia, era grande a ebulição política: opunham-se monarquistas e republicanos, ressurgiam velhas querelas pessoais e partidárias, acentuava-se a distância entre a cidade e o campo. Os próceres políticos do Estado uniam-se no temor ao novo sistema nacional, ainda relativamente desconhecido. Para muitos deles, era desconhecido esse outro universo, mais além de Queimadas, última fronteira<sup>12</sup> freqüentada por senhores de engenho, guias, vaqueiros, jagunços, missionários, cangaceiros e habitantes de fazendas como a Canabrava, que englobava a zona de Canudos.

A Igreja, por seu turno, ou não dispunha dos meios ou seguia sua própria política; o fato é que se fazia mais presente nos centros urbanos que nos pobres povoados do *hinterland* sertanejo. Nesses povoados, os párocos cumpriam a sua missão, alguns com mais êxito que outros. Viviam eles também o ingrato exílio do sertão, com a diferença de que poucos eram aceitos pela população local, em parte em função do seu estilo de vida. Era, pois, um duplo exílio, missão dura e solitária, da qual poucos saíam indenes.

Nesse contexto particular que a geografia confere ao ser humano, o sertanejo constitui um mundo próprio, solidário; a escassa comunicação que ocorre nas circunstâncias do cotidiano, ou nas festas, com o auxílio da aguardente, é hermética para o forasteiro, convertido por instantes em objeto de observação. Muros invisíveis erguem-se entre o sertanejo e os outros. “Antes de tudo um forte”, na expressão clássica de Euclides<sup>13</sup>, ele é um ser indomável; embora, em sociedade, seja aparentemente submisso e maleável. É uma forma de resistência passiva.

Existe consenso entre historiadores e geógrafos de que, mormente a época, as condições de vida eram péssimas, as alternativas exíguas e as esperanças de mudança no modo de viver, por assim dizer, nulas. Em períodos de extrema seca e pobreza, quem não opta por engrossar a legião de retirantes e flagelados sobrevive graças às plantas do sertão: xique-xique, carnaúba, umbu. A jurema, outra planta vernácula, é “o haxixe do sertanejo”, segundo Euclides, e lhe permite enganar a fome e a sede, anestesiando-as<sup>14</sup>.

Se tivéssemos vivido aquela realidade, naquela época, e um homem desconhecido, com o dom de se fazer aceitar por sua discrição, seu silêncio espartano e sua frugalidade, dedicado integralmente a transmitir a palavra de Deus, nos anunciasse que o Apocalipse é iminente, que o mundo acabará em poucos anos, e que somente serão eleitos os que fazem parte do rebanho que segue o Pastor<sup>15</sup>, como iríamos nos comportar? Foram muitas e diversas as reações daquela gente; quando Antônio Conselheiro apareceu nos povoados do longínquo sertão, somente as autoridades não tomaram conhecimento.

Antes de prosseguir, devemos sublinhar certos aspectos. O primeiro, é que da história que chegou até nós – escrita pelos vencedores, recorde-se, mesmo porque nenhum cronista registrou a dos vencidos de Canudos – infere-se que o Conselheiro não arengava as massas, atraindo-as abertamente, ou seja, fazendo proselitismo ostensivo, mesmo quando se argumenta que o teor das suas profecias e prédicas tacitamente convidava o povo a segui-lo.

O segundo aspecto refere-se a um dos vaticínios do Conselheiro, que Euclides retoma em *Os sertões*: é o da data mítica de 1900, o final do século, identificado por ele com o advento do fim do mundo. Sem nos aprofundar na análise das crenças e crendices locais, que nos afastariam do tema, podemos deduzir que os habitantes mais pobres daqueles ermos sem lei se encontravam prisioneiros de um dilema; de um lado, eram

vítimas de uma realidade pouco atraente e sem quaisquer perspectivas, de outro, havia uma alternativa de salvação messiânica, ante a qual lhes era fácil ceder. Se entendermos esse messianismo de Antônio Conselheiro como uma "religião dos oprimidos", podemos considerá-lo, como fizeram os seus seguidores, um enviado divino para salvar aquela gente.

Alguns descendentes dos seguidores do Conselheiro foram entrevistados; por meio de seu testemunho oral confirmou-se: os sertanejos encontravam nele um bálsamo para as feridas da alma, conselho para o cotidiano, confiavam-lhe a responsabilidade de resolver os problemas. Alguns, entretanto, não acreditavam nele, dizendo que homem santo faz milagres, não vive "como a gente, comendo feijão e precisando beber água"<sup>16</sup>. Esses últimos optaram por continuar suas vidas no molde de sempre. O fato incontestável é que o Conselheiro difundiu em derredor uma mensagem messiânica<sup>17</sup>.

Separando lendas de história, podemos dizer que Antônio Vicente Mendes Maciel, cognominado o Conselheiro, teve um pai autoritário – quase um asceta, contra quem nunca se insurgiu –, casou-se e separou-se diante de um matrimônio inviável. À trajetória do indivíduo soma-se a do místico a quem foi revelada a fé, um catolicismo excessivo, próximo do que hoje chamaríamos de integrismo, destinando-o a uma nova vida de penitência compartilhada. A esse apostolado veio juntar-se o elemento inesperado dos seguidores em massa, parques no início; pouco depois, um vasto séquito de esfarrapados convertidos pela fé.

O mais provável é que o Conselheiro nunca se tenha proposto chegar onde chegou. Possivelmente um homem em busca de respostas espirituais para seus anseios de justiça, voltou-se para a religião, passando a ser uma espécie de *iluminado*. À medida que os acontecimentos se desenvolviam, foi envolvido e quicá dominado por eles. Com o passar do tempo, envelhecido, terminou por crer no que diziam seus seguidores e por atuar como esperavam que atuasse. Tanto é assim que, tendo ele mesmo esclarecido que não era nem sacerdote nem homem da Igreja, apenas um crente fervoroso, acabou por batizar algumas crianças<sup>18</sup>.

Seria Antônio Conselheiro produto da geografia, calcinada pelo sol e tão sedenta de água como de justiça? Não foi somente isso. Não obstante, toda a história de Canudos está, sem dúvida, intrinsecamente condicionada ao meio físico, na medida em que toda a humanidade é produto de uma mescla de cultura e geografia. Veremos, portanto, desde o momento em que o rebanho de almas e o seu pastor se põem a caminhar até a



destruição final de Canudos, consumada a tragédia, como a natureza permanece onipresente, inimiga por vezes, aliada por outras, opressora e libertadora.

Estabelecendo um paralelo entre a natureza e o homem, a comunidade ao redor do Conselheiro consistia, em sua maioria, de gente pobre; eram anciões, deformados físicos, cangaceiros, entre outros. Havia aqueles que nasceram flagelados e morreriam da mesma maneira, a não ser que algum milagre lhes mudasse a fortuna; os que eram o resultado de secas consecutivas, que haviam acabado com tudo o que possuíam, que lhes haviam matado a família ou grande parte dela. Também estavam presentes os rejeitados das fazendas, que não encontravam outro emprego e não sabiam sobreviver sozinhos no sertão; alguns vinham de muito longe, fascinados pela fama do Conselheiro, que se espalhava de norte a sul. Havia os deformados, objetos de chacota geral e de castigos corporais em seus povoados, atraídos por aquele homem que não os julgava por sua aparência física.

Consta que cangaceiros notórios, como Pajeú e João Abade, incorporaram-se ao rebanho do Conselheiro; fato digno de nota, porquanto gente como eles sabia como sobreviver na caatinga. Aquela era a sua moradia, ali trabalhavam, por assim dizer. Quanto às mulheres, ou optaram por seguir o Conselheiro ou simplesmente acataram as decisões dos seus maridos.

O paralelo entre aquelas pessoas e a natureza reveste-se das mesmas características externas de magreza e austeridade de costumes, da mesma cor ocre da poeira que tudo cobre.

A população heteróclita que chegava a Canudos, burgo escolhido a dedo por Antônio Conselheiro, iria converter-se, com o passar do tempo, numa comunidade homogênea, unida pelo objetivo comum de ouvir as prédicas, cantar, rezar, dedicar-se aos afazeres cotidianos da sobrevivência. Diz Euclides que "(o Conselheiro) não cogitava de instituições garantidoras de um destino na terra. Eram-lhe inúteis. Canudos era o Cosmos"<sup>19</sup>.

Se era verdadeira a descrição dos militares, Canudos não era uma cidade. Era um conglomerado de casas construídas sem ordem nem planejamento, a crescer anarquicamente. À medida que chegavam novos peregrinos e seguidores, construíam-se novas casas. Não havia sistemas de captação de água, concentração de lixo, limpeza de ruas. Do antigo povoado só restou a praça e uma parte da igreja, à sombra da nova,



edificada sob a direção do Conselheiro. O rio Vaza-Barris era a fonte natural que provia a cidade, além dos poços que se enchiam quando chovia. Ao que parece, a manutenção e distribuição da água não era um problema sério, posto que em nenhum momento se alude ao tema em *Os sertões*. Há mais: eram os cangaceiros que arregimentavam a comunidade, pois eram os detentores da experiência na organização da vida no sertão.

Basicamente, a vida seguia o ritmo imposto pelo Conselheiro. O ponto culminante do dia eram as preces, os sermões. Havia-se constituído uma ordem piramidal, na qual nada nem ninguém se movia sem prévio assentimento de Antônio Conselheiro. Com o cuidado que merecem as comparações, apontamos um sistema semelhante na organização dos peregrinos *quakers*, que chegaram aos Estados Unidos a bordo do *Mayflower*, ou dos menonitas, que se estabeleceram naquele país, no sul do Brasil e no Paraguai. Também nessas comunidades a vida gravitava ao redor dos horários religiosos, intercalados pelas obrigações agrícolas e domésticas. Uma diferença substancial, porém, os separava: os primeiros viviam em função do além, rumo a um fim de mundo que pesava sobre os seus destinos; os segundos, refugiados contra perseguições religiosas na Inglaterra, estavam construindo um país novo, para si e para as gerações futuras, com normas e instituições nascentes. Em Canudos, tais normas desapareceram; não apenas eram anuladas pelo seu líder, mas também eram publicamente execradas por ele.

Antônio Conselheiro se apegava à Monarquia destituída em contraposição à nova República. Pode-se especular o que teria sido dele se a República não tivesse resistido a uma tentativa dos monarquistas de reconquistar a direção do país. Pode-se indagar também por que tamanha agressividade. Seria a imagem sebastianista, mítica, logo messiânica, que fazia de Canudos o lugar eleito, onde os seguidores do Conselheiro seriam mais felizes?<sup>20</sup> Sem tribunais, regras, moeda e, afinal, sem República? Parece-nos que o Conselheiro utilizou destramente a queda do Império para direcionar a energia do seu rebanho *contra algo*, dando-se nas circunstâncias a coincidência feliz, para o Conselheiro, que a Coroa podia ser assimilada à simbologia de D. Sebastião. Com efeito, o Conselheiro conseguiu, por acaso ou cálculo, reunir três elementos: sebastianismo, messianismo e fanatismo.

Além do fator espiritual, como se alimentava a grei do Conselheiro? Havião logrado dominar essa terra árida para nutrir o povaréu reunido em Canudos? Já se viu que, dentro do contexto sertanejo, água eles

tinham, e que, portanto, eram viáveis as culturas sazonais. Vaqueiro por definição, o sertanejo planta tradicionalmente, com ajuda da mulher e da filharada, algodão, milho e feijão. Claro está que, em caso de seca, a maior parte dessas culturas morre. O ciclo, em parte, se mantém: as populações de flagelados deslocam-se com regularidade, deixando para trás a terra calcinada e inservível; abate-se sobre elas a maldição da seca<sup>21</sup>. Esta virá, uma vez mais, consolidar o presságio telúrico do fim do mundo.

A versão romanceada de Vargas Llosa oferece-nos uma visão mais suave, agradável e quase romântica da vida em Canudos; o relato de Euclides carrega o impacto da vivência *ao vivo*. Na percepção novelesca do romancista peruano, ex-cangaceiros organizam o dia-a-dia da povoação de maneira exemplar, a tal ponto que o leitor não pode deixar de experimentar uma grande simpatia por aquela gente tão admirável. A verdadeira realidade nos é desconhecida. O certo é que não nos chegaram informações pormenorizadas a respeito.

Conta-nos Euclides que os óbitos eram inúmeros, a sujeira, considerável, a anarquia, imperante. É muito provável que entre uma e outra interpretação possamos nos avizinhar do que realmente houve. Vale dizer que se a única regra respeitada, a única forma de organização oficial, era a penitência, a busca dos caminhos de Deus, todas as demais formas de comportamento social foram marginalizadas. Que a moeda houvesse sido substituída pelo escambo, não mudava fundamentalmente nada na realidade dessa gente do sertão. O que, sim, ocorria era, inquestionavelmente, um isolamento quase calculado em relação ao resto do mundo.

A realidade histórica mostra que centenas, depois milhares, de soldados bem-armados tiveram a maior dificuldade em vencer a cidade de Canudos. O que nos leva a abordar a própria guerra. Como e precisamente em que circunstâncias se desencadeou a campanha contra Canudos são questões que deixaremos para os historiadores, a quem incumbe tirar as conclusões competentes. A nossa tarefa é complementar e convergente à deles, qual seja, conhecer melhor a inextricável imbricação de rejeição e dependência entre o sertanejo e sua terra.

A princípio seus inimigos, causa da morte de entes queridos, a caatinga e o sol inclemente passam a ser os aliados naturais dos seguidores do Conselheiro. A partir do momento em que as tropas republicanas empreenderam, na primeira expedição, a marcha até Uauá, acumularam-se os erros. É fácil condenar *a posteriori* os erros de uns e outros; não podemos, contudo, deixar de constatar que, até em nossos dias,

continuam a ser cometidos erros conceituais semelhantes<sup>22</sup>. Por exemplo, os soldados envergavam uniformes demasiado quentes e incômodos que, além de dificultar a sua marcha, os faziam suar de tal maneira que muitos teriam sofrido desidratação. A água era racionada, a alimentação parca e inadequada. Os homens enfrentavam a caatinga sobrecarregados com o peso das armas. Acrescente-se a total ignorância da geografia da região, que conheciam apenas por meio de mapas militares (embora fossem esses, em geral, os mais confiáveis).

O exército de Antônio Conselheiro, orientado por guias de muita prática – jagunços e cangaceiros, conhecedores dos segredos daquela natureza surpreendente –, atacava como fantasma, sem jamais se deixar avistar, certo em seus tiros, acostumado a poupar tudo, inclusive armas e munição. Por incrível que pareça, em três ocasiões consecutivas, aliando-se ao sertão hostil, os seguidores maltrapilhos do Conselheiro derrotaram as tropas do Exército, legando-lhes não apenas a experiência da pobreza, o calor, a sede, a fome, mas também o desespero da derrota. Aquela a que sempre estiveram acostumados os sertanejos: a derrota ante a pobreza, a seca, a autoridade, o esquecimento dos poderes públicos e talvez, terão pensado alguns, de Deus.

Setores da sociedade, da Igreja e do poder político uniram-se contra o que consideravam uma barbárie e decidiram extirpar pela raiz<sup>23</sup> o mal de Canudos. As tropas eram numerosas, bem-equipadas. A quarta expedição não podia se deixar vencer. Enfim, ganhou a guerra. Uma guerra que não deu satisfação a ninguém.

Atrás das colinas que circundavam Canudos, fervilhava o formigueiro humano que organizava o aparato bélico dos seguidores do Conselheiro. A criatividade dos cangaceiros, encarregados da organização dessas tropas improvisadas, superava a nossa imaginação. Desde a utilização do menor desvão da colina para se esconder até os ataques planejados para quando o sol lhes fosse favorável, todos os elementos naturais foram mobilizados em favor da sua causa. Foram recrutados, inclusive, alguns índios<sup>24</sup>, que dardejavam com habilidade flechas pontiagudas.

Como diz Euclides, Canudos não se rendeu, simplesmente lutou até a morte. Acaso era esse o fim do mundo que esperavam? O que se sabe é que os seguidores do Conselheiro agiram com grande valor, com a mesma resistência das plantas da caatinga, tirando do nada as suas energias e o seu denodo. Certo é também que somente uma forma de fanatismo, de crença cega no Conselheiro, poderia explicar que os filhos indomá-

veis do sertão, depois de haverem lutado a vida inteira para sobreviver a inúmeros flagelos, houvessem se sacrificado como o fizeram. A única explicação possível é a de que aceitaram com o mesmo fatalismo tanto os ataques da natureza como a morte, amenizada pela esperança de um além mais brando.

## Notas

1. Os sertões constituem, para além de literatura, um documento de época imprescindível para a história de Canudos.
2. Euclides da Cunha, *Os sertões*, 25. ed., Rio de Janeiro, Paulo de Azevedo, 1957, p. 3-4.
3. Op. cit., p. 9.
4. Op. cit., p. 11.
5. As secas não obedecem ao mesmo ciclo que há um século porque, a par do aumento da população – dez vezes maior hoje – dentro e nos arredores do sertão existem novos elementos modificadores da geografia: represas, indústrias, plantações, maior número de gado, sem esquecer a queima de madeira para obtenção de carvão vegetal, único combustível para numerosas famílias sertanejas. Está ainda pendente de verificação a verdadeira taxa de desmatamento no sertão.
6. Jean Demangeot, *Le Continent Brésilien*, Paris, S.E.D.E.S, 1972, p. 71-8.
7. Euclides da Cunha, op. cit., p. 49.
8. Jean Demangeot, op. cit., p. 27.
9. Mario Vargas Llosa, *La guerra del fin del mundo*, p. 197
10. As distâncias *à vol d'oiseau* são citadas a título meramente ilustrativo, não correspondendo nem a trilhas antigas nem a estradas modernas.
11. Jean Demangeot, op. cit., p. 73.
12. Fronteira no sentido norte-americano, de bastião conquistado, ponto específico entre dois territórios; o termo não tem a acepção de *divisa*.
13. Euclides da Cunha, op. cit., p. 101.
14. Euclides da Cunha, op. cit., p. 42. A jurema desempenha, pois, no contexto do sertão brasileiro, a mesma função exercida pelas folhas de coca mascaradas pelos nativos dos altiplanos andinos.
15. Euclides da Cunha, op. cit., p. 150-1.
16. Testemunhas entrevistadas por equipe da TV Cultura. Documentário transmitido por esta emissora sobre o Brasil: *Os sertões de Euclides da Cunha*, 19 de março de 1997.
17. O fenômeno encontra suas raízes na tradição judaica do Messias salvador. Pode-se também estabelecer um paralelo com o Mahdi da tradição islâmica, emissário celeste que, sob forma humana, virá resgatar a humanidade.
18. Ver nota 16.

19. Euclides da Cunha, op. cit, p. 168-9.
20. Ver nota 16.
21. Ver nota 16.
22. Só para citar um exemplo, uma agência de cooperação européia não entendia por que seus funcionários enviados ao Gabão pediam carros com ar-condicionado, que foram, aliás, refutados durante anos.
23. A violência com que o poder público ataca o problema de Canudos lembra o processo de *dechoukaj*, de tirar da raiz, que os haitianos praticaram após a queda do regime Duvalier, "para esquecer e fazer desaparecer tudo aquilo que lhe está relacionado", dizia-se.
24. Ver nota 16.





Subida do Morro de Santa Cruz. Monte Santo - BA, 1996

## TRÓIA DE TAIPA: DE COMO CANUDOS QUEIMA AQUI

Francisco Foot Hardman\*

“ – Canudos já patenteia o aspecto entristecedor de uma cidade em ruínas: (...) Há dois dias que lavra em seu seio o incêndio (...) – surdamente – desapiedadamente, lançando sobre o arraial maldito a fumarada intensa como uma mortalha enorme.

(...)

“Não teremos outra noite.

(...)

“Incompreensível e bárbaro inimigo!”

(Euclides da Cunha, *Canudos: diário de uma expedição*, fragmentos de 27-28 de setembro de 1897)

“Arde-me a alma como se fosse uma mão, fisicamente.”

(Fernando Pessoa, “Passagem das horas”, 1916)

Falar de Canudos cem anos depois de seu massacre é falar de algumas permanências na história do Brasil, antes e depois da curta vida da-

---

\*Professor de Teoria Literária da UNICAMP.

quela cidadela. Primeiramente, fato insólito nas lutas sociais do país, Canudos marca um feito raro na memória nacional: o poder da lembrança e da rememoração dos condenados da terra contra o poder do Estado e das efemérides oficiais instituídas pelo regime republicano. Parece que, neste caso, a metamorfose da guerra civil não declarada – porque aos sertanejos a sociedade política nacional jamais concedera a condição de cidadania – em narrativa épico-dramática canônica da literatura brasileira, pelas mãos de Euclides da Cunha nas páginas grandiosas de *Os sertões*, terá sido elemento fundamental na constituição dessa memória, que mistura, a um só tempo, mito e história.

Fatos bélicos semelhantes em grau de devastação, à falta de um autor-narrador à altura da prosa poética de Euclides, não conheceram repercussão equivalente. É o caso da Guerra do Contestado, movimento social-religioso que também enfrentou pelas armas o poder do Estado, na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, cerca de quinze anos depois de Canudos, e que envolveu população rural e número total de mortos numa escala próxima à ocorrida no sertão baiano.

Fatos religiosos similares, por outro lado, tiveram forte repercussão literária dentro de tradição messiânica tão arraigada nas culturas populares brasileiras – embora certos pesquisadores, como Nogueira (1978), contestem o propalado messianismo de Canudos a partir do exame das prédicas manuscritas deixadas por Antônio Conselheiro; mas sua presença como processo memorável das lutas sociais é muito inferior aos efeitos desencadeados pela obra de Euclides. Refiro-me, como exemplo comparativo, ao movimento da “pedra encantada” nos sertões pernambucanos, na década de 1830, posteriormente romanceado, em diferentes gêneros e estilos de escrita, por Araripe Jr. (1878), José Lins do Rego (1938) e Ariano Suassuna (1971).

Se a “crônica sebastianista” de Araripe Jr., na linha de um romance histórico regional, caiu quase no esquecimento como obra de juventude do futuro crítico literário do fim do século, *Pedra bonita*, de José Lins do Rego, e, sobretudo, *A pedra do reino*, de Suassuna, são narrativas ficcionais vigorosas. Entretanto, permanecem valorizadas como prosas de ficção. Os episódios histórico-religiosos que as inspiraram não ingressaram no imaginário da memória nacional. Talvez porque faltasse a eles, também, a dimensão trágico-dramática da Guerra de Canudos, que, contra o esquecimento, recebeu a marca de força expressiva própria e duradoura, através da criação literária de Euclides.

Outro traço atroz de permanência é o da violência preponderante nas relações sociais, em particular nas relações do Estado com os despossuídos. De vários ângulos irrompe a história cruenta desse processo civilizatório. O que já nos adianta para uma constatação irrecusável: para além da dicotomia que opunha, desde o período colonial e especialmente a partir do Século das Luzes (séc. XVIII), como polaridades separadas e irreconciliáveis, “civilização” *versus* “barbárie”, verifica-se que a barbárie é aspecto constitutivo inerente à vida civilizada moderna. Barbárie civilizada (pelas leis e aparelhos policial-militares do Estado) é o que se tem como prática social cotidiana e secular. Qualquer ilusão de progresso nesse plano pode ser fatal.

A violência em Canudos pode ser percebida sob várias dimensões:

a) a profunda “exclusão social”, para usar de expressão atualmente em voga, dos habitantes da comunidade sertaneja liderada por Condeleiro: pobreza material absoluta, desapropriação da terra e demais meios de produção, essas são as características básicas da multidão de vencidos de Canudos;

b) a enorme desigualdade de poderio bélico entre os sertanejos e o Exército nacional, principal esteio do novo regime republicano e armado com os melhores instrumentos e estratégias da indústria e da engenharia militar;

c) a brutal adversidade da paisagem semi-árida do sertão, capaz de produzir, por si só, escassez de gêneros, falta de objetos e meios para o trabalho de subsistência, abrigos e habitações precárias, obstáculos quase intransponíveis de comunicação, etc.;

d) o aspecto “insular” da vida em Canudos, o relativo isolamento dessa sociedade camponesa aliado à própria desolação da paisagem formam um dos lados da condição trágica de todo o movimento, que conduziria ao desfecho terrível da guerra e à destruição completa daquele arraial;

e) de outra parte, a civilização do litoral urbanizado, europeizado, branco e “modernizador” constitui esse outro pólo do grande choque de culturas, esse processo cumulativo de enganos, preconceitos, medo e desejo de eliminação do inteiramente diverso: “Incompreensível e bárbaro inimigo!”

Cem anos passados, aquele destino trágico, que confrontou algozes e vítimas no maior “crime da nacionalidade” perpetrado, parece ter-se alastrado, como maldição, para todo o território do país. O incêndio de Canudos espalhou-se por todo o campo e cidades. O vento levou as cin-



zas para muito longe, fora de qualquer controle. O grande desencontro de tempos dá-se hoje, simultaneamente, em muitos espaços. Essa a grande herança dos modernos. Os avatares dos condenados de Canudos, em plena era de globalização, continuam a vagar sem nome, sem terra, sem história: são quase 60 milhões de pobres, párias e miseráveis esquecidos do Brasil (quem é este gigante que dorme, enquanto seus filhos – os mais novos e os mais antigos – agonizam nas ruas e estradas?).

Canudos revive na miséria rural absoluta dos sem-terra, mas revive também, sobretudo, na miséria urbana, suburbana e metropolitana das imensas cidades que concentram mais de 70% da população total do país. Nada mais emblemático, a esse propósito, do que a incrível migração do termo “favela”, inicialmente um topônimo que designava o *Morro da Favela*, em Canudos, onde se amontoavam labirinticamente as habitações precaríssimas dos sertanejos, e, hoje, convertido num vocábulo de significado genérico para as moradias miseráveis nos maiores aglomerados urbanos.

A memória de Canudos condensa também, no imaginário coletivo, a esperança de salvação aqui na Terra, disso advindo diversas representações de fundo mais ou menos messiânico. As matrizes mais antigas remontam ao utopismo romântico como recusa radical dos valores de troca do capitalismo. Há, pois, aí, na base, um forte sentimento anticapitalista e de crítica não racionalizada ao espírito da modernidade.

Tal linhagem, no Brasil, possui vários antecessores. É o caso, por exemplo, do sebastianismo difuso de movimentos como o da “pedra encantada”, no sertão de Pernambuco, tematizado, de início, por Araripe Jr.; ou mesmo de movimentos não religiosos, mas simbolicamente engajados numa negativa romântica do Estado nacional e do mundo burguês, como a Cabanagem, na Amazônia, também nos anos 1830, ou as revoltas dos Quebra-quilos, em várias províncias do Nordeste, na década de 70 do mesmo século.

E possui, por outro lado, parceiros contemporâneos de Canudos, bem como sucessores remotos que, em que pese a mudança profunda de ritos, instituições, discursos e personagens, carregam as marcas desse messianismo difuso. Seja em comunidades anarquistas como a Colônia Cecília, nos sertões do Paraná, ao raiar da República; seja na Coluna Prestes, durante a década de 20 já em nosso século; seja bem posteriormente, com as Comunidades Eclesiais de Base, alicerçadas na chamada Teologia da Libertação, uma das bases sociais na origem do Partido dos Trabalhadores.

res; seja, mais recentemente, com o vigoroso e espraído MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que praticamente inaugurou um novo substantivo – os “sem-terra” –, quer parecer algo inegável, em todos esses exemplos, a continuidade de uma esperança que se desdobra em marchas, em rezas, em mitos, em lutas, em derrotas, em dispersões e em novos movimentos.

Mesmo em movimentos revolucionários de extração marxista, como os que propugnaram pela organização de guerrilhas rurais, projetando o ideal da “longa marcha” maoísta – representação de fundo romântico que vislumbra o novo a partir do campo cercado e virando de ponta-cabeça a ordem citadina –, ou mesmo no guevarismo em todas as suas múltiplas traduções, reencenam-se, no Brasil moderno, os arquétipos de tantas Canudos bravias e intrépidas. Não me sai da memória, sobre isso, a cena do filme *Lamarca*, de Sergio Rezende, quando o líder guerrilheiro, acuado em pleno sertão da Bahia, delirando de febre no sonho do levante camponês, carrega, junto às vestes rotas, um exemplar bem maltratado pelo sol do livro *Guerra e paz*, de Tolstói. O comunismo cristão primitivo dos utopistas ácratas russos, ainda como variante de construção romântica, reencontra, assim, às vésperas de mais uma matança trágica, esse estranho não-lugar. O indivíduo não faz a história. Ele apenas carrega seus livros.

E no entanto, em todas essas representações, o sertão é central, é um ponto no interior do país, assim como Canudos estava próxima do coração da Bahia. O Brasil, país tão marítimo, foi ter na imagem dos sertões algo de sua identidade mais antiga e perdida, interiorizada entre selvas, cerrados e caatingas, antes da colonização européia e do início da história escrita. Essa valorização prendeu-se a vontade política tão empenhada, que o modernismo paulista e, depois, o carioca irão consagrar o vetor sertanejo da genuinidade nacional. No caso da arquitetura modernista, Brasília, a partir de 1960, consagra a penetração do projeto civilizador à la Euclides ou Rondon.

Na literatura, houve vozes que ironizaram essa obsessão pelo desconhecido e pelo “lugar central” do processo de identidade. Ocorrem-me dois exemplos significativos: o de *Macunaíma* (1928), esse “herói sem nenhum caráter”, cujas andanças pela Amazônia acabam em tristeza abissal de fundo trágico; e o de *Quarup*, romance de Antônio Callado (1967). Neste último, surge uma Expedição rumo ao centro geográfico do Brasil, em pleno Centro-Oeste. Lá chegando, descobre-se o essenci-

al: O Centro é um vazio, somente formigas ferozes ocupam seu lugar. O desconhecido não é só promessa de revelação. Pode ser igualmente porta para o desencanto, reminiscência de guerras civilizadoras perdidas, de esclarecimentos obscuros, da voragem dos rios, florestas ou desertos. O sertão central fica sendo, então, assim, o ponto de passagem para as ruínas da natureza, sinais de vulcões extintos, restos de culturas indecifráveis, vestígios desse "inimigo incompreensível" em sua perigosa e atraente barbárie.

O crítico de arte e romancista simbolista Gonzaga Duque publicou, em 1898, um curioso livro didático de história: *Revoluções brasileiras*. Bastante radical no gênero, reconstrói os "resumos históricos" de movimentos políticos violentos em nossa história, a partir de uma perspectiva republicana jacobinista, desde o Quilombo dos Palmares, enfeixando o percurso justamente com a proclamação da República. Com laivos social-democratas em várias passagens, a narrativa deve silenciar, porém, diante do acontecimento mais brutal e impressionante dos inícios do novo regime: a Guerra de Canudos. Como considerá-lo um movimento revolucionário sendo o autor, ao mesmo tempo, militante republicano ardoroso e partidário da nova ordem, fundada nas mesmas forças políticas e militares responsáveis pela tese conspiratória da subversão dos "fanáticos de Conselheiro" e pelo seu massacre impiedoso em nome da razão de Estado? Gonzaga Duque ignora, portanto, a "terra ignota" de Canudos. Ignora a multidão dos degolados que se negaram ao brado de adesão: "– Viva a República!"

Era como um presságio de atitude padrão que se consolidou nesses cem anos. Precisamos esquecer de milhões se quisermos continuar encenando a farsa de nossa precária civilização. Os "irracionais" de todas as tribos, culturas e regiões devem ser ignorados. Nossa retórica fingida deve praticar o "como se" de sua morte precoce. Mesmo que ainda não tenham morrido de fato. Diante de multidões sem face, sem palavra e sem nome, vamo-nos tornando mais e mais indiferentes.

Talvez acordássemos do pesadelo acordado e da insensibilidade de sonâmbulos se víssemos algumas caras, recordássemos de alguns nomes. O destino das crianças e mulheres de Canudos teima em atormentar as noites de nossa historiografia positiva. Responda rápido: quantas Canudos são massacradas por ano nas favelas, delegacias, ruas e ermos desse Brasil?

Mas agora Canudos arde aqui, na minha alma, "como se fosse uma mão, fisicamente". Galdino Pataxó Hã-Hã-Hãe também viera do cora-

ção da Bahia para a ilha da fantasia republicana enfrentar pacificamente os poderes do Estado nacional que roubara sua terra e sua gente. Galdino também fez esse salto mortal para entender o jogo da civilização brasileira. Suas aventuras seriam trágicas. Galdino não sabia direito o que se queria dizer com “este é o país das brincadeiras”. Não pode reingressar na Pensão Vera. Suas “veredas de pé posto” de povo andarilho desconhecem os meandros artificiosos do asfalto das superquadras modernistas. Tinha só o abrigo de um ponto de ônibus que jamais passaria.

Não adianta: os assassinos de todas as Canudos continuarão alegando, sempre, a inocência plena dessa barbárie civilizada. Por isso, quando essa tocha humana iluminou a noite do Planalto Central, nenhum canto guerreiro pagaria a pena. Cairia no silêncio. No silêncio estúpido dos assassinos civilizados. Que cursam faculdades. Que colecionam carros. Que pagam advogados caros. Que detestam mendigos sujos nas ruas da capital federal.

Durmam tranqüilos, senhores letrados! Canudos não passará!

Meu Deus, como tudo é claro nessas labaredas! E, entretanto, tão obscuro, bárbaro, incompreensível!

Os grandes desastres da história não passam, no fundo, de alguns tantos e determinados mal-entendidos. Ou, como escreveria Canetti num de seus aforismos: “Aprender com a história que nada se pode aprender com ela”.

Na foto estampada na primeira página já não se viu mais você, Galdino. Apenas seu corpo inteiro envolto em bandagem, como uma múmia egípcia, como uma verdadeira ruína antiga.

Talvez, quem sabe, um dia, Brasília amanheça como Canudos, patenteando “o aspecto entristecedor de uma cidade em ruínas”. E seu último habitante se lembrará de todas essas “cidades que se ocultam majestosas / na tristeza solene do sertão”. Os incêndios terão cessado. Talvez por falta de ar. E aí nenhuma palavra poderá ser proferida. E nenhuma guerra valerá de ser declarada. Não haverá tampouco memória de Canudos. E a praça ao lado da parada de ônibus onde Galdino foi queimado por cinco jovens filhos da República que massacrara Canudos... bem, nenhum fragmento de mapa remanescente será capaz de localizar.



## Referências bibliográficas

- ARARIPE JR., T. A. *O reino encantado*. Rio de Janeiro, Typ. da Gazeta de Notícias, 1878.
- BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo, Edusp, 1995.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo, Brasiliense, 1985 (Ed. crítica por Walnice N. Galvão).
- \_\_\_\_\_. *Caderneta de campo*. São Paulo, Cultrix, 1975 (Ed. org. por Olímpio de Souza Andrade).
- \_\_\_\_\_. *Canudos: diário de uma expedição*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.
- \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Rio de Janeiro, comp. José Aguilar, 1966, 2 vol.
- FONTES, Olegone Coelho. *O trem-terra: Moreira César, a República e Canudos*. São Paulo, Ática, 1995.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais – 4ª expedição*. São Paulo, Ática, 1974.
- \_\_\_\_\_. e GALOTTI, Oswaldo (orgs.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo, Edusp, 1997.
- HARDMAN, Francisco Foot. "Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides". In: *Estudos Avançados*. São Paulo, IEA / USP, 10 (26), jan./abr. 1996: p. 293-310.
- LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília, UnB/Paralelo 15, 1996.
- LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo, Edusp, 1995.
- LÖWY, Michael. *Romantismo e messianismo*. São Paulo, Perspectiva / Edusp, 1990.
- \_\_\_\_\_. e SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- MONIZ, Edmundo. *Canudos: a guerra social*. 2. ed. Rio de Janeiro, Elo, 1987.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado". In: FAUSTO, Boris (dir.), *O Brasil Republicano*, 2. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1977: p. 39-92 (Hist. Ger. Civ. Bras., 9).
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 2. ed. São Paulo, Nacional, 1978.
- O OLHO DA HISTÓRIA: revista de história contemporânea. Dossiê Canudos. Salvador, Depto. e Mestrado em História UFBA, 2 (3), nov. 1996: p. 91-176.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- REGO, José Lins do. *Pedra bonita*. 11. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- REVISTA USP. Dossiê Canudos. São Paulo (20), dez. 1993-fev. 1994: p. 4-99.
- SUASSUNA, Ariano. *Romance d'A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
- VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo, Ática, 1995.





Romaria. Alto Alegre - BA, out./1996

## NO MUNDO DOS HOMENS, NA ORDEM DE DEUS

## DOIS DISCURSOS SOBRE CANUDOS

Adilson Odair Citelli\*

O tema de Canudos constitui-se num permanente desafio aos interessados em conhecer a natureza, extensão e conseqüências dos eventos às margens do rio Vaza-Barris, no interior baiano, no final do século XIX. A pesquisa, conquanto extensa sobre o assunto, ainda se defronta com pontos obscuros e de difícil elucidação – tenha-se como exemplo a própria trajetória do líder Antônio Conselheiro.

Este artigo pretende fixar-se num dos vários aspectos que matizam o mundo canudense: o religioso<sup>1</sup>. E enfocá-lo tendo por referência duas obras responsáveis pela composição de certas imagens da Belo Monte de Antônio Conselheiro: *Os sertões*, de Euclides da Cunha<sup>2</sup>, e *Os jagunços*, de Afonso Arinos<sup>3</sup>. Assim se quer trabalhar com a idéia da existência de construções discursivas responsáveis por elaborar, no plano da linguagem, uma rede imaginária nem sempre condizente com os acontecimentos – ao contrário, distorcendo-os, refazendo-os, inventando-os, conforme as motivações e as circunstâncias em jogo. Interessa, no caso, o fato de estarmos diante de dois

---

\*Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

textos que serviram como referência durante muito tempo para direcionar pesquisas menos envolvidas com a busca de fontes originais, com a coleta de depoimentos orais e com a investigação etnográfica.

O livro de Euclides da Cunha dispensa apresentações, pois se trata de uma obra central para o entendimento de nossa formação como povo, no seu amálgama de vetores sociológicos, políticos, étnicos, culturais, etc., tendo influenciado gerações e colocado à consciência nacional os dramas de um país desajustado, que dispensou à diferença sertaneja o corretivo da carga de cavalaria e do genocídio. Muitos dos dramas e das fraturas nacionais reveladas há quase cem anos por Euclides da Cunha continuam, infelizmente, dando plena atualidade ao livro – veja-se o permanente problema da luta pela terra.

Com referência a *Os jagunços* cabem algumas observações, visto ser obra menos conhecida. Texto publicado originalmente em rodapé do jornal *O Comércio de S. Paulo*, ganhou forma de livro em 1898, mas não teve a gloriosa carreira do clássico euclidiano. *Os jagunços* possui uma estrutura simples e com muitos defeitos de fatura, resultado óbvio do fato de ter sido iniciado alguns dias após a destruição total de Canudos – ocorrida em outubro de 1897 – e redigido na velocidade imposta pelas rotativas. Respeitadas tais particularidades encontrar-se-á em *Os jagunços* um vigoroso documento denunciador da violência de que foram vítimas os sertanejos, além de uma clara simpatia pela perspectiva conselheirista.

O livro de Arinos conta a história de uma personagem central, Luís Pachola, em sua passagem do mundo dos homens, onde trabalhava como vaqueiro, para o mundo de Deus, agora na condição de respeitado membro do séquito de Antônio Conselheiro. Nessa trajetória do profano ao sagrado, Luís purga os seus pecados e se torna o continuador da saga conselheirista. Com o fim de Canudos e a morte de Antônio Conselheiro, Luís será o novo guia, o líder, aquele que deverá fundar uma nova cidade santa para esperar a chegada do Messias libertador.

### ***No mundo de Deus***

“Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é pouca, talvez não chegue.”

(Guimarães Rosa)

“A abolição da religião como felicidade ilusória do povo é necessária para a sua felicidade real.”

(Karl Marx)

As análises acerca das guerras religiosas camponesas, particularmente conforme processadas a partir do século XVI, na Europa, tendem a encontrar sob o manto diáfano do elemento sagrado os componentes de uma luta menos santa e mais vinculada aos desacertos do mundo material e das circunstâncias de classes que as envolvem<sup>4</sup>. Assim, coisa dos homens e insurreição contra os desajustes do mundo, as guerras camponesas esconderiam, sob o revestimento religioso, a face de uma luta política e econômica contra o poder dos príncipes, agentes clericais, nobreza, patrícios e burgueses<sup>5</sup>.

Impedidos de ter acesso à terra senão como servos, de frequentar os bosques, sem o que não podiam abater a caça e aplacar a fome, e sofrendo a ação de um código penal que punia as transgressões com penas que iam desde a amputação dos dedos, do nariz e das orelhas, passando pelo vazamento dos olhos, decapitação, esquartejamento e suplício nas tenazes, até a fogueira, restava aos homens do campo a revolta armada, malgrado, muitas vezes, as flâmulas dos séqüitos dos profetas e heresiarcas estampassem o rosto de Cristo.

Em *Os jagunços* as referências ao mundo agrário aparecem no plano superestrutural, numa sucessão de festas populares, comentários de costumes ou descrições de comportamentos, caracterizadoras mais de um certo microcosmo existencial do sertanejo do que das linhas de força articuladoras das relações entre os homens e suas circunstâncias históricas. Ademais, vemos a trajetória do herói individual, cuja face problemática foi produzida, sobretudo, pelo cruzamento de alguns dramas morais com a projeção simbólica de um mundo que vai perdendo o sentido, visto estarem sendo substituídos os princípios da fé pelos da penetração mercantil no campo, conforme a imagem do “judeu” criada para designar as atividades econômicas do patrão da personagem central, Luís Pachola, e que dava a exata medida de uma sociedade fechada, quase natural, regulada por relações de troca, onde o dinheiro chegava a ser identificado com algo diabólico. É no interior desse quadro que ocorre o rompimento de Luís com “o mundo dos homens”.

Vale notar que essa visão circunscrita<sup>6</sup> dos móveis formadores dos chamados movimentos religiosos – evidenciada por Arinos – já havia sido criticada por Engels, que apontou o equívoco de se tratar as revol-



tas camponesas como derivadas de motivações diretamente religiosas. Em *Os jagunços*, no entanto, o estandarte que tremula na torre da Igreja Nova de Canudos traz uma legenda em que se pode ler que as espadas dos guerreiros sertanejos são dirigidas pelos chamados da fé.

Daí que a personagem errante de Luís Pachola seja levada a romper com o circuito da consciência da indiferenciação, passando a viver numa sociedade de iguais, movida por razões que estão inscritas de forma tênue numa ordem de interesses materiais: as mudanças ocorridas na vida do vaqueiro estão vinculadas a outra seqüência de problemas cuja metáfora exemplar é dada pelo processo de conversão vivido pela personagem.

Luís passa à ordem dos Irmãos numa cena rápida mas carregada de forte simbologia cristã: aos apelos de "salvai-me", o vaqueiro arroja-se aos pés do "enviado de Deus" (Antônio Conselheiro), transformando-se num homem que fará parte de um tempo e de um espaço comprometidos com a perspectiva da redenção.

O desejo de resgatar o espírito da queda, tema longamente tratado na tradição religiosa do Ocidente, aponta a existência de um tipo dividido entre as forças que o condenaram a viver em pecado, postas na sociedade global – aquela existente fora de Canudos – sob variadas formas, e a perspectiva da salvação dada por um outro conjunto de valores encarnados na figura de Antônio Conselheiro. O sentido da queda, ou da perdição, se quisermos ficar com o termo mais próprio da órbita religiosa, resultante de uma consciência da precariedade do eu, da sua fragilidade ante o mundo, apressa a busca de uma instância que acene com a possibilidade de os elementos subjetivos e objetivos se reencontrarem. Este plano, chamado por Walter Reyfeld de "terceira realidade"<sup>7</sup>, indica a possibilidade de o homem religioso retomar, por outra via, uma totalidade rompida pela ação da consciência problemática que não encontra saída na relação com o mundo imediato. Ou, ainda, a dimensão subjetiva, motivadora de perguntas sem respostas, fonte da dúvida, é superada por uma realidade transcendente que substitui a polaridade sujeito/objeto e se põe como síntese redentora. Perfazer este percurso equivale a abandonar o isolamento existencial da consciência subjetiva e encontrar o caminho da salvação.

Sem querer discutir se o conceito de "terceira realidade" possui uma carga mais ou menos fenomenológica, o fato é que ele nos ajuda a pensar, nos termos postos em *Os jagunços*, a questão religiosa como um

eixo fundamental na articulação do universo canudense. Assim, ao fazer sua personagem aderir ao Santo, segundo a via do converso em busca da redenção, Arinos enfatiza o plano transcendente como capaz de reconstituir a unidade perdida do ser. Afinal, Antônio Conselheiro não é apenas um homem, um crente como tantos outros, mas alguém iluminado, uma reatualização dos antigos profetas, portanto, um conduto privilegiado para se encontrarem os caminhos de Deus.

Neste sentido, a conversão de Luís deve ser lida não apenas enquanto recurso técnico de passagem da primeira para a segunda parte do romance, isto é, da existência de vaqueiro sem rumo para a de penitente com claros objetivos na vida, mas também como uma espécie de símbolo exacerbado da religiosidade sertaneja. A saída do espaço onde a religião é vivida de forma intermitente e a entrada em um lugar marcado pela sacralidade fundamental significam que a conversão permite ao homem encontrar a plenitude da "terceira realidade".

Esse processo pelo qual passa o vaqueiro ocorre pela via de um elemento considerado por Arinos como característico do universo religioso popular: o destino. Luís Pachola não procura Canudos como consequência de uma decisão pessoal largamente amadurecida, nem sequer seguirá Antônio Conselheiro por ter uma vocação rebelde, alguém disposto a enfrentar pelas armas as forças dominantes. Ao contrário, o gesto inicial de conversão resulta de uma série de eventos sobre os quais possui pouco ou nenhum controle. A casualidade (envolvimento involuntário em mortes, o encontro acidental com Antônio Conselheiro) é que conduz Luís à experiência da revelação, a partir da qual pode passar do mundo dos ímpios para o contexto superior da beatitude.

Assumir o destino não possui, portanto, qualquer conotação de sacrifício, algo a ser cumprido de modo pesaroso, mas sim implica uma forma de restabelecimento do circuito ideal onde a perdição pode ser resgatada.

Em toda a explicação desse processo o narrador de *Os jagunços* interpreta os sentimentos da personagem – aos quais não falta um tom romântico –, cria as referências de um ideário católico medievalizante e constrói a idéia de que a existência de um *locus* sagrado é importante para encontrar-se a plenitude. Salvar-se passou a significar, para Luís, estar a serviço de Deus, não pecar, ter fé, fazer o bem, lutar junto com o Missionário e, por fim, localizar-se num espaço compromissado com a redenção:

Naturalmente, no espírito inculto do camarada não entrava a idéia de fazer-se sacerdote, ou monge, porque a esta posição ele associava a necessidade de saber e julgava-a muito superior às humildes condições de um pobre camarada. (J., 197)

É possível perceber, já nessa passagem, a antevisão do narrador acerca de Canudos como um lugar onde certas funções originalmente vinculadas à Igreja Católica são redefinidas. O seminário, o monastério, os enclaves de purificação acabam substituídos por um espaço comunal capaz de fundir as figuras do monge e do guerreiro. Como se vê, o destino de Luís Pachola, eivado de uma perspectiva profética<sup>8</sup>, deve realizar-se fora do mundo dos homens, na convivência com o Santo e os demais Irmãos, todos pobres como ele, onde é desnecessário, para se poder exercitar os imperativos da fé, dominar o saber legitimado pela hierarquia católica<sup>9</sup>.

### ***Imagens do profeta***

“Porquanto um menino nasceu para nós, e um filho nos foi dado e foi posto o principado sobre o seu ombro; e será chamado Admirável, Conselheiro, Deus Forte, Pai do século futuro, Príncipe da paz.” (Isaías, 9:1)

As tendências hegemônicas dentro das igrejas procuram manter sob múltiplos mecanismos de coerção a unidade do que é efetivamente diverso. A quebra dessa estrutura passa, em geral, como tem demonstrado a história das lutas no interior das igrejas, pelo surgimento de um guia carismático, um profeta, um anunciador dos tempos onde o homem poderá encontrar os caminhos da salvação. De certa forma, o profeta precipita o rompimento com os consensos construídos pela hierarquia e introduz “inovações discursivas, rituais e/ou organizacionais”<sup>10</sup>. Não importa, no caso, saber se tais procedimentos implicarão recuperar ou construir uma eclesiologia mais ou menos conservadora; o fato é que do ponto de vista imediato uma certa permanência é rompida e a clássica idéia da igreja como força de estabilização social<sup>11</sup> fica, ainda que momentaneamente, comprometida.

Na imagem de Antônio Conselheiro construída em *Os jagunços*, cabe a idéia do profeta que consegue não apenas converter homens como Luís Pachola, mas também unir forças e dar alternativas sociais e religi-

osas aos “filhos do deserto”. Ou seja, surgiu alguém com a missão de “reunir, articular, em seu discurso e nos seus atos, aquelas condições tanto sociais quanto religiosas que possibilitam (mas não tornam inelutável) o surgimento desse movimento profético. O profeta é aquela pessoa (ou grupo) capaz de fazer explícito o implícito, capaz de unir o desunido, capaz de formular no discurso e nos atos um conjunto de procuras religiosas insatisfeitas, de maneira tal que os clientes insatisfeitos (leigos e clérigos) se achem expressos nessa formulação profética e mobilizem então as próprias energias em torno do profeta, de seu discurso e de seus atos”<sup>12</sup>.

Se Afonso Arinos procurou construir a figura do seu Conselheiro recuperando a tradição dos missionários que colocavam a vida a serviço de Deus, congregando, pelo exemplo, vastos contingentes humanos e sobre os quais a hierarquia religiosa havia perdido a ascendência, outra parece ser a perspectiva euclidiana.

O que se lê em *Os sertões* é a imagem de um santo farsesco, animador de ópera bufa, misto de retroação étnica, atraso cultural e desvio psicológico. Uma ridícula personagem desautorizada pelos códigos da razão e do avanço científico. Observe-se, neste sentido, como a complexidade do fenômeno religioso representado em Canudos não se ajustava aos esquemas explicativos de Euclides da Cunha. Os próprios elementos da racionalização e disciplinamento da vida cotidiana impostos pela imagem de Antônio Conselheiro deixaram de ser percebidos pelo autor de *Os sertões*, visto que: “La ética de los profetas fue racionalizadora en su insistencia en colocar la vida entera al servicio de Dios, imponiendo así una estructura cohesiva e ‘ipso facto’ racional a toda la gama de actividades cotidianas”<sup>13</sup>.

Formado naquela profusão de teorias articuladoras da filosofia do progresso que marcaram o final do século XIX, Euclides da Cunha via em Antônio Conselheiro um “caso” patológico, um expressivo exemplo de irrupção “primitiva” em plena era das máquinas, um atestado evidente de que o encontro dos assentamentos raciais maldefinidos com o atraso sertanejo formava a cena ideal para o aparecimento de um salvacionista difuso e mistificador, uma farsa que aportou na história porque o hospício do Rio de Janeiro alegou não possuir vaga para abrigar o alienado<sup>14</sup>. Como se pode perceber, Euclides da Cunha fazia eco a posições muito definidas acerca do perfil desviado de Antônio Conselheiro. Cabe lembrar, inclusive, que o diagnóstico feito pelo médico-antropólogo Nina Rodrigues, considerando o caso do líder canudense



como o de um delirante crônico, foi publicado, originalmente, no *Anuário Médico-Psichico* de maio-junho de 1898, sob o título "Épidémie de folie religieuse au Brésil", portanto, quatro anos antes do surgimento do livro maior de Euclides da Cunha.

Se a dramática página final de *Os sertões*, na qual a decomposta figura de Antônio Conselheiro é protegida pela irônica vigilância das 12 mil botas do Exército, atenua a crítica euclidiana, revelando indignação e revolta contra a violência dos triunfadores, não chega, propriamente, a invalidar ou redefinir o que se afirmou.

Do Maciel construído por Arinos não chegamos a conhecer aspectos biográficos passados no "tempo profano". Diferentemente de Euclides, que não só acentua a história trágica do Conselheiro, como a ela credita possíveis razões para a formação da personalidade doentia, em Arinos ficamos sabendo apenas que o missionário viajou durante muitos anos pelos interiores do Norte e Nordeste do Brasil, pregando e reunindo pessoas, reformando igrejas e cemitérios, pouco ou quase nada da vida afetiva, das relações familiares, das vinculações sociais ou econômicas. Somos colocados diante de alguém que realiza uma missão, portanto já desempenhando o seu mister sagrado:

Qual o passado daquele homem? Qual a sua procedência?

Ninguém indagava, nem ele dizia. Renascera no dia em que se sentiu incumbido da missão divina; datava daí sua vida. O passado era para ele um caos, uma sombra escura como a do limo, que talvez ocultasse uma tragédia. (J., 138)

De certa forma desaparece do texto de Arinos a identidade civil chamada Antônio Vicente Mendes Maciel, e no lugar deste surge apenas o Profeta. Movimento contrário executa Euclides da Cunha, destacando o perfil de um homem marcado pelo fracasso econômico e pela desilusão amorosa.

Pelo que se lê na citação acima, o narrador indica conhecer versões da trajetória de vida do Conselheiro, mas opta, contudo, por não contá-las. O enunciado "talvez ocultasse" é um claro indício de que não passa despercebida à visão de Arinos o que se diz sobre o passado do Conselheiro. Apenas não sabemos em qual das versões acredita o autor de *Os jagunços*. Tornaram-se correntes várias explicações para o fato de Antônio Vicente ter abandonado o mundo dos homens e ter ingressado no "mundo de Deus". Uma incluía a ocorrência de matricídio, e a conse-



qüente tentativa de reparar esse pecado capital teria sido a purgação – mais de uma década caminhando pelos sertões nordestinos, até a fundação de Canudos por volta de 1893. Outra versão atribuía o aprofundamento da “crise de loucura” de Maciel ao fato de sua mulher Brasilina Laurentina de Lima haver fugido com o sargento João da Mata. Como os referenciais analíticos de Arinos são outros, pouco ou nenhum interesse tem saber acerca da saúde mental, dos desenganos amorosos, dos traços hereditários ou dos insucessos comerciais de Antônio Conselheiro. O que importa, no caso, é trabalhar com o perfil do místico, do homem cujas atitudes diferenciadas levaram milhares de sertanejos a buscar um lugar de salvação.

Daí a escolha retórica para a composição física e comportamental do missionário projetar em *Os sertões* e *Os jagunços* instâncias simbólicas muito distintas. No primeiro estamos diante do “paranóico indifferente”, do “doente grave”, do “gnóstico bronco”, do “bufão arrebatado do Apocalipse”, a divulgar um extravagante e “adoudado” messianismo, expressando uma “insânia formidável” através dos “conselhos dogmáticos e profecias esdrúxulas”, fazendo com que seu corpo alquebrado lembrasse “alguma cousa de fantástico e mal-assombrado”, pondo medo nos tropeiros e vaqueiros arranchados, irrompendo na Bahia como um “anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo do peregrino”<sup>15</sup>. No segundo, ainda que não haja diferenças quanto à composição física do Conselheiro, também aqui alquebrado, com um perfil franciscano, desaparece a imagem do “anacoreta sombrio”; a face escaveirada abandonará seus traços monstruosos para projetar a luminosidade dos ascetas buscadores da terra prometida e da redenção da humanidade:

A barba maltratada no rosto longo e escaveirado, a comprida samarra de algodão e os pés nus, vacilantes, metidos em alparcatas de couro, denotavam as fundas privações e o ascetismo. O dorso meio alquebrado e a cabeça inclinada, em atitude de humildade, de quem esmola pelo mundo pareciam espiritualizar aquela figura esguia. Mas, nas têmporas proeminentes, nas maçãs pontudas, no brilho estranho do olhar havia a energia brônzea de profeta e do reformador. (*J.*, 130)

Como se vê, as recorrências expressivas presentes nesta passagem e nas que examinamos em *Os sertões* não chegam a diluir num mesmo

plano interpretativo as projeções simbólicas contidas nas visões de Euclides e Arinos dos atributos de Antônio Conselheiro. Assim, enquanto em *Os sertões* o olhar do missionário possui algo de aterrorizador, de um fulgor anômalo, em *Os jagunços*, conquanto flagrado num registro místico de estranheza e vaguidão, contém um elemento de vitalidade e força, uma dimensão de energia brônzea, capaz de infundir nas multidões os clamores da fé. Aqui, o corpo escaveirado e o ascetismo se integram e se completam semanticamente na espiritualidade que envolve o Profeta.

Não vem ao caso saber se o tom de Euclides é mais “realista” e o de Arinos “idealizador”, mesmo porque estamos diante de duas imagens da personagem histórica sendo retrabalhadas segundo visões de mundo que não se escondem por trás do “discurso da neutralidade”. Por isso, na leitura de Euclides, o anacoreta extravagante é submetido a um processo desqualificador, por ser visto como o produto do encontro dos “erros de dois mil anos” com o “obscurantismo de três raças”: no limite, tanto o corpo esquelético como o olhar anômalo convergem para o “estranho hipnotismo daquela insânia formidável”<sup>16</sup>.

Arinos, por seu turno, compõe, junto com o dorso alquebrado e a cabeça inclinada do Conselheiro, o perfil do mito<sup>17</sup>, uma mistura de entidade física e de traços de predestinado redencionista. Fixa-se, ao lado da imagem do homem em permanente êxtase, o anunciador de uma reforma<sup>18</sup> que premiará os crentes com o reino de Deus; alguém que não apenas acredita, mas faz os outros acreditarem na teodicéia da reparação das injustiças terrestres<sup>19</sup>. Daí que, como já foi demonstrado, se os textos de Arinos e Euclides podem combinar na descrição dos traços físicos e comportamentais do Conselheiro, separam-se quando o corpo, o olhar e a face são submetidos a um critério histórico, de inserção do homem no seu mundo.

Este perfil de profeta tende a se manter praticamente imutável ao longo de *Os jagunços*, recebendo, apenas em algumas passagens, um tratamento que não se ajusta ao modelo geral. São especialmente os momentos em que o narrador resolve julgar e estabelecer alguma distância tática com a situação narrada, como a lembrar que sua adesão ao missionário não é do tipo e natureza daquela processada pelos sertanejos. Assim, ao mesmo tempo em que mostra simpatia ao homem incomum, ao líder carismático, o narrador procura se afastar dele mantendo um estratégico distanciamento crítico:

Então, alucinado, delirante, ele julgou ver um milagre de Deus para incitar a obra grandiosa de seu servo e mensageiro entre os filhos dos sertões; ele julgou ver, na desfilada dos cavaleiros, o alarde da força que Jesus lhe punha ao alcance para a consumação de um designio sublime.

E, pouco a pouco, seus lábios se abriram e moveram-se, murmurando baixinho uma prece; seus olhos cerraram-se, e a sua atitude mostrou tamanho ar de recolhimento e unção beatífica, que parecia realmente estar ele gozando da presença divina e ouvindo a palavra do Senhor. (J., 140)

Os qualificativos “alucinado” e “delirante” poderiam enviar o texto de Arinos para o mesmo conjunto de escritos que viram a ação de Antônio Conselheiro apenas como o resultado do descaso do poder público em trancafiá-lo num manicômio. No entanto, percebe-se, na passagem, menos uma avaliação desabonadora ou desqualificadora, e mais a intromissão do homem culto que prefere usar verbos indicando condição para marcar distâncias entre certas variações da religiosidade popular e a razão crítica impedida de aceitar, pura e simplesmente, que alguém possa falar diretamente ao Senhor. Desta sorte, os sentidos do delírio e da alucinação ficam circunstanciados por um conjunto de práticas vividas de forma efetiva pelo missionário. No fundamental, o Conselheiro de Arinos não é criticado por apresentar componentes beatíficos e visionários, ao contrário, tais elementos apenas reforçariam a aura e a vocação de alguém que encontrou um discurso apto para organizar novos consensos religiosos.

### ***No reino do benvirá***

“E tendo partido, pregavam aos povos que fizessem penitência; e expeliam muitos demônios, e ungiam com óleo muitos enfermos, e curavam-nos.”

(Marcos, 6:12)

Em *Os jagunços* existe uma tendência para fazer com que o fenômeno religioso vá se autonomizando<sup>20</sup>, ou seja, as possíveis razões históricas que circunscreveram o nascimento e o crescimento de Canudos são absorvidas pelos móveis da fé, pelo sentimento místico. A “terceira realidade” passa a justificar a luta, a combatividade, a determinação dos sertanejos<sup>21</sup>.

Se esta perspectiva pode ser limitativa, não deixa de redefinir certas posições, a de Euclides entre elas, que viam na presença do elemento

religioso um fator importante do desvio ideativo canudense. No texto de Arinos, a questão da fé pode ser considerada uma espécie de "antiópio do povo", na medida em que rompe com os mecanismos da passividade e instaura formas "inovadoras de violência".

Assim, o autor acaba predicando e aderindo a uma perspectiva messiânica como ensejadora de Belo Monte. Contra a história – pelo menos aquela abrangida no período de que estamos tratando –, mas a favor do mito, *Os jagunços* irá, como já se viu, construir através da personagem Luís Pachola um novo líder carismático continuador da obra profética do Santo Antônio. O antigo vaqueiro, empunhando a bandeira dos lutadores da fé, percorrerá outras trilhas do deserto, buscando organizar um novo reino de expectativa: a terra prometida, a Canaã de que fala o Velho Testamento (ver, especialmente, o quarto discurso do Deuteronômio, 29:1 - 30:20).

A idéia da continuidade messiânica aponta para duas questões: uma lembrando a natureza cíclica das cosmogonias e que permite a passagem do carisma do mestre para o discípulo, como postula Rudolf Otto<sup>22</sup>, e outra considerando a permanência dos motivos que teriam dado surgimento a Antônio Conselheiro e a Canudos.

Há que se atentar para o fato de não ter cessado a crescente degradação do mundo com o fim de Belo Monte; os motivos para tantas infelicitações prosseguem, assim como as possibilidades de projetar-se o futuro como redenção do presente. O aceno escatológico deve continuar funcionando como elemento de superação das distonias entre o mundo dos homens e o poder do Estado, a necessidade de religião e as intromissões da Igreja. Num certo sentido, os deserdados ainda não encontraram razão para cessar a busca da Ilha da Fortuna, ou para suspender a procura do tempo sublimado *del'âge d'or*. O mundo novo, prometido pelo Messias, ainda não foi criado.

Desse modo, tanto Antônio Conselheiro como seu seguidor Luís Pachola, vindos de um estado anômico, desejam construir o *nomos*, ou seja, tornar, pela difusão da palavra sagrada, significativas as experiências. Foi neste movimento que o Santo Antônio se legitimou perante a comunidade sertaneja, especialmente por ter surgido como elemento integrador do que está socialmente destruído: "A cidade santa era como um domínio à parte, um Estado onde só imperava a lei do Conselheiro e cuja autonomia ele bravamente defendia, defendendo os preceitos de sua fé". (J., 214)



Na esteira de Durkheim, Peter Berger lembra que o elemento religioso acena para a possibilidade de se legitimar o cosmos diante da realidade sempre precária e sofrendo fortes pressões desagregadoras. O *realissimum* sagrado supera a fragilidade do mundo empírico apontando para uma realidade suprema que pode ordenar a existência fragmentada. O *nomos* surge como um “escudo contra el terror”<sup>23</sup>.

Se Canudos pode representar uma reação ao estado anômico, conforme entende Maria Isaura Pereira de Queiroz, o líder carismático passa a representar a segurança de um percurso integrador da totalidade humana na “terceira realidade”. Vale dizer, a ameaça destruidora vinda da sociedade inclusiva é combatida por uma teodicéia legitimadora das explicações dadas pelo taumaturgo, o que passa a significar não apenas a possibilidade de os indivíduos redimirem-se<sup>24</sup> como também de forjarem modos de vida sinalizadores da fundação de uma comunidade fraternal. Assim, a crença<sup>25</sup> messiânica deixa de ser alguma coisa inerte e passa a incluir um elemento de luta das camadas exploradas e marginalizadas contra certas injustiças formadoras de preceitos inaceitáveis.

No interior dessa resistência pode ser construída a própria violência escatológica lembrada nos escritos de Max Weber, como uma espécie de última batalha, o encontro definitivo capaz não apenas de pôr fim às forças anômicas como também de promover um reino de paz. Antônio Conselheiro prega contra a violência, mas não deixa de recorrer a ela, orientando seus seguidores para a guerra santa:

O Conselheiro, então, falou ao povo: – Chegara o dia em que a impiedade ia sofrer o golpe tremendo, pois que ousara vir ali, no fundo do sertão, para matar os servidores do Bom Jesus, à frente dos quais estava ele, o Conselheiro. O governo herege não podia consentir que o povo ouvisse os conselhos do pobre servo de Nosso Senhor e que levantasse pelos caminhos, ou pelos desertos, os cruzeiros e os templos. Lá vinham eles, mas não entrariam na cidade santa, enquanto vivesse o Conselheiro. Quem não estava disposto a dar a vida pela religião e por amor do Bom Jesus? Nesse ponto da fala, o povo conclamou: – Viva o Bom Jesus! Viva o nosso Conselheiro! É mais fácil nós todos morreremos sem escapar nenhum do que entrarem aqui os maçons! (J., 264)

Como se vê, o Profeta criado pelo narrador de *Os jagunços* não prescinde da “linguagem da espada”<sup>26</sup>. Neste caso, faz eco a alguns textos bíblicos onde afirmar o reino do Senhor significa vencer resistências: “A lei e os profetas (duraram) até João; desde então é anunciado o reino



de Deus, e todos o combatem" (Lucas, 16:16)<sup>27</sup>. Tanto Thomas Münzer, vendo em Cristo um apóstolo da violência, como os anabatistas, cultores da guerra santa, parecem ter lido o Evangelho de São Mateus por uma ótica bem menos espiritualista que a de alguns exegetas: "Não julgueis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer a paz, mas a espada" (10:34)<sup>28</sup>.

Atrás do combate contra o "governo herege", dos gritos de "abaixo a República", da oposição aos "maçons", existe um complexo sistema simbólico que aponta para um tempo teologicamente marcado e onde a própria morte ganha uma dimensão salvacionista: o paraíso está assegurado para quem tomar pelo sangue de Cristo.

Seria até mesmo o caso de se aduzir, conquanto de passagem, que o combate a "eles", à "impiedade", formas historicamente localizadas e que não apenas são responsáveis pela separação do Estado e da Igreja, da laicização dos cemitérios, como também pela tentativa de destruir Antônio Conselheiro, esconde sob uma retórica política outros nexos simbólicos. Valeria a pena saber até onde palavras como Império, Imperador, Rei não se prendem a um universo semântico carregado da tradição inspirada em mitos, lendas, parábolas e legendas redencionistas. Afinal, a História Sagrada registra a presença de um Deus que é Rei, Majestade, Monarca; um Cristo Salvador, Senhor, Príncipe; será criado um reino onde o Imperador Constantino, o Rei D. Sebastião e o Imperador dos Últimos Dias estarão exibindo a vitória sobre Gog e Magog e convertendo os judeus. No reino messiânico haverá fartura e justiça. Ou seja, é possível admitir que no combate ao "governo herege" a escolha retórica difundida pela tradição religiosa tenha ganhado o poder de nomear formas de organização que estavam em distonia com o novo Estado brasileiro. Em Canudos, o Presidente só poderia aparecer como expressão da (Ré) pública.

Percebe-se, portanto, no texto de Arinos, a existência de um fulcro temático/retórico que se vincula à tradição profética e ritual capaz de criar o *nomos*, de dar sentido à existência, ainda que sob a forma de um sacrifício coletivo: "Quem não estava disposto a dar a vida pela religião e por amor de Bom Jesus?".

No centro desse processo desponta a figura de Antônio Conselheiro, encarnando a idéia da salvação, projetando o reino futuro, dando sentido à coragem de homens que se lançavam contra canhões do Exército e morriam dando vivas ao seu líder máximo. O pré-Messias composto em *Os jagunços*, assim como provavelmente ocorrerá com

seu sucessor, Luís Pachola, tem sua palavra legitimada e seu corpo protegido contra a impiedade; o seu profetismo transforma-se, em última instância, em "meio de governar"<sup>29</sup>. Tal tipo de messianismo, tenha ele consonância ou não com a realidade dos fatos processados em Canudos, é tratado por Arinos como vinculado à religiosidade popular e marcado pela idéia da existência de uma comunidade onde a graça e a fé podem ajudar os homens a superar os males do mundo<sup>30</sup>. De certa forma, esta imagem de Canudos em ponto de colisão com a rota do progresso representa a possibilidade de o mito redimir a história.

Como se pode perceber, a perspectiva racionalista euclidiana não combina com a clara adesão mística de Arinos. Ambos os autores, conquanto tivessem produzido textos de alta densidade crítica, estavam no oposto ideológico do tempo: Euclides, um republicano de primeiro momento, influenciado pelas teorias científicas e pelo positivismo<sup>31</sup>, e Afonso Arinos, monarquista militante, devoto de Nossa Senhora Aparecida, só poderiam constituir visões da história, do homem e da cultura em registros distintos. Tal desencontro ideológico irá se refletir na própria tonalização discursiva dos livros escritos pelos dois autores e particularmente na forma como tratam a presença do elemento religioso e messiânico no mundo canudense. Malgrado este fato, *Os sertões* e *Os jagunços* convergem na clara denúncia do massacre dos sertanejos, na crítica à aliança dos senhores do céu e da terra em sua investida contra a diferença: libelos indignados parecem continuar ecoando em nosso vasto deserto.

## Notas

1. Para uma ampliação do tema: Adilson Odair Citelli, "Um enclave perturbador" (Notas sobre espaço e religião em *Os sertões* e *Os jagunços*), in: *Revista USP* n. 16, São Paulo, CCS/USP, dez./fev. 1992/3.
2. 29. ed. Rio de Janeiro/Brasília, Francisco Alves/INL, 1979.
3. *Obra completa*. Rio de Janeiro, INL, 1969.
4. Friedrich Engels, *As guerras camponesas na Alemanha*, São Paulo, Grijalbo, 1977. E. J. Hobsbawm, *Rebeldes primitivos - Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
5. Um estudo específico sobre os desencontros entre a reforma protestante dos príncipes e a dos camponeses no século XVI está no apaixonado e apaixonante livro de Ernest Bloch, *Thomas Münzer, teólogo da revolução*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
6. Considere-se, contudo, que não faltou ao Autor compreensão de outras faces do drama desenrolado em Belo Monte. Escreveu, inclusive, um artigo fundamental, "Campanha de Canudos: o epílogo da guerra", publicado em 9 out. 1897, dois dias após o fim da luta sertaneja,

e que se constituiu numa das primeiras e mais lúcidas análises das causas do conflito. O texto pode ser encontrado nas *Obras completas*.

7. "Esta terceira realidade não é apenas representação como a 'terceiridade' de Peirce ou o 'terceiro mundo' de Popper, mas é mesmo realidade e, portanto, sua relevância existencial precede sua relevância cognitiva. Terceira realidade chamamos a realidade transcendente, unidade fundamental na base das realidades dicotomizadas da subjetividade e objetividade, dicotomia que resulta da intencionalidade do ato consciente do homem. Na medida em que esta terceira realidade é vivenciada como totalidade em que se unem subjetividade e objetividade, desaparece o isolamento existencial da consciência subjetiva e, conjuntamente, todos os seus efeitos negativos." *Tempo e religião*, São Paulo, Perspectiva, 1988, p. 27.
8. Há autores que preferem falar em uma perspectiva profética para designar a mentalidade religiosa judaico-cristã, e mística para o budismo e o hinduísmo: "L'hindouisme et le bouddhisme sont des religions mystiques, le judaïsme, le christianisme et l'islam des religions prophétiques", in: Wilhelm E. Mühlmann, *Messianismes révolutionnaires du tiers monde*, Paris, Gallimard, 1968, p. 291.
9. Está em Gramsci a idéia de que as religiões, particularmente a católica, tendem a manter uma unidade doutrinária de ritos, crenças, etc., malgrado as múltiplas divergências existentes em seu interior. As práticas religiosas em Canudos indicavam uma quebra com a unidade institucional católica, portanto, com o saber dominante dos doutores e eruditos da igreja. Hugues Portelli, *Gramsci et la question religieuse*, Paris, Anthropos, 1974, p. 26-9.
10. Otto Maduro, *Religião e luta de classe*, Petrópolis, Vozes, 1980, p. 143.
11. Max Weber mostra que o profeta, enquanto portador de um carisma pessoal, está normalmente desvinculado das instituições religiosas formais, não sendo, por exemplo, um sacerdote. *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, vol. II.
12. Op. cit., p. 143.
13. Peter Berger, *El dosel sagrado - Elementos para una sociología de la religión*, Buenos Aires, Amorrortu, 1971, p. 150.
14. Leia-se a troca de ofícios entre D. Luís, arcebispo da Bahia, e o provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro:  
"Exmo. Sr. Ministro do Império, a respeito do indivíduo de nome Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido vulgarmente por Antônio Conselheiro, para quem solicito entrada no 'Hospício de Alienados', da Corte, como atacado de monomania religiosa."  
"Declaro a V. Exa. em referência a seu ofício de 15 de Junho último, que conforme me comunicou em data de 1 deste mês a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, não há presente-mente no Hospício Pedro II, lugar disponível para o alienado Antônio Vicente Mendes Maciel."  
Textos completos dos ofícios de Manuel Benício, *O rei dos jagunços*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1899, p. 51-3.
15. As passagens indicadas entre aspas foram retiradas das p. 102 e 121 de *Os sertões*.
16. Passagens de *Os sertões*, p. 113.
17. Parece ter razão Roger Caillois ao pensar que numa das dimensões do mito está o cruzamento do mundo do conhecimento com o da ação: "É, com efeito, no mito que melhor se apreende, ao vivo, o conluio dos postulados mais secretos, mais mordazes, do psiquismo individual e das pressões mais imperativas e perturbadoras da existência social". *O mito e o homem*, Lisboa, Edições 70, 1972, p. 14. O Conselheiro, em última instância, fala um discurso agregador das insatisfações sociais; através da força de sua palavra mobiliza a reação contra as "pressões da existência social".

18. O ideário apresentado por Antônio Conselheiro em *Os jagunços* é, em linhas gerais, o que circulava na imprensa do tempo e que está também em *Os sertões*. Lê-se em Arinos que o Profeta: proibia a circulação de bebidas; punia os crimes contra a pessoa e a propriedade; tolerava a poligamia e até a promiscuidade; era um cenobita de Tebaida, de uma castidade de santo; sua religião não fugia ao catolicismo; era cismático porque não se opunha às uniões sexuais fora do sacramento do matrimônio; não invocava funções sacerdotais; tinha no imperador a autoridade máxima, por ser ungido por Deus; adotava certas práticas socialistas e comunistas (lembrando a organização teocrática dos incas); não proibia o comércio e nem que o indivíduo trabalhasse um pouco para si; reconhecia a autoridade papal; buscava uma vida virtuosa; negava fazer milagres; os bens dos chegados a Canudos ficavam com o Conselheiro, que em troca lhes dava vestuário e ração.

Vários dos pontos colocados acima são, hoje, negados como tendo vinculação com Antônio Conselheiro, mas tiveram eco entre os que se ocupavam da questão de Canudos.

19. Ainda que não seja aqui o lugar para uma reflexão acerca dos componentes sociais dos movimentos milenaristas, convém adiantar que seria redutor conformá-los, como tende a fazer Afonso Arinos, apenas a uma dimensão mítica. Desconsiderar a trama de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais envolvidos no problema significa admitir que a população marginalizada não possui razões efetivas para aderir à prática da salvação. Wilhelm Mühlmann, op. cit., p. 200-35.
20. Ainda que a religião possa ir se tornando um epifenômeno, é preciso considerar uma afirmativa que fizemos antes: no caso de Canudos, os marginalizados não aderiram à perspectiva mística como um fato que se bastasse a si mesmo.
21. A tradição marxista trabalha com a idéia de que também a religião se explica à luz do desenvolvimento das forças produtivas: "Feuerbach no ve, por tanto, que el 'sentimiento religioso' es, a su vez, un producto social y que el individuo abstracto que él analiza pertenece a una determinada forma de sociedad", Karl Marx, "Tesis sobre Feuerbach", in: *La ideología alemana*, Montevideu/Barcelona, Pueblos Unidos/Grijalbo, 1970, p. 667. Retomando as *Teses*, Engels, em seu *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, aprofunda a crítica à necessidade religiosa do homem e à idéia do sentimento religioso como algo absoluto, submetendo o problema ao processo de desenvolvimento econômico da sociedade. Lisboa, Presença, s/d.
22. *Lo santo*, 2. ed. Madri, Revista do Ocidente, 1965.
23. Peter Berger, op. cit., p. 36.
24. A teodicéia não implica só redenção. Ela tem respostas mais específicas sobre as dúvidas dos homens. Uma de suas funções pode ser a de explicar as desigualdades sociais, o poder, os privilégios: "Es importante destacar al respecto que tales teodiceas pueden servir como legitimaciones tanto para los poderosos como para los desvalidos, para los privilegiados y para los desposeidos". A teodicéia pode, inclusive, controlar a rebeldia ou justificar a riqueza: "Dicho en términos simples, la teodicea brinda al pobre un significado de su pobreza, pero también provee al rico de un significado de su riqueza. En ambos casos, el resultado es el mantenimiento de un mundo, muy concretamente, el mantenimiento del orden institucional particular". Peter Berger, op. cit., p. 78.
25. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, o messianismo é uma crença, uma doutrina de natureza ativa, não-conformista; messiânico é propriamente o movimento que sobrevém à espera, é a atividade, a ação; o Messias é líder político e espiritual que põe em marcha o movimento difundindo a crença e agregando fiéis. *O messianismo no Brasil e no mundo*, p. 3-22.
26. Termo usado por Mühlmann, op. cit., p. 257 e s.



27. Edição da *Bíblia Sagrada* traduzida e anotada pelo Pe. Matos Soares, 7. ed., São Paulo, Paulinas, 1956, p. 1269.
28. O texto bíblico que estamos utilizando explica esta passagem do seguinte modo: "Não vim trazer a paz... Jesus veio ensinar uma doutrina contrária ao mundo, com o fim de destruir o domínio de Satanás e das paixões humanas". É neste sentido que ele diz: "Não vim trazer a paz, mas a espada, isto é, a luta entre a virtude e o vício" (p. 1190).
29. Nas palavras de Maria Isaura Pereira de Queiroz, este profeta "disciplina seu grupo segundo novas leis, aniquila a hierarquia anterior, e, assim sendo, organiza seu reino e funda quase sempre uma nova hierarquia que parte de sua própria pessoa de tal maneira que o profetismo para ele se transforma em meio de governar". Op. cit., p. 82.
30. A questão escatológica, segundo Max Weber, coloca-se no quadro do desequilíbrio entre bondade, justiça, mundo. É a busca do equilíbrio que acena para um mundo futuro pleno e justo: "El proceso escatológico consiste entonces en una transformación política y social de este mundo. Un héroe poderoso o un dios vendrán - pronto, tarde, alguna vez - y colocarán a sus adeptos en el primer lugar merecido en el mundo". *Economía y sociedad*, p. 191.
31. Adilson Citelli, *Os sertões de Euclides da Cunha*. Roteiro de Leitura, São Paulo, Ática, 1996.

## ***Referências bibliográficas***

- ANDRADE, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de Os sertões*. São Paulo, Edart, 1966.
- ARINOS, Afonso. *Obra completa*. Rio de Janeiro, INL, 1969.
- BENÍCIO, Manuel. *O rei dos jagunços*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1899.
- BERGER, Peter. *El dosel sagrado - Elementos para una sociología de la religión*. Buenos Aires, Amorrortu, 1971.
- BÍBLIA SAGRADA. Trad. Pe. Matos Soares. 7. ed. São Paulo, Paulinas, 1956.
- BLOCH, Ernest. *Thomas Münzer, teólogo da revolução*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- CAILLOIS, Roger. *O mito e o homem*. Lisboa, Edições 70, 1972.
- CALASANS, José. *No tempo de Antônio Conselheiro*. Salvador, UFBa, 1959.
- CITELLI, Adilson. *Os caminhos da salvação* (modos de ver e de compor em *Os jagunços*, de Afonso Arinos). Tese mimeografada. São Paulo, FFLCH/USP, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Os sertões de Euclides da Cunha*. Roteiro de Leitura. São Paulo, Ática, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Um enclave perturbador" e "Canudos: formas de composição". *Revista USP* (16 e 20). São Paulo, CCS/USP, 1993-1994.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 29. ed. Rio de Janeiro/Brasília, Francisco Alves/INL, 1979.
- DURKHEIM, Émile. *Les formes elementaires de la vie religieuse*. Paris, Presses Universitaires de France, 1960.
- ELIADE, Mircea. *Lo sagrado y lo profano*. Madri, Guadarrama, 1973.
- ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Lisboa, Presença, s/d.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo, Unesp/Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWN, E. J. *Rebeldes primitivos - Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.



- MADURO, Otto. *Religião e luta de classe*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- MARX, Karl. *La ideología alemana*. Montevideu/Barcelona, Pueblos Unidos/Grijalbo, 1970.
- MÜHLMANN, Wilhelm. *Messianismes revolutionnaires du tiers monde*. Paris, Gallimard, 1968.
- OTTO, Rudolf. *Lo santo*. 2. ed. Madri, Revista do Ocidente, 1965.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci et la question religieuse*. Paris, Anthropos, 1974.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo, Dominus/Edusp, 1965.
- REYFELD, Walter. *Tempo e religião*. São Paulo, Perspectiva, 1988.
- RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1944, vol. II.





Romaria. Alto Alegre - BA, out./1996

## CANUDOS COMO CIDADE ILETRADA: EUCLIDES DA CUNHA NA URBS MONSTRUOSA

Roberto Ventura\*

Euclides da Cunha interpretou a Guerra de Canudos a partir de fontes orais, como os poemas populares e as profecias religiosas encontrados em papéis e cadernos nas ruínas da comunidade. Baseou-se em profecias apocalípticas, que julgou serem da autoria de Antônio Conselheiro, para criar, em *Os sertões*, um retrato sombrio do líder da comunidade. Esses poemas e profecias foram o ponto de partida de sua visão de Canudos como movimento sebastianista e messiânico, vinculado à crença no retorno mágico do rei português dom Sebastião, para derrotar as forças da República e restaurar a Monarquia.

Euclides projetou sobre o Conselheiro muitas de suas obsessões pessoais, como o temor da irracionalidade, da sexualidade, do caos e da anarquia, para construir um personagem trágico, guiado por forças obscuras e ancestrais e por maldições hereditárias, que o levaram à insanidade e ao conflito com a ordem. Viu Canudos como desvio histórico capaz de ameaçar a linha reta que ele, Euclides, se impusera desde a juventude.

---

\*Professor de teoria literária e literatura comparada na Universidade de São Paulo.



Recorria, nas cartas aos amigos e familiares, à imagem da linha reta para expressar sua fidelidade aos princípios éticos aprendidos com o pai, ancorados na crença, no progresso da humanidade e no caráter redentor da República<sup>1</sup>.

Os sermões de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, recolhidos em dois volumes manuscritos a que Euclides não teve acesso, mostram um líder religioso muito diferente do fanático místico ou do profeta milenarista retratado em *Os sertões*. Revelam um sertanejo letrado, capaz de exprimir, de forma articulada, suas concepções políticas e religiosas, que se vinculavam a um catolicismo tradicional, corrente na Igreja do século XIX.

Antônio Conselheiro, o futuro líder de Canudos, pregou por volta de 1870 pelo interior do Nordeste e organizou mutirões para a construção de igrejas e cemitérios. Foi proibido de pronunciar sermões pela Igreja Católica em 1882. Seus conflitos com a ordem estabelecida se agravaram com a proclamação da República. Conselheiro se opunha ao novo regime, que via como a personificação do Anticristo, e criticava o casamento civil e o registro de mortes e nascimentos introduzidos com a Constituição de 1891.

Após liderar rebelião contra cobrança de impostos, fixou-se, em 1893, com seus seguidores no povoado de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, no Nordeste da Bahia. Criou Belo Monte como refúgio sagrado contra as secas da região e as leis seculares da República. O atraso na entrega de madeira, comprada em Juazeiro para a construção de igreja, foi o estopim de um conflito armado que se estendeu por quase um ano, de novembro de 1896 a outubro de 1897, até o completo extermínio da comunidade. Quatro expedições militares foram enviadas contra Canudos.

Foi uma guerra de extermínio que o escritor-engenheiro Euclides da Cunha criticou em *Os sertões*, publicado em 1902, cinco anos após o massacre. Mais de doze jornais mandaram repórteres e fotógrafos na primeira cobertura ao vivo de uma guerra no Brasil, que a instalação das linhas telegráficas tornara possível. O conflito terminou com a morte de 5 mil soldados e o massacre da segunda maior cidade da Bahia, com cerca de 25 mil habitantes.

A destruição de Canudos se deveu menos ao anti-republicanismo do Conselheiro do que a fatores políticos, como os conflitos entre facções partidárias na Bahia, a atuação da Igreja contra a atuação pouco

ortodoxa dos beatos e pregadores e as pressões dos proprietários de terras contra a comunidade, cuja expansão trazia escassez de mão-de-obra e rompia o equilíbrio político da região.

Outros conflitos políticos em nível nacional transformaram o povoado em alvo de grupos e facções, como os embates entre civilistas e militaristas ligados à sucessão do presidente Prudente de Moraes (1894-8). A guerra serviu de pretexto à repressão aos grupos monarquistas e aos setores jacobinos, tendo contribuído para a implantação da política dos governadores criada pelo presidente Campos Sales (1898-1902), em que as lideranças civis de Minas Gerais e de São Paulo passaram a se alternar no poder.

### ***Euclides da Cunha em Canudos***

Euclides foi enviado à frente de batalha como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* para escrever uma série de reportagens e preparar um livro sobre a guerra. Participou, de agosto a outubro de 1897, da quarta e última expedição. Tomou contato com uma cidade semidestruída pelos bombardeios, com seus habitantes privados de água e comida devido ao cerco do Exército. Sua observação foi prejudicada por tais condições, que se somaram à formação científica, de base positivista e evolucionista, com os preconceitos raciais próprios da época, que traziam a crença na inferioridade dos não-brancos.

Passeou, dentro da cidade, em 29 de setembro, como contou no penúltimo artigo para o jornal: "Passeio perigosamente atraente, com os jagunços a dois passos apenas, nas casas contíguas". Anotou no mesmo dia, na caderneta de bolso que trazia: "Não posso definir a comoção ao entrar no arraial". Decepcionou-se com o aspecto daquela povoação estranha, cujas ruas eram substituídas por um "dédalo desesperador de becos estreitíssimos". As casas se acumulavam "em absoluta desordem", como se tudo aquilo tivesse sido construído "febrilmente - numa noite - por uma multidão de loucos!"<sup>2</sup>.

Criticou a ausência de linha reta e de planejamento no traçado de Canudos. Assustou-se ainda com o interior miserável dos casebres escuros, sem ar e com pouca mobília. Atacou a desordem social e a corrupção de costumes no arraial, retomando o tópico clássico do "mundo às avessas" abordado por Ernst Robert Curtius em *Literatura européia e Idade Média latina*<sup>3</sup>.

Euclides presenciou menos de três semanas de luta, ao todo dezoito dias, de 16 de setembro a 3 de outubro. Retirou-se doente de Canudos na manhã de 3 de outubro, dois dias antes do fim da guerra, por causa de acessos de febre provocados pelas condições do local, com pilhas de mortos e feridos, falta de alimento e noites de sono interrompidas por tiroteios. Não assistiu ao massacre dos prisioneiros, à queda final de Canudos, à exumação do cadáver do Conselheiro com a descoberta de seus manuscritos ou ao incêndio da cidade com tochas de querosene, ocorridos nos últimos dias. Tais cenas, ausentes de suas reportagens, foram relatadas com poucos detalhes no livro de 1902<sup>4</sup>.

Seu silêncio sobre as atrocidades da guerra foi acompanhado por quase toda a imprensa. Os materiais enviados pelos correspondentes, sobretudo por telégrafo, eram submetidos à censura militar. Mas outros jornalistas, como Manuel Benício, do *Jornal do Comércio*, e Fávila Nunes, da *Gazeta de Notícias*, chegaram a mencionar atos de violência das tropas. A crueldade da campanha só foi revelada com veemência, após o término do conflito, pelo estudante de medicina Lélis Piedade, no *Jornal de Notícias* da Bahia, e pelo monarquista Afonso Arinos no *Comércio de São Paulo*<sup>5</sup>.

Talvez Euclides se sentisse tolhido, como repórter, para atacar o Exército. Era, desde 1896, tenente reformado e fora nomeado adido ao Estado-Maior, com direito a ordenança, para a cobertura da guerra. Daí o crescente silêncio das reportagens que escreveu de Canudos, interrompidas de forma súbita. Escreveu sobre as manhãs admiráveis, com os raios de sol que iluminavam o círculo de montanhas<sup>6</sup>.

Mais tarde, em *Os sertões*, chamou a cadeia de serras de “anfiteatro” do maior drama da história brasileira e denunciou a campanha militar como crime. Fez a confissão de culpa da omissão de suas reportagens, ao mencionar fatos sobre os quais antes silenciara: a degola dos prisioneiros e o comércio de mulheres e crianças. Criticou a hipótese de uma conspiração política, apoiada por grupos monárquicos e por países estrangeiros, que havia justificado o massacre.

### ***A oralidade em Os sertões***

O crítico uruguaio Angel Rama tratou, em *La ciudad letrada*, do papel das camadas letradas na América Latina, encarregadas das tarefas da administração colonial e da catequização da população indígena. For-

mada por profissionais, escritores e servidores intelectuais que detinham a escrita em uma sociedade de analfabetos, a cidade letrada fazia a comunicação e a mediação entre a metrópole e os grupos locais, exercendo funções culturais e simbólicas nas estruturas de poder<sup>7</sup>.

Euclides criou, em *Os sertões*, uma imagem de Canudos como cidade iletrada, dominada por fanatismos e superstições transmitidos de forma oral. Construiu um modelo interpretativo para dar conta das relações e conflitos entre a sua própria cultura, letrada e urbana, e a cultura oral sertaneja, marcada por mitos messiânicos e pela tradição católica. Procurou dar voz ao outro, objeto de seu discurso e inimigo de suas concepções políticas, ao incorporar textos destinados à oralização, produzidos segundo uma lógica mítica e religiosa que lhe era estranha.

Foi além da narração da guerra, ao construir uma teoria do Brasil cuja história seria movida pelo choque de etnias e culturas. Recorreu à teoria do sociólogo austriaco Ludwig Gumplowicz (1838-1909), que considerava a história guiada pela luta entre raças, com o esmagamento inevitável dos grupos fracos pelos fortes. Alarmado com o avanço da cultura estrangeira, lançou seu brado de alerta em *Os sertões*: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos”<sup>8</sup>.

O conflito entre Canudos e a República resultou, para Euclides, do choque entre dois processos de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja. O mestiço do sertão apresentaria vantagem sobre o mulato do litoral, devido ao isolamento histórico e à ausência de componentes africanos, que tornariam mais estável sua evolução racial e cultural. “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”<sup>9</sup>.

Revelou, na abertura do livro, seu propósito de se identificar com os sertanejos vítimas da guerra. Citou a esse respeito o historiador francês Hyppolite Taine, para quem o “narrador sincero” deveria ser capaz de se sentir como um bárbaro entre os bárbaros, como um antigo entre os antigos. Taine formulou, na *Histoire de la littérature anglaise* (1863), a concepção naturalista da história, determinada a partir de três fatores: o meio, a raça e o momento<sup>10</sup>.

Tal concepção naturalista foi seguida por Euclides ao dividir *Os sertões* em três partes, correspondentes aos fatores de Taine: “A terra”, “O homem” e “A luta”. Apesar da sua intenção de narrar a história com sinceridade, construiu uma visão negativa de Canudos como “*urbs monstruosa*” e “*civitas sinistra do erro*”, dominada pela desordem e pelo cri-



me. O povoado era, para ele, um "ajuntamento caótico e repugnante de casas", onde haveria o amor livre e o coletivismo dos bens<sup>11</sup>.

Mas propôs uma outra visão de Canudos como comunidade messiânica, em que haveria a espera do rei português dom Sebastião para derrotar as forças da República. Segundo Euclides, o isolamento histórico da sociedade sertaneja permitiu a preservação dos mitos sebastianistas, transmitidos com a colonização portuguesa. O movimento de Canudos teria reatualizado o mito de dom Sebastião, morto na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, na tentativa de expandir os domínios portugueses na África.

Surgiu o mito do retorno glorioso do monarca desaparecido, que se manteve em Portugal até o século XIX. Esse mito se manifestou no Brasil em movimentos messiânicos como os da Cidade do Paraíso Terrestre, de 1817 a 1820, e de Pedra Bonita, de 1836 a 1838, ambos em Pernambuco ou no Contestado, região entre o Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. A crença esteve presente na vila de Canudos de 1893 a 1897<sup>12</sup>.

Euclides se baseou nos poemas e profecias que transcreveu em uma caderneta. Os poemas fazem parte de dois ABCs, narrativas da guerra estruturadas como seqüência de estrofes iniciadas com as letras do alfabeto, que servem como recurso de memorização. Copiou ainda duas profecias apocalípticas, que julgou serem do próprio Conselheiro.

Comentou de forma negativa esses manuscritos, que desqualificou como "pobres papéis", com "ortografia bárbara" e "escrita irregular e feia", que mostrariam o "pensamento torturado" dos sertanejos: "Valiam tudo porque nada valiam". Conselheiro pregava, para ele, com uma "oratória bárbara e arrepiadora", "misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas..."<sup>13</sup>

Euclides citou, em *Os sertões*, sete quadras de um dos ABCs, que colocou em ordem cronológica, de forma a sintetizar a concepção mítica e religiosa dos seguidores do Conselheiro, que acreditariam no retorno de dom Sebastião. Esse ABC, composto de 28 quadras e um terceto, contém uma narrativa popular dos primeiros anos da República, que introduziu o casamento civil, perseguiu o Conselheiro e trouxe guerras civis e especulação financeira. Duas dessas quadras se referem à vinda de dom Sebastião para extinguir o casamento civil e punir aqueles que se encontrariam sob "a lei do Cão", a "eleição" do novo regime, considerada contrária à lei de Deus:



Sebastião já chegou  
comta muito rijimento  
acabando com o Civil  
e fazendo os casamento.

Visita vem fazer  
Rei D. Sebastião  
Coitadinho d'aquele pobre  
que estiver na lei de Cão.<sup>14</sup>

A República é tida como o reino do Anticristo, personagem do Apocalipse que surgiria antes do fim do mundo para semear a impiedade e a discórdia até ser vencido pelas forças divinas.

Euclides mencionou, em *Os sertões*, duas profecias apocalípticas que atribuiu de forma errônea ao Conselheiro: a profecia das nações e a profecia de Jerusalém. A profecia das nações se refere ao fim do mundo, em que irá aparecer um anjo, para fazer pregações, fundar cidades e construir igrejas e capelas. É provável que os sertanejos identificassem no Conselheiro esse anjo. São previstas desgraças, como a construção de estradas de ferro, a grande fome, a prisão de fiéis e guerras civis, que precederão o retorno de dom Sebastião e de Jesus para inaugurar uma nova era.

A profecia de Jerusalém é datada de 1890, tendo Belo Monte como local. Essas referências são problemáticas, pois o Conselheiro só se fixou em Canudos, chamado de Belo Monte, em 1893, três anos depois da data atribuída ao texto. Não há referências a dom Sebastião nessa profecia, que contém uma cronologia política que vai da independência do Brasil até o fim do mundo, anunciado para 1901, passando pela abolição dos escravos e a proclamação da República. É previsto o apagar de todas as luzes, seguido de chuvas de estrelas e de queda de meteoros, até que apareça o pastor capaz de guiar o rebanho. Guerras são profetizadas para o ano de 1896, que coincidiu com o início do conflito: "Em 1896 há de haver guerra Nação com a mesma Nação, o sangue há de correr na terra".

Ambas as profecias contêm uma visão escatológica que anuncia o fim do mundo e a criação do Reino dos Céus na terra pela inversão do mundo existente. As diferenças sociais e os conflitos políticos deverão ser eliminados pela unificação dos homens sob a autoridade divina: "um só pastor e um só rebanho". As regiões climáticas também serão colocadas às avessas e o sertão se tornará terra de promessa, com fartura de

carne e peixe, ao virar “praia”, expressão utilizada para designar as zonas úmidas entre o litoral e o semi-árido: “Em 1894 há de vir rebanhos de mil correndo do centro da Praia para o certão então o certão virará Praia e a Praia virará certão”<sup>15</sup>.

### ***Os sermões do Conselheiro***

Euclides não teve acesso, quando escreveu *Os sertões*, aos dois volumes manuscritos que o Conselheiro redigiu do próprio punho ou ditou a um assistente. Tomou por base profecias populares, como a das nações e a de Jerusalém, que atribuiu ao líder de Canudos. Só teve acesso a um dos manuscritos deixados pelo líder de Canudos quase sete anos após a publicação de *Os sertões*, poucos meses antes de morrer em 1909. Mas se inclinava, dada sua formação evolucionista, a desqualificar o discurso religioso como primitivo.

O Conselheiro redigiu dois livros manuscritos em meio aos conflitos com a Igreja e o Governo, que se encerravam com uma mensagem de despedida aos fiéis. Deixou uma espécie de testamento religioso ao perceber o agravamento do confronto com os poderes estabelecidos. Seu profetismo, com o ideal de martírio e o desejo de salvação, se relacionava com o catolicismo dos pregadores leigos, muito freqüentes no Nordeste.

O papel de conselheiro, que se pregou, como epíteto, ao nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, era previsto em obra divulgada pela Igreja portuguesa e brasileira: *Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar o fruto das Missões*, do padre Manuel José Gonçalves Couto. Para o padre Couto, toda povoação deveria ter um missionário, de preferência um sacerdote, e “na falta dele qualquer homem ou mulher que saiba ler bem, e duma vida exemplar”, para conduzir o povo em orações e lhe dar instruções religiosas<sup>16</sup>. O Conselheiro seguiu as recomendações da *Missão abreviada*, volume que trazia consigo junto com uma *Bíblia* bilíngüe, em latim e português.

*Apontamentos dos preceitos da divina lei de Nosso Senhor Jesus Cristo*, datado de 1895, é o primeiro manuscrito do Conselheiro. É um livro de orações, inédito até hoje, escrito após o fracasso da missão dos frades italianos enviados para submeter o líder e seus fiéis à autoridade eclesiástica. Contém partes copiadas e adaptadas da *Missão abreviada* e da *Bíblia*, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento. Apresenta ainda os dez mandamentos e os sacramentos e obrigações religiosas.

O segundo manuscrito foi concluído em 12 de janeiro de 1897, quando a vila se preparava para o combate à segunda expedição. Tinha por título *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do Mistério da Anunciação*, contendo a vida de Jesus Cristo e da Sagrada Família sob a ótica da Virgem Maria, seguido de “Os dez mandamentos da lei de Deus” e de textos extraídos da *Bíblia*, além de prédicas e discursos. Foi publicado por Ataliba Nogueira, em 1978, como *Antônio Conselheiro e Canudos*. Parte da obra é dedicada ao relato da Paixão, o que permite supor que houve a identificação imaginária entre o sacrifício exemplar de Cristo e o extermínio iminente do grupo.

O manuscrito contém ainda um texto propriamente político, o sermão “Sobre a República”, em que atacava o novo regime como “grande mal para o Brasil” e “tirania para os fiéis”, regime político contrário à vontade de Deus. Para o Conselheiro, a restauração da Monarquia e o retorno da família real ao Brasil eram fatos inevitáveis, inscritos em uma ordem natural: “Negar estas verdades seria o mesmo que dizer que a aurora não veio descobrir um novo dia”<sup>17</sup>.

As crenças sebastianistas, messiânicas e milenaristas, de que os poemas e as profecias transcritos por Euclides são evidência, permitem explicar tanto a luta quase suicida de parte dos conselheiristas como a intensa migração para Canudos em pleno acirramento do conflito. É possível que, nos últimos meses de agonia da comunidade, a visão escatológica tenha se reforçado entre aqueles que, ao invés de abandonarem o povoado, fizeram a sua defesa até a morte.

Antropólogos e historiadores, como Duglas Teixeira Monteiro, Robert Levine e Marco Villa, consideram porém que Canudos não foi uma comunidade predominantemente milenarista, pois não chegou a apresentar o misticismo extremado de outros movimentos religiosos, como Juazeiro e Contestado. A espera do fim do mundo teria sido, em Canudos, um elemento do discurso religioso presente nas profecias apocalípticas que circularam entre seus habitantes, mas não se pode precisar hoje qual foi o grau de adesão a tais concepções<sup>18</sup>.

Ao contrário dos poemas e profecias citados por Euclides, os sermões de Antônio Conselheiro não contêm referências a dom Sebastião nem revelam expectativas na vinda de um messias capaz de trazer a vitória do Bem sobre o Mal ou esperanças milenaristas na criação do paraíso na Terra.

## *Uma feição de mistério*

Euclides admitiu, nas reportagens escritas para *O Estado de S. Paulo*, que havia subestimado a resistência dos sertanejos e a sua capacidade de luta. Observou, em artigo de agosto de 1897, que o combate apresentava uma "feição primitiva, incompreensível, misteriosa". Surpreendia-se que os jagunços, já em número reduzido, aguardassem que o Exército fechasse o cerco da cidade, em vez de fugirem enquanto ainda lhes restava uma estrada aberta para a salvação<sup>19</sup>.

Euclides da Cunha tentou penetrar em uma camada opaca ao observador: as formas de consciência e de representação em uma comunidade que lhe era estranha, entrevista em meio aos combates e bombardeios do outro lado da trincheira. Procurou esclarecer o mistério ao afirmar a existência de crenças sebastianistas em Canudos, que tornariam inteligíveis alguns dos aspectos subterrâneos da guerra, como o apelo da mensagem de seu líder e a resistência heróica dos combatentes. O catolicismo devocional presente nos sermões do Conselheiro revela, porém, que o sebastianismo pode ter sido menos difundido do que supôs o autor de *Os sertões*.

Euclides adotou um modo historiográfico ousado ao dar um arranjo poético ao conflito, criando uma obra híbrida entre a narrativa e o ensaio, entre a literatura e a história. Lançou um olhar irônico sobre suas próprias crenças, para compreender o horror da guerra e inserir os fatos em um enredo capaz de ultrapassar a sua significação particular. A epopeia gloriosa da República brasileira, pela qual combatera na juventude, adquiriu caráter de tragédia na violenta intervenção militar que testemunhou em Canudos.

## Notas

1. Euclides da Cunha, *Correspondência de Euclides da Cunha*. Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). São Paulo, Edusp, 1997.
2. Id. "Canudos", 29 set. 1897. In: *Canudos: diário de uma expedição*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939, p. 107-9. Id. *Caderneta de campo*. São Paulo, Brasília, Cultrix, INL, 1975, p. 69.
3. Ernst Robert Curtius, "O mundo às avessas". In: *Literatura européia e Idade Média latina (Europäische Literatur und Lateinisches Mittelalter)*. Rio de Janeiro, INL, 1957, p. 98-102.
4. José Calasans, "Euclides da Cunha nos jornais da Bahia". *Revista de Cultura da Bahia* (Salvador), 4: 47-50, jul.-dez. 1969.
5. Walnice Nogueira Galvão (org.), *No calor da hora. A guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. São Paulo, Ática, 1977.
6. E. da Cunha, "Canudos", 1ª out. 1897. In: *Canudos*, p. 110 e ss.
7. Angel Rama, *La ciudad letrada*. Ediciones del Norte, 1984. Trad. bras.: *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
8. Ludwig Gumplowicz, *La lutte des races*. Paris, Guillaumin, 1893. E. da Cunha, *Os sertões: campanha de Canudos* (1902). Ed. de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 145.
9. E. da Cunha, *Os sertões*, p. 179.
10. Hippolyte Taine, *Histoire de la littérature anglaise* (1863). Paris, Hachette, 1905, v. 1, p. xxxix.
11. E. da Cunha, *Os sertões*, p. 232-9.
12. Duglas Teixeira Monteiro, "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado". In: Boris Fausto (ed.), *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, v. III/2, 1977. Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
13. E. da Cunha, *Os sertões*, p. 194, 249.
14. Id. *Caderneta de campo*, p. 58-9.
15. Id., *ibid.*, p. 73-5.
16. Pe. Manuel José Gonçalves Couto, *Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar o fruto das Missões*. Porto, Sebastião José Pereira, 1878.
17. Antônio Vicente Mendes Maciel (Antônio Conselheiro), "Sobre a República" (1897). In: Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo, Nacional, 1978.
18. Robert Levine, *Vale of tears: revisiting the Canudos massacre in the Northeastern Brazil, 1893-1897*. Berkeley, Los Angeles, Oxford, Univ. of California Press, 1992. Trad. br.: *O sertão prometido: o massacre de Canudos no nordeste brasileiro*. São Paulo, Edusp, 1995. Marco Villa, *Canudos: o povo da terra*. São Paulo, Ática, 1995.
19. E. da Cunha, "Canudos", 16 ago. 1897. In: *Canudos*, p. 29.







Estátua de Antônio Conselheiro. Alto Alegre - BA, out./1996

## CARTAS DE EUCLIDES NO ANO DA GUERRA

Walnice Nogueira Galvão\*

O papel de Euclides da Cunha na construção da memória da Guerra de Canudos é fundador. Seu livro, *Os sertões* (1902), fez por uma insurreição popular o que nenhum outro foi capaz de fazer, no país: alçou-a a tragédia paradigmática, mediante o louvor à coragem do vencido.

Bem menos divulgada, mas de extraordinária relevância enquanto embrião do livro, é a série de reportagens que Euclides escreveu como correspondente de guerra do jornal *A Província* (hoje *O Estado*) de S. Paulo. Enviado ao palco dos acontecimentos, foi de lá mandando correspondência e telegramas que iam sendo publicados no jornal. A série só foi editada pela primeira vez em livro em 1939, com o título *Canudos – Diário de uma expedição*.

Entretanto, no ano da guerra – 1897 – Euclides também escreveu cartas pessoais, e é delas que se tratará mais detidamente a seguir.

Das cartas de Euclides da Cunha<sup>1</sup>, observa-se que poucas restam do período anterior à notoriedade trazida pela publicação de *Os sertões*,

---

\*Professora Titular de Teoria Literária da Universidade de São Paulo.

em 1902 – exceto aquelas dirigidas a Reinaldo Porchat, futuro primeiro reitor da Universidade de São Paulo (USP). Não fosse essa numerosa coleção, até há pouco inédita<sup>2</sup>, pouco se saberia, de mão própria, dessa fase da vida do escritor.

O destaque adquirido por Euclides, a partir do fim de 1902, data de cinco anos após o término da Guerra de Canudos, em outubro de 1897. Daí para a frente, intensifica-se de maneira visível o volume da correspondência ativa, ciosamente guardada pelos destinatários.

Mesmo assim, interveio uma *vontade de preservação*, como aquela, exemplar, demonstrada por Reinaldo Porchat e seus descendentes.

A amizade entre Euclides e Reinaldo Porchat (1868-1953) nasceu no círculo de convivência do jornal *A Província de S. Paulo*, suscitada pela figura de Júlio de Mesquita, a essa época baluarte do republicanismo. Reinaldo Porchat, que se tornaria um bom amigo e fiel correspondente, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891 e foi, como Euclides, militante republicano. Mais tarde, será catedrático de Direito Romano a partir de 1903 e diretor da mesma escola em 1930 e 1931, bem como senador estadual de 1923 a 1925, antes de se tornar o primeiro reitor da USP em 1934. Já integrava esse círculo quando Euclides, que vivia no Rio de Janeiro, veio residir por um ano, o de 1889, em São Paulo. A essa altura, Euclides, que estudava na Escola Militar, foco de agitação antimonarquista, praticara um gesto de rebeldia que dera o que falar. Quando Tomás Coelho, ministro da Guerra e portanto representando a autoridade imperial, passava em revista as tropas perfiladas no recinto da escola, à voz de apresentar armas o então cadete atirou seu sabre ao chão. Preso e depois expulso da escola, Euclides muda-se para São Paulo, onde o grupo do periódico, de cujas idéias partilhava, o acolhe com fervor. O destino do escritor não mais se desvencilhará de *O Estado de S. Paulo*, no qual passará o ano todo publicando ferventes artigos de propaganda republicana. Esse é o episódio que, por vias transversas, está na raiz da camaradagem duradoura entre ambos: a última carta a Reinaldo Porchat precede de pouco a morte do escritor.

Com esse lote de correspondência, Reinaldo Porchat passa a ocupar o posto de segundo maior destinatário de Euclides. E só perde para o imbatível Francisco de Escobar, influente advogado e político mineiro, intendente de São José do Rio Pardo à época em que Euclides lá viveu e trabalhou como engenheiro da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, escalado para reconstruir a ponte sobre o rio Par-



do, que uma enchente levara de roldão. Escobar, futuro prefeito de Poços de Caldas, era homem culto (“doutíssimo e eruditíssimo”, dele disse Coelho Neto), possuidor de notável biblioteca, e tornou-se o interlocutor assíduo de Euclides no período tormentoso de redação de *Os sertões*, naquela cidade. Posição que manteve pelos anos afora, em incessante troca epistolar – mas ambos só travariam conhecimento após o ano de 1897, que aqui nos ocupa.

Mais um missivista avulta nessa fase. Trata-se de João Luís Alves, a quem Euclides se ligou quando foi morar em Campanha, Minas Gerais (1894), após ter retornado de São Paulo ao Rio com o advento da República. Designado para a Diretoria de Obras Militares na cidade mineira, consta que a transferência teria encoberto uma punição. Nesse ano de 1894, o sogro de Euclides, general Solon Ribeiro, membro do grupo de militares que conspirara para proclamar a República, sofreu pena semelhante imposta pelo Governo. Sem mencionar seu próprio caso, Euclides envia-lhe uma carta, a 6 de junho, já de Campanha, manifestando seu repúdio à remoção do sogro para Mato Grosso, lugar que tem “a função lamentável de prestar-se a todos os exílios disfarçados e hipócritas”. Ainda oficial do Exército – do qual viria a reformar-se aos trinta anos – e vivendo no Rio, Euclides caíra em desgraça por ter protestado publicamente contra o alvitre de executar-se sumariamente os presos da Revolta da Armada, sendo enviado no mês seguinte para a distante Campanha. Lá chegando, fez vários amigos, com quem se correspondeu após ter-se mudado dali. O mais constante dentre eles foi, justamente, João Luís Alves (1870-1925), advogado mineiro que se encaminharia para a política, tornando-se sucessivamente deputado, senador, ministro da Justiça e do Supremo Tribunal.

As relações entre ambos só foram definitivamente cortadas pela morte de Euclides. Disso é prova a última carta que este lhe endereçou, a cerca de dois meses de seu fim. Datada de 10 de junho de 1909, são termos de seu fecho: “Recado do velho amigo Euclides”. Mais explícita ainda é a saudação final da penúltima, de 15 de novembro de 1907: “... abraço-te com todo o carinho de nossa velha amizade”.

Tentando remendar os retalhos de 1897, destacam-se três cartas a João Luís Alves nesse ano, remetidas de São Paulo, todas contendo alusões a Canudos. Em linhas gerais, expõem a idéia inteiramente negativa que Euclides abrigava a propósito do levante, corroborada por outras que examinaremos adiante e da qual *Os sertões* viriam a ser o portentoso desmentido.

A primeira é escrita a 14 de março de 1897, ainda sob o impacto da debandada da Expedição Moreira César, ou terceira expedição, ocorrida dias antes. Nessa data saíra publicado em *O Estado de S. Paulo* o primeiro dos dois artigos intitulados "A nossa Vendéia", depois título provisório do futuro livro, que tecem comentários sobre o episódio. O missivista menciona o episódio mas não seu artigo:

São Paulo, 14 de março de 1897.

João Luís

Saúde e felicidades. Desejamos eu e a Saninha que você, a D. Fernandina e toda a família estejam de perfeita saúde e felizes.

Apesar de um longo silêncio de que não sou culpado porque fui o último a escrever-te, lá vai esta carta dizer-te que não me esqueço do digno correligionário e amigo. Além disto, nesta aterradora quadra de desastres é necessário que procuremos os irmãos de crença, os únicos que nos podem compreender. Creio que como eu estás ainda sob a pressão do deplorável revés de Canudos aonde a nossa República tão heróica e tão forte curvou a cerviz ante uma horda desordenada de fanáticos maltrapilhos...

Que imensa, que dolorosa, que profunda e que esmagadora vergonha, meu caro João Luís!

O nosso belo ideal político – estes fatos o dizem eloqüentemente – continua assim sacrificado pelos *políticos* tontos e egoístas que nos governam.

O que diz de tudo isto o nosso incorruptível e sincero correligionário, o Dr. Brandão? Eu imagino se não o desalentou profundo a tristeza enorme que o assalta.

Felizmente a geração heróica de 15 de novembro está ainda robusta e, ao que parece, pouco disposta a deixar que extingam a sua mais bela criação.

Procurando ser otimista (difícil coisa nestes tempos maus!) vejo nesta situação dolorosa um meio eficaz para ser provada a fé republicana. Não achas que ela resistirá brilhantemente – emergindo amanhã, rediviva dentre um espantoso acervo de perigos? Eu creio sinceramente que sim.

Adeus. Dê por mim um abraço em nossos amigos Dr. Brandão e Bernardo Veiga; um aperto de mão em todos os correligionários – e dispõe de quem é com estima real

Amigo Admirador  
Euclides da Cunha  
Rua Santa Isabel, 2

[à margem] Quando vens cá?

Escrevendo-lhe de novo Euclides duas semanas depois, a 1º de abril, depreende-se que nesse ínterim João Luís Alves lhe respondera, comentando o tópico e em concordância de opinião:

São Paulo, 1 de abril de 1897.  
João Luís

Desejo-te saúde e felicidade – assim como a toda a família.

Recebi a tua carta e respondo-a prontamente – exemplo digno de ser seguido. É escusado dizer, considerando o assunto capital de que trata – que estamos afinados pelo mesmo diapasão.

Compreendo a situação como a compreendes e alentam-me as mesmas esperanças.

Entretanto assalta-me profunda tristeza: é ver sobre a *débâcle* material de tudo neste país, a *débâcle* gravíssima de coisas que em geral se conservam intactas no meio das maiores catástrofes. O que me impressiona não são as *derrotas* – são as derrotas sem combate – em que o chão fica vazio de mortos e o exército se transforma num bando de fugidos!

Nunca supus que fôssemos passíveis de desastres desta ordem! NUNCA!

Será possível que a nossa República tenha quadros de tal ordem, que lembrem os últimos dias do Baixo Império? Descrente destas coisas, descrente desta terra – aonde lamento ter nascido – eu creio entretanto na vitalidade de um princípio. A República é imortal, e já que temos a felicidade de possuí-la, eu acredito que ela afinal galvanizará este povo agonizante e deprimido.

Aquele *lamento* acima escrito, não acredites seja apenas uma expressão sentimental – é um produto consciente, exprime realmente a mágoa mais profunda que tenho. Acho, realmente, ridículo o título de filho desta terra depois da vasta série de escândalos de toda sorte com que ela tem desmoralizado a História!

Não digas isto ao Dr. Brandão – não desejo que ele saiba que me invadiu este depauperante pessimismo. Que tenham ao menos esperanças os velhos-moços, conforme dizes bem, já que os moços envelheceram cedo, atravessando a *Selva oscura* das nossas grandes misérias. Vou encerrar esta carta que está assumindo aspecto demasiado lúgubre. Para outra vez conversaremos mais longamente. Responda-me logo para a Rua Santa Isabel nº 2, aonde ainda estou.

A minha família recomenda-te à tua.

Abraça-te o amigo

Euclides da Cunha

A carta seguinte, de 23 de julho, é escrita uma semana depois de publicada a segunda parte de “A nossa Vendéia”, a 17 de julho. Nela Euclides indaga do amigo se tem lido seus artigos:

São Paulo, 23 de julho de 1897.

João Luís

Saúdo-te desejando felicidades: recomenda-nos a toda a família.

Aconteceu afinal o que eu previa: os amigos da Campanha esqueceram o ausente. É singular porém que eu não me esqueça deles e no meio de uma terra mais agitada me recorde sempre.

Por que então esse silêncio?

O próprio Chico de Lemos, o último que com uma constância heróica sustentou uma correspondência regular – emudeceu bruscamente... Qual foi o desalmado que conspirou aí contra mim? Dirás – ninguém; eu digo – o tempo – apagando as afeições mais sólidas.

Aí vai talvez a minha última carta para a Campanha; digo, talvez, porque ainda creio, não estou de todo cético, ainda creio que me responderá.

Eu vou indo bem; a família boa; os filhinhos bons. Continuo abraçado à minha engenharia e nas horas vagas – como a vida é difícil e é preciso repartir a atividade, escrevo no *Estado* que não quer aceitar a minha colaboração gratuitamente. Não sei se tens lido os artigos meus, alguns assinados, outros não, mas fáceis de serem percebidos.

Não quero referir-me a assuntos políticos: não te quero assombrar com a minha tristeza imensa e amarga ironia com que encaro aos *maître-chanteurs* que nos governam. Felizmente a República é imortal! Resistirá *quand même*, a despeito de tudo (Escaparam-me dois francesismos detestáveis, desculpa-me).

Dê um abraço no Dr. Brandão que não me escreve, que não me escreverá talvez – o que não impede que o seu nome seja sempre pronunciado em minha casa com a mais respeitosa gratidão. Saudades ao comendador Bernardo, muitas saudades.

Recomende-nos a todos e acredite sempre no

Amigo

Euclides da Cunha

Rua Santa Isabel nº 2

[à margem] A Campanha vai ter um bispo... Parabéns??

Decorre menos de um mês – e já damos com o escritor na Bahia, como correspondente de guerra do jornal de sempre. Para ali seguira a bordo do *Espírito Santo*, viajando de 4 a 7 de agosto. Logo no dia 12, uma carta ao general Solon rompe o presumível silêncio para tratar de assunto bastante delicado, vendo-se Euclides em palpos de aranha para se explicar ao sogro, o que trata de fazer. Trechos dessa carta foram publicados na *Revista do Brasil*, n. 78, de junho de 1922, reproduzindo artigo de Maurício de Lacerda em *O Imparcial* (s/d), intitulado “A missão de Euclides”. O autor do artigo esclarece que Euclides se hospedara em Salvador “em casa do tio José”, cujo papel timbrado utiliza. Os trechos são os seguintes:

Deve estar surpreendido com a minha vinda à Bahia, inesperadamente. A minha missão é esta: fui convidado em São Paulo para estudar a região de Canudos e traçar os pontos principais da Campanha. Aceitei-a e vim. Além do assunto ser interessante, além de estar em jogo a felicidade da República, considere que tínheis um nobre papel em tudo isto e almejo defini-lo bem perante o futuro. Consegui-lo-ei? Anima-me a intenção de ser o mais justo possível: porei de lado todas as afeições para seguir retilineamente. Assim pensando aceitei uma apresentação do Dr. Campos Sales para o Dr. Luís Viana que me tratou gentilmente. É escusado, porém, declarar que motivos de or-



dem elevada fizeram com que agradecesse os seus oferecimentos. Aquela apresentação era indispensável não só para afastar injustas prevenções como também porque vindo eu no Estado-Maior do general Bittencourt e estando este hospedado com o governador, o que me obriga a ir diariamente a palácio, somente vexado cumpriria esse dever.

(...) Trago à Bahia a mais nobre e elevada aspiração e hei de realizá-la. Estou certo que meu velho amigo e chefe que me conhece bastante aprova-la-á inteiramente.

(...) Carta escrita às pressas, tão às pressas que inverti a folha de papel: são as preocupações constantes agravadas pelas saudades dos entes queridos.

O motivo dessa tortuosa explicação é que o sogro e o governador eram agora inimigos jurados, o primeiro tendo sido até o começo do ano comandante do 3º Distrito Militar, com sede na Bahia; e o estopim do dissídio fora justamente a Guerra de Canudos. A Expedição Tenente Pires Ferreira, ou primeira expedição contra Canudos, formara-se com forças estaduais. Mas a segunda, ou Expedição Major Febrônio de Brito, fora integrada por tropas federais, sob responsabilidade do comandante do distrito. O fracasso de mais essa expedição acabou provocando um desentendimento entre o general e o governador – cada um responsabilizando o outro pelo desastre – do qual resultara a demissão daquele.

No início da quarta expedição, ou Expedição Artur Oscar, o correspondente da *Gazeta de Notícias*, no Rio, procura o governador Luís Viana para uma entrevista a respeito da guerra, publicada a 7 de agosto de 1897. Este se defende da acusação de estar mancomunado com conselheiristas e monarquistas, negando ter pedido ao Governo da União a demissão do general Solon, a quem, em troca, atribui a acusação. Aproveita para atacar outro inimigo, o ex-vice-governador José Gonçalves, e repele a suspeita de que hostiliza o Exército.

Mas tem mais. O diligente repórter sai no encalço de José Gonçalves e publica sua entrevista a 17 de agosto. Este põe na conta de Luís Viana a derrota de todas as expedições e o clima de intranquilidade reinante. Sobre a atuação do governador, diz que “aqui reina o mais estúpido e brutal despotismo”. E sai em defesa do general Solon, o qual, segundo Luís Viana, se recusava a deixar a Bahia apesar de demitido e o intrigava com o Exército. Acrescenta que Luís Viana atrapalhara a ação do general porque, a seu ver, interferira na soberania do Estado.

As farpas com que os figurões se mimosearam mutuamente e a terceiros, a propósito, ou a despropósito, exigiram que Euclides desse uma explicação ao sogro: afinal, tomara a iniciativa de ir apertar a mão do governador. Sua carta data de cinco dias após a publicação da entrevista de Luís Viana no Rio. A crer em seus termos, o general Solon não estava a par de sua nova tarefa, aliás nebulosamente definida. Como se não bastasse – e o tom é de justificativa –, ainda precisa pedir desculpas por ter-se valido de uma apresentação do futuro presidente Campos Sales a Luís Viana, o álibi sendo Machado Bittencourt hóspede do governador, “o que me obriga a ir diariamente a palácio”. O caso é de fato delicado e o missivista multiplica negaceios, turvando ainda mais as águas.

Dias depois, uma carta a Reinaldo Porchat, de 20 de agosto, nem sequer alude ao assunto. Na qualidade de membro do Estado-Maior do ministro da Guerra, *doublé* de repórter, Euclides seguira junto com o ministro e com as tropas, a bordo do *Espírito Santo*, do que vai dando conta nas matérias que envia para o jornal. Ao amigo, apenas reclama da demora da estada em Salvador:

Bahia, 20 de agosto de 1897.

Porchat

Desejo-te saúde e felicidades assim como a toda a família.

Ainda aqui: estou há quinze dias e deves avaliar com que contrariedade. Estou bom, porém, e animado. Infelizmente o ministro não permitiu que eu o precedesse e fosse esperá-lo em Canudos; de sorte que temo não ir a tempo de assistir à queda do arraial maldito.

A vida aqui além de insípida é lúgubre – uma distração única – assistir à chegada dos feridos, assistir à partida de tropas. Uma coisa pavorosamente monótona. Custa-me a suportar a empresa – suporta-la-ei, porém, inflexivelmente; a despeito de tudo. Basta dizer-te que depois de grande constipação assaltou-me a hemoptise habitual, ontem. Nada disto, porém, me desanima; irei até aonde me levar o último resto de energia e só voltarei quando a marcha para a frente for um suicídio. Saudades ao Nogueira, saudades a todos os amigos e recomenda a toda a tua digna família o

Amigo

Euclides

Escreva-me para o Banco Comercial, aos cuidados do  
Sr. José Rodrigues Pimenta da Cunha – Bahia.

Entre os enredos infelizmente incompletos e as queixas quanto à saúde, freqüentes em sua epistolografia, Euclides encontrou tempo para outras atividades, inesperadas na conjuntura, como procurar Pethion de Villar e cuidar de literatura. Disso dá conta um cartão de visita (com os dizeres impressos: “Euclides da Cunha – Engenheiro militar”), sem data, contendo um bilhete dirigido ao médico e escritor baiano Egas Moniz Barreto de Aragão, que usava aquele pseudônimo<sup>3</sup>:

Ilustre Pethion de Villar

Ontem à noite procurei recordar alguns trechos dos  
“Holandeses” e dos “Bandeirantes”. Aí vão truncados, mal  
recordados. É uma lembrança vaga e nada mais.

Recado de quem seria feliz se fosse um confrade

Euclides

A anotar, a insinuação de vir a ser *confrade*, ou seja, colega de Academia. Posteriormente, duas outras cartas, datadas de São José do Rio Pardo a 15 de maio de 1900 e de Lorena a 6 de fevereiro de 1903, confirmarão esse contato pessoal efetuado em Salvador. Ambas aludem a um oferecimento que teria sido avançado por Pethion de Villar, “quando aí estive”, conforme a primeira, de traduzir para o francês o futuro livro sobre a Campanha; o que não veio a ocorrer. Mas o missivista aproveita para participar que o livro está pronto. Na segunda, agradece a carta recebida, em que o baiano louva *Os sertões*, e lembra de novo a promessa de tradução. Está em via de tornar-se de fato um confrade, mas em nível nacional e não estadual, dado que a carta a Machado de Assis, presidente da Academia Brasileira de Letras, apresentando sua candidatura, é de 21 de junho de 1903.

Voltando ao bilhete: *Os holandeses* deve ser o título provisório ou alternativo de um drama em versos inconcluso, do qual resta um trecho chamado “Calabar”, hipoteticamente atribuído ao ano de 1887. Quanto a *Os bandeirantes*, há dois poemas dedicados a Coelho Neto que nele poderiam se encaixar, pelo assunto. Um é “As catas”, que leva a data de Campanha, 1895; o outro é “Fragmentos de poesia”, datado de 1896. Todos figuram na seção “Poesia”, das *Obras completas*<sup>4</sup>. É de lamentar que os anexos referidos pelo bilhete se tenham perdido.

Em meio a tais rapapés versificados, Euclides ganharia dedicatória de Pethion de Villar a um soneto em francês, estampado na primeira página do *Diário da Bahia* de 10 de outubro de 1897, cinco dias após o término da guerra:

CAIN

A M. Euclides da Cunha

15... Possuitque Dominus Cain signum...

16... Egressusque Cain a facie Domini,  
habitavit profugus in terra...

(*Gênesis*, cap. IV)

Le carnage est fini: troués par la mitraille,  
Noirs de poudre, étendus sur des flaques de sang,  
Des cadavres partout, pêle-mêle, jonchant  
La plane où s'engouffra la terrible bataille.

Et la nuit va venir: le grand frisson descendu,  
Au loin, mille vautours volent pour la ripaille;  
L'Abandon, le Silence et le Néant qui baille:  
Pas un cri de pitié sur cet égorgement!

À poil, sur un cheval monstrueux qui se penche,  
Harassé, en flairant là puanteur des corps,  
Il apparait soudain, un Spectre à barbe blanche

Tout nu, l'oeil assouvi, qui, le poing sur la hanche,  
Solennel et muet, sans haine et sans remords,  
Traverse lentement l'arène de la Mort...

Bahia – le 9 octobre 1897.

Pethion de Villar

O mito de Caim foi caro aos românticos, que nele simbolizavam com sinal positivo o herói *maldito*, o rebelde, o desafiador das convenções burguesas. Entre os mais célebres poemas consagrados ao errante, anteriores a este, e de grande popularidade oitocentista, estão os de Victor Hugo na “*Légende des siècles*”, o “*Abel et Caïn*” de Baudelaire e o “*Qaïn*”

de Leconte de Lisle. Como sempre, os modelos franceses eram mais acessíveis aos brasileiros; mas nem por isso se devem esquecer as contribuições de Shelley e de Byron. Entretanto, a imagem visual evocada pelo soneto de Pethion de Villar lembra mais a iconografia dos quatro cavaleiros do Apocalipse – a Morte, um velho nu de barbas em sua esquelética montaria, lado a lado com a Peste, a Fome e a Guerra. Assim aparecem em inúmeras representações, inclusive a famosa de Albrecht Dürer. Aqui, o título alegoriza a natureza fratricida das lutas de Canudos.

Mais duas cartas a Reinaldo Porchat encerram o ano de 1897. Na primeira, de 27 de outubro, enviada da fazenda paterna, Euclides se mostra desolado por não ter podido ficar em São Paulo para presenciar as festas de recepção aos “teus valentes patrícios”, por motivo de doença. A alusão diz respeito às tropas paulistas do 6º batalhão de polícia que lutaram na guerra e que foram objeto de um artigo laudatório do escritor, “O batalhão de São Paulo”, que aparecera um dia antes, a 26 de outubro. Nele, Euclides menciona “a epopéia ainda não escrita dos *Bandeirantes*”.

Belém do Descalvado, 27 de outubro de  
1897.

Porchat

Desejo-te saúde e felicidades.

Desculpa-me o ter partido daí sem ter procurado ver-te.  
Saí doente – e ainda estou; ainda tenho restos da maldita febre.

Sou caipora! Não assisti às festas feitas aos teus valentes patrícios!

Não posso escrever muito: estou quebrando uma dieta para conversar um pouco contigo. Recomenda-me a toda a família. E escreva-me, escreva-me logo que receberes esta.

Estarei de volta nestes quinze dias.

Adeus. Receba um abraço do

Amigo

Euclides

A segunda, quase findo o ano, mostra o escritor juntando materiais para *Os sertões*, ao solicitar o envio de um livro sobre “mania religiosa”:



São Paulo, 19 de dezembro de 1897.

Meu caro Porchat

Aí estive um dia – rapidamente e não tive ocasião de abraçar-te. Volto logo para a roça porque me sinto outra vez doente. Desculpa-me, pois. O Mesquita acaba [de] dizer-me que o Franco da Rocha tem um livro sobre a Mania religiosa – e que me é destinado. Peço-te, pois, procurar aquele nosso amigo – e enviar-me o livro para o Descalvado (Estação da Aurora). Não registre, porém, porque ocasionaria maior demora. Adeus, vá desculpando sempre todas essas aparências de ingratidão do sempre

Amigo

Euclides da Cunha

Os tempos seguintes serão tomados pela feitura de *Os sertões* e, por isso mesmo, ficarão praticamente omissos em epistolografia. Só mais tarde é que esta recomeça a se intensificar, estando a tarefa terminada. O que faz supor, se não for uma imprudente dedução baseada naquilo que restou, que a Euclides não sobrava disposição para escrever outra coisa que não o livro. E a correspondência preservada após a publicação aumenta consideravelmente, na razão direta da mudança de *status* do autor.

### ***Notas***

1. *Correspondência de Euclides da Cunha*, São Paulo, Edusp, 1997.
2. Dessa fase, três cartas foram publicadas por Rosaura de Escobar no *Suplemento Euclidiano da Gazeta do Rio Pardo*, n. X, 1897, e três posteriores figuram nas principais coletâneas.
3. Devo este bilhete ao pesquisador e erudito Erthos Albino de Souza, que o encontrou e fotografou em Salvador; o autógrafo pertence a Antônio Paulo Góis de Araújo.
4. Euclides da Cunha, *Obras completas*, Rio de Janeiro, Aguillar, 1966, vol. I, p. 646-7, 652-5.







## CANUDOS 100 ANOS DEPOIS

DA VIDA COMUNITÁRIA AO SURGIMENTO DOS  
MOVIMENTOS FUNDAMENTALISTAS

"Pra o céu eu vou, nem que seja a porrete."  
*Sagarana*, de João Guimarães Rosa

Janice Theodoro\*

1897-1997. Estamos rememorando 100 anos da destruição do arraial de Canudos, no sertão da Bahia. Cabeças cortadas, casas queimadas, crianças órfãs e distribuídas a quem as quisesse e milhares de cadáveres espalhados pelo sertão. Foi o que restou ao findar a quarta expedição. Uma tragédia transformada em marco fundacional da República.

Parte desse território ocupado pelo arraial foi coberta pelas águas de um açude em 1968. Hoje, por causa das secas, as ruínas imersas ressurtem. Até parece que por teimosia a história de Canudos sobrevive à flor da terra. São ossos espalhados pelo chão, restos de balas e uma infinidade de pequenos casos contados e recontados aqui e ali que mantêm viva a lembrança trágica da guerra.

Canudos foi tema de reportagens, de romance, de teses e ainda hoje fertiliza o solo produzindo material inédito, hipóteses de estudo, imagens para historiadores, antropólogos e sociólogos. A documentação foi analisada por diversos ângulos sem superar a riqueza da experiência vivida no arraial.

---

\*Professora de História da América da Universidade de São Paulo.



O líder messiânico Antônio Conselheiro foi o personagem central desse drama histórico. Ele desafiou o novo regime político ancorado num cristianismo sertanejo, mantenedor de formas comunitárias de organização social, e acreditou piamente na autodeterminação do seu povo.

Fruto de uma natureza agreste, Conselheiro foi comerciante, caixeiro, escrivão de paz, um homem comprometido com as tradições agrárias da região. Como bom sertanejo que era, desconfiava dos modelos políticos tecidos pelas elites das cidades mais acostumadas a expulsar sertanejos do que a incorporá-los à vida urbana.

Nos períodos de seca era freqüente a construção de áreas cercadas na periferia das cidades. Tratava-se de verdadeiros campos de concentração criados para alojar os retirantes que chegavam às cidades em busca de alimentos, água e trabalho. Essa imagem é uma das mais candentes para caracterizar a distância entre a população do litoral e do interior<sup>1</sup>, ou seja, entre aqueles que viveram a história de Canudos e aqueles que se propuseram a contá-la.

### ***Quem é o jagunço, protagonista dessa história?***

É um homem com os dois pés na natureza.

Um personagem que alguns escritores descreveram como “bandido”, outros como “fanático”. A maior dificuldade que encontramos para recompor essa história resulta de que grande parte dos documentos produzidos na época sobre Canudos é originária de fontes vinculadas aos interesses republicanos, ou seja, dispomos apenas de relatos produzidos pelo Exército ou por homens a ele ligados. Falta sempre conhecer melhor o jagunço, a sua versão dos acontecimentos. Infelizmente, o jagunço permanece mais como pó, pó de terra, do que como narrador.

Frente a esse vazio documental podemos descobrir, ainda que escondido entre uma frase e outra, um jagunço? Não seria esse o primeiro passo para que possamos falar dele?

Reunindo uma série de fragmentos deixados aqui e ali pelos sobreviventes, de um lado e do outro do campo de batalha podemos compor uma imagem, tênue, introdutória apenas, do jagunço.

Em princípio não diria que o sertanejo é antes de tudo um forte<sup>2</sup>. Essa percepção é resultado de uma visão do militar. Ser forte é uma qualidade quando se quer subjugar outro homem, ou, no caso, a natureza.

Olhando por esse prisma, a natureza pode ser aliada ou inimiga, pois ela é um elemento distante, descolado do homem, mas que deve estar sempre, estrategicamente, a seu serviço.

Já o sertanejo se vê como parte dessa mesma natureza, ou seja, não existe distância entre ele e ela. Para o jagunço, não se trata de conhecer a natureza para dominar, mas conhecer para conviver com ela. Essa tênue e profunda diferença separa sertanejos de citadinos e muitas vezes aproxima o soldado do jagunço.

O correspondente especial do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, o Sr. capitão Manuel Benício, escreve um texto marcado por uma sensibilidade sertaneja que caracteriza bem o personagem central da nossa história. Diz ele:

Os tipos dos jagunços, em geral negros e mestiços fulos, são devidos à existência de privações e constantes riscos por que passam, como que mumificados, dando a lembrar a figura esquelética de um feiticeiro selvagem.

Conhecem pelo rastro se foi uma vaca ou um boi que veio beber na curva do rio; distinguem das pegadas dos parentes e amigos dos outros, dias depois, se o tempo não apagá-las do solo.

Cito um exemplo: o velho Barbosa, vaqueiro em Aracati, uma fazenda distante sete léguas de Canudos, é um tipo sertanejo traquejado, que conhece todas as manhas e artimanhas dos jagunços. Tem prestado inigualáveis serviços a esta, como já prestou à expedição Moreira César. Falarei disto adiante e vamos com o exemplo. Tendo acompanhado o Dr. Barreto Leite de um acampamento a outro, por isso que o capataz do doutor não pudera acompanhá-lo desde o começo da viagem, aí dormiram ambos e seguiram no dia seguinte. O lugar era pouco andado. Lá adiante o velho Barbosa parou e disse ao doutor:

- Ontem passou gente aqui e a cavalo...! E o cavalo era ruço. Espere...! Sim, ruço, e cego do olho esquerdo...!
  - Ora essa! Como pode você saber tanta coisa sem ter visto o cavalo?! Ou viu?!
  - Não. Mas vou-lhe mostrar. Vê o rastro do cavalo ainda fresco, não, seu doutor?
  - Vejo.
  - Agora note nestes pêlos brancos tremendo dos garranchos e ramos...
  - É verdade. Aí vejo.
  - Pois bem, os pêlos são do animal que passou. E sabe V. Sa. por que descobre estes pêlos por este lado e não pelo direito?
  - Não.
  - Porque, para o cavalo puxar tanto para este lado, a ponto de se arranhar nos ramos e galhos secos, é preciso que ele não veja desta banda.
- Continuaram a viagem e logo adiante encontraram descansando o capataz do doutor que passara por eles sem vê-los e à noite.
- De fato vinha num cavalo ruço e cego do olho esquerdo<sup>3</sup>.

Histórias como essa fazem parte de um longo repertório que caracteriza a vida do jagunço. A vida de um homem que procura construir mecanismos de sobrevivência harmonizando cotidianamente sua relação com o meio ambiente. Assim ele descobre como a natureza pode “obrar para ele”.

Essa descoberta feita ao longo de suas vidas permitiu que os habitantes de Canudos elaborassem estratégias consideradas fantásticas pelo próprio Exército brasileiro em combate.

É preciso notar que estes combatentes ferozes e misteriosos não eram vistos pelos nossos soldados, pois brigavam de emboscada, às ocultas, mudando de lugar a cada tiro, rastejando pelo solo como serpentes, por baixo dos lastrados de mambiras quando os serros não tinham outro esconderijo para nos emboscar.

Ou ainda:

Conhecedores de todos estes recantos, veredas, furnas, quando algum por escárnio surge no alto de um penhasco ou morro descampado e é logo alvejado por dezenas de tiros nossos, logo desaparece para surgir mais além como uma aparição sobrenatural de duende montês<sup>4</sup>.

O que significa essa narrativa hoje? Esse homem desperta a nossa admiração?

Creio que sim. Nestes 100 anos caminhamos.

O próprio texto do capitão Manuel Benício é um desses exemplos de admiração precoce arrancada no campo de batalha: “Não raro os jagunços nos atacam pela retaguarda em posição que havíamos tomado. Sem hipérbole, há um quê de fantástico nestes bandidos fanáticos”<sup>5</sup>.

Foram necessários 100 anos, muita literatura e desilusão política para conseguirmos olhar de frente as nossas raízes, nos alegrarmos com a nossa cor variada e nos conformarmos com o fato de que o trajeto da nossa história é torto.

Não se trata, evidentemente, neste momento de tomada de consciência, de inverter os papéis tornando o sertanejo o herói ao reverso. Nem se trata também de considerar o sertanejo e a Guerra de Canudos uma aula de coragem, força e dignidade. A vida no sertão era dura e a violência, freqüente. Se muitos jagunços foram decapitados, muitos soldados enfrentaram a morte lenta, ao estilo do sertão, deixando o inimigo morrer de barriga cortada bem devagar. Maldade foi o que não faltou nessa história, de ambos os lados. Para confirmar o que foi dito, basta lembrar a cena preparada pelos jagunços para a quarta expedição. Os combaten-

tes mortos na terceira expedição, três meses antes, estavam lá dependendo nas árvores esperando os novos batalhões!

Portanto, em termos de desgraça, a Guerra de Canudos representou igualmente a desrazão de ambas as partes. A tragédia maior dessa história não está somente nas mãos de quem concebeu os combates. Os mais perseverantes e empenhados na destruição de Canudos eram os brasileiros e brasileiras envergonhados com o atraso e a pobreza da terra. Supunham que, por eliminação, se poderia chegar à solução dos impasses sociais!

Para muitos contemporâneos do massacre, a modernidade era um quadro na parede que se comprava pronto, uma estética urbana importada aos pacotes e uma sociabilidade fria e distante no bom estilo inglês. Isso tudo, evidentemente, era uma imagem e foi essa a tragédia: acreditou-se nela!

### ***O jagunço e nós***

Hoje, 1997, já podemos ver uma certa parte do jagunço dentro de nós. Somos capazes de perguntar para dona Francisca de Almeida, neta de um sobrevivente, quem é o sertanejo e admirá-lo por sua sabedoria e não, obrigatoriamente, por sua energia corporal. Admirar um homem que, “se sente sede, bebe a água da raiz do umbuzeiro e a água armazenada nas folhas do gravatá. Se sente fome, come o coquinho do uricurizeiro e o mocó da macambira. Se falta farinha, bate o tronco do uricurizeiro e extrai bró, um tipo de farinha cor-de-rosa...”<sup>6</sup>, é um avanço.

Essa raiz de alma sugerida no texto de dona Francisca, essa identidade com a natureza, hoje, não nos incomoda mais. Não precisamos nem escondê-la nem arrancá-la. O primeiro passo foi dado. Os problemas ligados à terra continuam existindo, mas o dualismo cidade/campo foi ultrapassado. O sertão não virou mar, nem o açude virou escola, mas os impasses da vida do sertanejo voltaram a ser colocados no chão, na terra. Não resolvemos o problema da miséria no sertão, mas olhamos a história de forma mais realista, um pouco mais honesta, ou seja, sem criar inimigos imaginários...

### ***As cores de Canudos***

Antônio Conselheiro era considerado, especialmente no Sul do país, um mestiço. Uma das grandes qualidades do brasileiro é a sua enorme dificuldade de classificar. O território é muito grande, a luminosidade,



variada, o que permite às pessoas mudarem de cor constantemente, dependendo do tempo de exposição ao sol e do Estado da Federação em que vivem. No caso de Conselheiro, a cor de sua pele aliada à sua pobreza e ao fanatismo religioso compunham uma mistura que os republicanos caracterizavam como um pacote marcado pela degradação racial. Visões comuns na época e totalmente sem sentido hoje.

A população de Canudos foi muitas vezes descrita como formada por mestiços, negros e índios. Assim catalogada, ficava mais fácil desqualificá-la. Uma carta citada por Euclides da Cunha, de um vigário de Itu, caracteriza bem a imagem que na época se tinha do sertanejo:

...população suspeita e ociosa, armada até os dentes e cuja ocupação quase exclusiva consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metros de extensão, de tubos naturalmente fornecidos pelas solanáceas (canudos de pito), vicejantes em grande cópia à beira do rio<sup>7</sup>.

Em *Os sertões*, Euclides da Cunha parte dessa imagem para depois retocá-la com outras tonalidades. Na medida em que o Autor se aproxima do jagunço, personagem central do livro, sua percepção se altera, especialmente quando ele vê o jagunço de perto, lutando e morrendo. Nessa circunstância Euclides se permite admirá-lo. A mudança de posição não ocorreu apenas com Euclides da Cunha, mas também com outros escritores seus contemporâneos. Como nos lembra R. Levine<sup>8</sup>, Rui Barbosa se referia aos canudenses como "idiotas e escravos de galés", Nina Rodrigues analisava o crânio de Conselheiro em busca de sinais degenerativos da miscigenação e, posteriormente, Monteiro Lobato, Oliveira Viana e Paulo Prado falaram de Canudos como de um movimento cujas raízes estão assentadas na precariedade racial do grupo.

Com o passar dos anos fomos aprendendo, descobrindo que éramos e ainda somos sertanejos transplantados para as cidades. E, apesar do desejo republicano de enterrar o Brasil, o Brasil arcaico, pobre, messiânico, mestiço, caboclo, caipira, cafuzo, mulato, índio e negro, esse Brasil sobreviveu a Canudos e sobrevive ainda hoje perambulando pelas ruas.

### ***Razões e desrazões da guerra***

A oposição entre o sertão e o litoral se acentuava na medida em que as secas e a crise econômica deixavam os nordestinos com poucas condi-



ções de sobrevivência. A única forma de que o sertanejo dispunha para escapar à fome e à miséria era tentar migrar para outras regiões (região amazônica, por exemplo), já que estava impedido de entrar nas cidades mais próximas e não recebia nenhum apoio do Estado.

Diante de tantas dificuldades e insegurança, a cobrança de impostos (reforma fiscal) introduzida pelos republicanos representava uma exigência a mais para uma população demasiadamente sofrida. As rendas municipais, comprimidas pela crise econômica, eram na verdade um instrumento político utilizado pelas elites (em constante oposição) para expressarem seu poder. Nessas disputas, o povo sempre acabava por pagar as contas. Qualquer medida adotada pelo Estado representava, para o sertanejo, uma forma de prejudicá-lo ainda mais, uma maneira de aumentar a sua miséria, de retirar dele o pouco de água e comida que lhe restara.

A separação do Estado e da Igreja também não entusiasmava os sertanejos mais dispostos a acreditar em Deus do que nos ideais positivistas. A obrigatoriedade do casamento civil, por exemplo, assustava muita gente. Imaginou-se que a nova lei proibia o casamento de primos em primeiro grau, procedimento comum na região<sup>9</sup>. Também eram freqüentes as confusões quando um padre, sob ordens da sua congregação, exigia que pagassem para receber um sacramento. Qualquer mudança dessa natureza podia ser interpretada pela população como resultado da implantação do regime republicano.

Enfim, transformações de qualquer natureza significavam, no universo sertanejo, mudança para o pior. Descrente de instituições políticas inúteis, de discursos indecifráveis e de elites arrogantes, a população de Canudos preferiu apoiar um líder que vivia com ela e como ela, sendo capaz de propor formas de organização que dispensavam todo vínculo ou expectativa com o Estado brasileiro.

Diante de tanta miséria, integrar os brasileiros em torno dos ideais republicanos não fazia muito sentido para grande parte da população sertaneja. Ao contrário, para eles (sertanejos), a República representava, mais uma vez, *exclusão*. Exclusão de grande parte da população brasileira da vida econômica, política e social.

Esse era e ainda é (por incrível que pareça) o grande problema enfrentado pelo Estado brasileiro.

O crescimento das cidades se fazia acompanhar da crença em um novo modelo de sociedade baseado na idéia de liberdade individual, de novos princípios estéticos, higiênicos, em suma, de uma forma de vida

mais próxima da européia. Para os jagunços, esses temas, que emergiam junto com o pensamento republicano, não faziam nenhum sentido. Fazia sentido, isso sim, discutir a salvação da alma. Se tivessem a quem pedir ajuda mediante *relações de compromisso* e se de fato fossem ajudados, se pudessem ter seu cotidiano explicado, organizado, narrado, se encontrassem um personagem capaz de lhes oferecer segurança, estabilidade e respeito, sem dúvida esse homem, explicador das coisas, teria grandes chances de se transformar em líder da comunidade.

As relações de compadrio (ser padrinho de batismo é uma forma de criar um vínculo tão forte quanto o consangüíneo) e todos os tipos de compromisso interpessoal representavam para o jagunço a possibilidade de sobrevivência, de vida. Foram coisas impalpáveis como essas que Antônio Conselheiro ofereceu para todos aqueles que viviam em sua comunidade. Foi padrinho de muita gente. Ofereceu a salvação da alma, favoreceu a criação de compromissos interpessoais, organizou as relações de trabalho na comunidade e vinculou todo o cotidiano a uma religiosidade bem adaptada às necessidades do grupo. Um catolicismo sertanejo marcado por uma relação bem próxima com Deus. O flagelo como prática religiosa e o flagelo da vida cotidiana se transformavam, sob o olhar de Conselheiro, numa forma de penitência capaz de aproximar mais rapidamente esses homens da salvação e do paraíso.

Em suma, para o jagunço não fazia nenhum sentido defender o respeito à individualidade, valorizar a igualdade (o jagunço socializa a pobreza, divide a comida pouca) ou, ainda, levantar a bandeira da liberdade. Todos os princípios em voga nos centros urbanos soavam no sertão como ilusões citadinas, ou então como a possibilidade trágica de isolamento e morte. Por isso, muita gente vendeu seus bens por um valor inferior ao praticado na ocasião para poder seguir Antônio Conselheiro.

Manipulando habilmente relações de reciprocidade, religiosidade sertaneja e, mais que tudo, oratória, Antônio Conselheiro soube transformar o regime republicano numa espécie de demônio que deveria ser combatido. Mas esse era um tema periférico no seu repertório. Sua força junto à população se concentrava nas profecias, em sua visão milenarista e, principalmente, nos conselhos e pregações recheados de citações bíblicas capazes de abrir o caminho da salvação. A base de seu projeto era a montagem de uma comunidade cuja sobrevivência dependia mais do distanciamento do que da aproximação com a política dos monarquistas.

Portanto, Conselheiro procurava criar identidades entre os habitantes do seu arraial sem interesse efetivo em buscar apoio junto a um projeto político. O seu ideário não era compatível com a definição de um Estado Nacional e, nesse sentido, a figura de um monarca só era útil porque, ao mesmo tempo em que mantinha a ilusão de uma hierarquia, não interferia de fato no cotidiano da comunidade.

As acusações freqüentes de que o movimento recebia apoio dos monarquistas constituíam-se em argumento dos republicanos para legitimar a sua presença no cenário político. Por isso diziam sempre: "Jagunço é naturalmente monarquista!"<sup>10</sup>.

Travestidos de inimigos pelos republicanos, os jagunços passaram a representar tudo o que deveria ser negado, tudo o que a sociedade brasileira em transformação queria enterrar; no caso, a Monarquia era o elemento aglutinador da crítica.

### ***Canudos e a montagem do Estado Nacional***

Quais as razões que levaram o Governo a reprimir tão violentamente esse movimento?

Em 1897, a montagem do Estado Nacional exigia um compromisso com o mundo "moderno". E um dos pilares de sustentação da mudança desejada correspondia à negação de um Brasil rural marcado por tradições coronelísticas, sublevações populares, fanatismos religiosos que impediam a vitória de uma racionalidade urbana gerenciada por cidadãos livres, independentes e, portanto, capazes de montar um regime liberal.

Para visualizar melhor que tipo de percepção permitiu a destruição de Canudos, basta ler as propagandas da época. Elas dizem mais sobre o desejo de grande parte da população brasileira na destruição dessas gentes do que o próprio Exército em campanha:

#### **ESPANTOSO**

Por pessoas, recentemente chegadas de Canudos, ouvimos o seguinte: Que no último ataque, um grupo de valentes soldados, depois de ter esgotado a munição, lembrou-se de correr a pontapés os conselheiristas, confiados na resistência do calçado que foi comprado na popular casa O Monumento. Que idéia!...

(*Diário de Notícias*, 12 ago. 1897)<sup>11</sup>

O texto de galhofa ou a representação sensacionalista<sup>12</sup> da Guerra de Canudos era freqüente nos jornais, deixando claro quem deveria ser menosprezado e de que forma.

As propagandas ironizando Canudos traduziam a expressão do Brasil que precisava ser amputada da cultura nacional. Os republicanos eram adeptos de uma promessa de modernidade. Promessa frágil que se viu ameaçada por um assentamento popular, por uma imagem marcada pela melancolia de homens, mulheres e crianças embrutecidos pela miséria, pela terra e pela guerra. Essa visão do Brasil tinha de ser enterrada. Representava uma nação enferma repleta de homens que, aos olhos de muitos cidadãos da nova República, jamais constituiriam uma América democrática semelhante àquela desenhada por Tocqueville.

Quanto aos soldados, vale a pena fazer uma ressalva importante, já que a tendência, *a priori*, é imaginar o confronto entre o soldado e o jagunço. A verdadeira oposição não estava no sertão. Os tenazes e silenciosos opositores, artífices de um novo perfil do Estado Nacional, estavam lendo jornais, tomando chá com senhoras distintas e elegantes, identificando-se com as propagandas que vendiam imagens do progresso.

Quanto ao soldado, ele estava em missão. Não era o personagem que mais se identificava com o Estado em construção. Se por nascimento ou contingências de vida sua terra era aquela, o sertão, e se o seu alistamento havia sido forçado, esse soldado-jagunço sabia que devia matar para não morrer. A essa dificuldade somavam-se outras: as condições de abastecimento das tropas eram extremamente precárias; os salários, baixos; a higiene, deficiente, favorecendo a disseminação de inúmeras doenças entre os combatentes (varíola, malária, beribéri, disenteria, etc.). Tudo isso fazia com que o soldado muitas vezes preferisse fugir ou dar um tiro na própria mão para ser excluído da tropa. Insatisfeitos, muitos soldados, empurrados para o campo de batalha, marcavam a sua conduta pelo descuido, não sendo raro armamentos e provimentos acabarem nas mãos de jagunços. Nesse sentido, para inúmeros soldados, participar das expedições que se dirigiam a Canudos era, no mínimo, paradoxal.

Apesar de as reportagens e os textos da época, como *Os sertões*, transformarem esse soldado em artífice do Estado republicano, muita perplexidade escapa aqui e ali. O próprio Euclides da Cunha, partindo de



uma premissa racista, oscila no seu texto entre uma desvalorização do mestiço para depois, levado pelas evidências do campo de batalha, concluir com o reverso disso.

As informações publicadas no *Jornal do Comércio* em julho de 1897, no Rio de Janeiro, comprovam que muitos soldados preferiram não cumprir a missão até o fim, ou seja, não se identificaram totalmente com o Estado republicano, o que comprova a fraqueza da instituição: "Ontem desertou uma linha de 21 praças do piquete. As deserções estão se produzindo em massa"<sup>13</sup>.

A recíproca não era verdadeira. Ou seja, os jagunços só desertaram em algumas circunstâncias limites. Mas, em geral, preferiam morrer a se entregar. Portanto, a crença nas formas de vida instituída no arraial era mais forte do que a crença no Estado republicano, se considerarmos como *locus* de análise o campo de batalha.

As quatro expedições organizadas pelo Exército para combater os "fanáticos" foram denominadas, em conjunto, Guerra de Canudos. Contudo, os combates entre jagunços e soldados não impediram que o comércio e a mobilidade dos sertanejos fossem constantes na região, deixando entrever que a organização do arraial não podia ser compreendida apenas em termos de resistência à guerra, mas, sim, como uma forma de vida daquela região.

Ao ver reproduzidas em 1997 as imagens do sertão e dos sertanejos, somos tomados pela melancólica sensação, 100 anos depois, de que alguma coisa vai muito mal nesta Terra de Santa Cruz. A sensação é de que não teria sido necessário o uso de tanta violência. O jagunço continua lá, abandonado apesar das repúblicas. Não houve mudanças. A vitória do Exército apenas manteve o abandono da região. Nesse sentido, foi injusto e inútil matar toda aquela gente.

O que os republicanos queriam enterrar? Um Brasil pobre, um Brasil arcaico, um Brasil messiânico, um Brasil monárquico?

Mataram 25 mil jagunços e não enterraram esse Brasil.

Talvez seja esse o significado central de se retomar a história de Canudos 100 anos depois. Aprender a lição e não repetir o erro. Hoje, percebemos claramente que a retórica política era apenas retórica. Infelizmente, a vida do sertanejo não mudou apesar das repúblicas. E essa descoberta, comprovada historicamente, faz com que Canudos permaneça como dor, como culpa, como história interrompida na nossa memória.



## ***A memória de Canudos***

O tempo nos fez bem porque nos aproximou do sertão e nos deu outra chance, pós-Euclides da Cunha, de olhar com admiração para essa gente, expressão de um pedaço escondido da "alma" de cada brasileiro. É como se consentíssemos ter (também) dentro de nós, 100 anos depois, um pouco mais de jagunço, de cangaceiro e mesmo de soldado, ainda que morando na cidade e vendo televisão.

De onde vem essa nova identidade divinamente desenterrada por Guimarães Rosa no seu *Grande sertão: veredas*?

Creio que esse é um dos grandes desafios deste centenário. Resgatar, compor essa memória à luz das transformações do mundo contemporâneo, da crise do Estado moderno e do ressurgimento de inúmeros movimentos fundamentalistas.

Não se trata de reescrever a história na perspectiva dos vencidos. Tornar o jagunço herói. Herói faz mal. Não serve nem para plantar nem para colher. As duas narrativas – dos vencedores e dos vencidos – já foram trabalhadas e bem trabalhadas pela historiografia. Canudos, hoje, passa a ter um outro significado.

De forma emblemática, o movimento nos leva a pensar as formas de organização do Estado, incapaz de acolher no seu interior comunidades gestoras de princípios e valores sustentados por um mundo rural. Ou seja, comunidades que negam, pela sua origem e pelas suas formas de organização, o ideário de uma sociedade urbana, burguesa e industrializada. Hoje negam de uma forma peculiar. Querem resgatar os seus valores integrando-se, com a sua dignidade, às demandas de um mercado, de forma que não sejam destruídas as relações no interior do grupo.

## ***Comunitarismo e fundamentalismo***

Depois de 100 anos, a pós-modernidade mais nos espanta do que nos consola. Reviver Canudos corresponde a mapear a intolerância na qual se fundou o Estado republicano e outros tantos do Ocidente. Repensar Canudos à luz do Ocidente em crise, em crise com os seus modelos explicativos, em crise com as suas identidades nacionais, enfim, em crise com os seus valores, corresponde a enfrentar um dos temas mais controvertidos da atualidade: *comunitarismo e fundamentalismo*.

A discussão de Canudos, nesse sentido, é extremamente contem-

porânea. As imagens do sertão sustentam a crítica dos alicerces frágeis da pós-modernidade. O Estado republicano foi fundado tendo como base uma centena de promessas. Prometeram criar cidadãos que desfrutassem das mesmas oportunidades, prometeram comida para a população, prometeram educação para todos; enfim, prometeram criar um mundo melhor. Mas, infelizmente, o Estado republicano não deu conta do desafio proposto. A mesma história se repete desde as lutas de independência. São promessas tão utópicas quanto as profecias de Conselheiro. Afinal, quem são os fanáticos? Os conselheiristas ou os republicanos?

O Estado, em suas diferentes modalidades, Monarquia ou República, não integrou, não assimilou nem educou os segmentos pobres da população. O sistema político republicano, ao contrário, excluiu e marginalizou populações em todo o território nacional.

De tal forma essas contradições ficaram encravadas na vida de muitas nações que, após o fim da Guerra Fria, voltamos às origens. Ou seja, somos levados a pensar os processos de formação de guetos, a busca de um espaço político pelas minorias e o retorno às tradições comunitárias (étnicas). Em todo o mundo se buscam novas formas de sobrevivência sustentadas em valores fundamentais que, de fato, sejam comuns ao grupo em questão.

Canudos hoje nos leva a pensar como podemos instaurar um debate que permita a institucionalização de uma sociedade multicultural. A sobrevivência e o interesse que o tema desperta mostram o dinamismo que contém a história desses grupos capazes de mobilizar o interesse de muita gente, desafiando o tempo.

Onde está centrada a força dessa gente?

Na crítica à pós-modernidade, ao individualismo, à competição? Reviver Canudos corresponde a mapear a intolerância na qual se fundou o Estado republicano e outros tantos Estados do Ocidente. Pensar Canudos à luz do Ocidente em crise, em crise com os seus antigos modelos econômicos, políticos e sociais, corresponde a buscar uma explicação para um dos temas mais controvertidos da atualidade.

Como os modelos de sociedade (capitalista ou socialista) não responderam às necessidades do homem contemporâneo, parte-se em busca de uma nova solução. Como não se encontra um modelo pronto à frente, olhamos para trás e procuramos resgatar os valores tradicionais. Se a sociedade moderna deixou o homem totalmente só para responder a todos os desafios cotidianos, se em nome de uma cidadania abstrata ele

jamais teve condições de defender os seus interesses, se a sua privacidade só lhe serviu para morrer desamparado e se sobrevivem tantas dúvidas, a busca de solução para os impasses contemporâneos tenderá a caminhar em sentido inverso àquele sugerido pelo discurso da formação do Estado moderno. A individualidade e o individualismo serão postos em questão. Em contrapartida, alguns velhos argumentos e imagens oriundos da sociedade tradicional, ou, ainda, antigos valores ancorados em tradições religiosas, ressurgirão das trevas representando a única chance do indivíduo para encontrar um lugar ao sol. Sem a proteção do Estado, a família, a Igreja e, muitas vezes, o grupo étnico passam a ter uma importância muito maior como espaço de identidade e de tolerância diante de um mundo extremamente competitivo.

Nesse sentido, o próximo milênio, ao mesmo tempo que desponta como a época da globalização, desperta também nos homens escravizados pela sua independência uma saudade ancestral, muitas vezes ilusória, do que foi a vida em comunidade. Imaginar, ainda que seja por um momento, que não se está totalmente só, mesmo que a frase tenha apenas sentido retórico, é muito bom.

Reviver Canudos hoje significa colocar em questão os nossos valores, as formas de organização política e a nossa precária capacidade de mudar o Brasil olhando para dentro. Como o Estado não encontrou ainda uma resposta ao desafio – a miséria do sertanejo –, restam sempre perguntas:

– A população do arraial de Canudos sob as ordens de Conselheiro não teria sabido, melhor que o Estado republicano, resolver os seus problemas cotidianos?

– A comunidade não estaria gestando mecanismos de solidariedade capazes de criar melhor rendimento no trabalho e soluções mais adequadas para os seus impasses?

Conselheiro (e os outros conselheiros que existem pelo sertão) não representaria um personagem com o qual se poderia negociar, discutir alternativas, como se fez, por exemplo, com o padre Cícero?

A história de Canudos nos auxilia a pensar uma das questões mais candentes da história contemporânea: as minorias nacionais e os seus direitos de autodeterminação frente ao Estado. Este é o tema que emerge 100 anos depois e que tem como base a busca de soluções para conflitos religiosos ou étnicos.

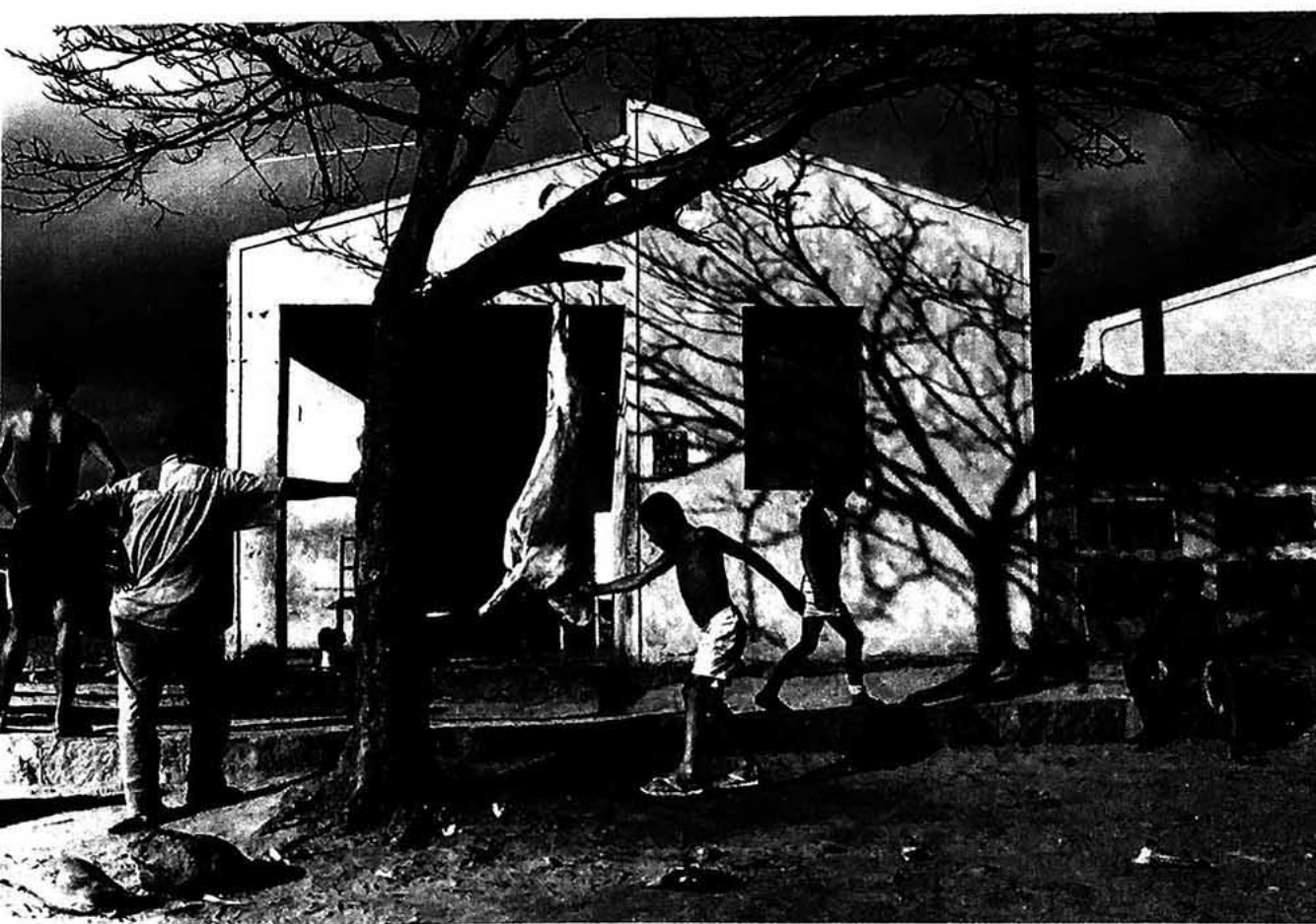
Não seria essa a semente deixada em 1897?

## Notas

1. Concordo com a hipótese de Robert M. Levine quando se refere à história de Canudos por meio da visão do litoral. O seu livro é um dos mais importantes e completos trabalhos sobre Canudos. *O sertão prometido – o massacre de Canudos*, São Paulo, Edusp, 1995, forneceu-me informações preciosas para a elaboração deste artigo.
2. Euclides da Cunha, *Os sertões*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1957, p. 101.
3. Walnice Nogueira Galvão, *No calor da hora – um estudo sobre a representação jornalística da Guerra de Canudos*. Tese de livre-docência defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 3 volumes, 1972. Trecho extraído do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro de 3 de agosto de 1897.
4. Trecho extraído do *Jornal do Comércio* de 3 de agosto de 1897 na tese citada de Walnice Nogueira Galvão.
5. Walnice Nogueira Galvão, op. cit., vol. II, p. 135.
6. *Jornal da USP*, 24 fev. a 2 mar. 1997, p. 12.
7. Euclides da Cunha, op. cit., p. 160.
8. Op. cit., p. 68-70.
9. Robert M. Levine analisa esse tema no livro *O sertão prometido – o massacre de Canudos*, São Paulo, Edusp, 1995, p. 212.
10. Robert M. Levine, op. cit., p. 292-4.
11. Walnice Nogueira Galvão, op. cit., vol. I, p. 57.
12. Termo utilizado por Walnice Nogueira Galvão na obra citada quando analisa as diferentes formas de representação na imprensa da Guerra de Canudos. Os textos estão agrupados em representação galhofeira, sensacionalista, ponderada e de reportagem.
13. Walnice Nogueira Galvão, op. cit., vol. II, p. 216.







Abate de bode. Canudos - BA, 1996

## CANUDOS – AS VOZES PERDIDAS

Jerusa Pires Ferreira\*

Em 1974, o mestrado em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia tinha como tema *O sertão*. Saindo do espaço das Letras, pedi a orientação de José Calasans e passei a partilhar sua paixão pelo sertão, pelos folhetos de cordel, pela figura do Conselheiro. Na cidade da Bahia, Mário Cravo criou a grande escultura do beato de alparcatas, braços para o alto (tão próximo das figuras de Portinari), configuração de rebeldia e esperança mas também de desespero. Implantada em vários espaços, seria um dia aflitivamente colocada na velha Faculdade de Medicina, em frente ao Instituto Nina Rodrigues, marca povoadora da imaginação de tanta gente.

Foi naquela ocasião que reuni muitos folhetos e me iniciei nos mistérios dessa literatura que contém tantas vozes sertanejas.

Há ainda um fato que merece ser destacado, em parêntese. O envolvimento familiar com a “distante” Guerra de Canudos, pois Manuel da Silva Pires Ferreira, o tenente Pires Ferreira, era pai de meu sogro, uma

---

\*Professora de Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

figura doméstica tutelar, e da parede da sala de jantar nos olhava de dentro de seu retrato, feito pelo grande pintor baiano Alberto Valença, seu sobrinho. Esperto ou fujão, conseqüente como personagem do drama, salvando a pele ou prudentemente evitando o massacre, ele que um dia seria um personagem tão presente no romance de Mario Vargas Llosa<sup>1</sup>. Nome de rua e com memorial em praça, era figura viva em seus vestígios familiares. Fardas, medalhas, armas que foram doadas a um clube da cidade... A outra parte do novelo era a presença do Conselheiro e a gente de Canudos, sempre presentes no espaço mítico e cultural da Bahia.

O interessante é que quando pensamos em Canudos nos chegam tantos ícones, uma memória visual que, em geral, se alimenta de imagens e de signos impressos. Antigas fotos estranhas em espaço-jornal e ainda fotografias e desenhos de muitos de nossos artistas, a nos trazerem as imagens do "líder" e da "Tróia" de taipa. Ou mesmo o espaço dos labirintos do desespero, construídos nas maquetes da exposição montada em 1993 no Museu Eugênio Teixeira Leal, levando-nos ao compromisso de alguma coisa mais do que apenas imaginar. Mas e as vozes que desapareceram com o extermínio do tumulto, onde ficaram?

### ***A voz da voz e do escrito***

Resolvi portanto buscar um pouco desses ecos e dos tipos de vozes que ainda nos chegam em documentos impressos e em folhetos de cordel. Estes organizam fragmentos mitopoéticos colados ao relato dos sucedidos ou dos "sucessos", trazendo-nos algumas possibilidades de escuta. O folheto, gênero impresso de oralidade mista, escrito a partir do imenso repertório das matrizes orais do imaginário, a perder de vista, e em que se inscreve o tempo histórico, reúne as fabulações coletivas e a construção pessoal dos fatos. Leva-nos a captar não apenas vozes, mas elementos que apontam para a coesão de uma visão de mundo ancestral e popular, que sobrevive no bojo do conflito.

Partindo então para uma busca de materiais, é o próprio José Calasans que nos fala de um "hinário canudense", da "gesta do Vaza-Barris", de um ciclo poético, e chega mesmo a propor um *Cancioneiro histórico de Canudos*. Em tudo isso, dá para pensar no que se disse, ouviu ou falou no espaço/tempo da guerra e no que se captou depois pela boca do povo, em transmissão contínua e ainda no registro dos estudiosos, textos escritos ressumando oralidade. Em seu livro *Canudos na literatu-*

ra de cordel<sup>2</sup>, ao citar a contribuição do poeta popular João Melquíades<sup>3</sup>, aliás um dos grandes poetas dessa literatura do povo, José Calasans nos traz o depoimento de um poeta que participou da luta. É, no dizer do autor, a única obra de cordel feita por um soldado combatente. Seria interessante constatar a contradição. Como soldado, batalhava pela República, mas a sua formação e a base de imaginação deveriam conter os mesmos elementos do universo do Conselheiro e de seus seguidores. Seria preciso dizer, entretanto, que, ao oferecer-nos a lista dos poetas que versaram Canudos, se tem toda uma seqüência a ser abordada, levando em conta o registro cultural e poético de seus autores. Alguns são recriados ou simulam o universo de nossa poesia popular. No de Melquíades ressoa a voz da tradição e a crítica da guerra.

Ao publicar os ABCs recolhidos por Euclides da Cunha, inclusive um de sugestivo título, *ABC das incredulidades*, comenta Calasans que Euclides é um dos primeiros ensaístas brasileiros a julgar válidas as fontes orais para a elaboração da história dos povos. Tem o mesmo título a versão coligida por José Aras, em que, ao longo de uma seqüência narrativa, se insere o registro oral de: "Quando a corneta chamô/ Pajeú gritô – vamo gente/ Que o anticristo voltou". O livro aponta para diversas tendências de registro oral do tema de Canudos e, em sua simplicidade, abre pistas notáveis para quem queira trabalhar no futuro.

Nesse elenco de poetas tão diversos, com posturas diferentes, pode-se recuperar uma construção comum que os aproxima – o fato de todos eles apontarem para a redenção do Conselheiro, mesmo quando o censuram ou condenam. Num folheto de José Aras, São Pedro, o porteiro do céu, rejeita Moreira César e acolhe o Conselheiro:

Descansa aí teu bastão  
criarei um lugar novo  
pra descanso do teu povo  
até vir a redenção.

E o próprio historiador constata que a voz do povo ainda continua enaltecendo o Conselheiro.

O relatório de frei João Evangelista, apresentado também por José Calasans<sup>4</sup> e glosado por Vargas Llosa no seu romance, aponta para uma visualização que nos põe diante de um missionário-etnógrafo, procurando dar conta de situações como aquela em que ele compara os fiéis a um acampamento de beduínos. Quanto ao Conselheiro, parece ter saído daí



o famoso retrato que praticamente todos os que cuidaram do tema, populares ou não, retomaram. Assim nos diz o missionário:

... refeitos um pouco da nossa penosa viagem dirigimo-nos para a Capela, onde se achava então Antônio Conselheiro, assistindo aos trabalhos da construção. Ele detecta então algo que é fundamental nesta busca das vozes desaparecidas: a organização de um coro de vozes, quando constata que, ao passar, disseram todos: "Louvado seja nosso senhor Jesus Cristo", e adiante nos conta que as primeiras palavras que trocaram versaram sobre as obras que se construíram. Dramatiza ainda a cena em que o coro se confirma: "Já eles a uma voz clamavam: Nós queremos acompanhar o nosso conselheiro".

concluindo que este os fez calar. Paul Zumthor<sup>5</sup>, num comentário pertinente sobre a oralidade em situação, nos lembra que, em algumas culturas, a voz do chefe deve ser contida ou remeter ao silêncio.

Há nesse relatório a constante organização de situações de diálogo que trazem, sempre que possível, a fala épica e o texto de conversão, tão corrente numa situação colonizadora ou nos diálogos de santos e gentios, como é, por exemplo, o caso dos "Diálogos" de São Gregório<sup>6</sup>, reproduzidos no *Livro de São Cipriano*.

A França, que é uma das principais nações da Europa, foi *monarquia* por muitos séculos, mas há mais de 20 anos é *República*; e todo o povo, sem exceção dos monarquistas de lá, obedece às autoridades e leis do governo. Nós mesmos aqui no Brasil... Somente vós não vos quereis sujeitar? É mau pensar esse, é uma doutrina errada a vossa.

Na seqüência dessa construção textual vem o estereótipo da interrupção da voz do sábio, daquele que detém as verdades, pela turba. Ao pedir aos seguidores do Conselheiro que se desarmassem, a resposta é, em seguida, aquilo que pareceria desobediência: "Eu não desarmo". Ao escutar a sua voz de conversor estaríamos diante daquilo que Augusto Roa Bastos denomina "a voz tutorial", ao tratar do Paraguai e das conflituosas relações entre o mundo da voz oficial, da escritura e das culturas que chama de condenadas<sup>7</sup>.

### ***Ecoss de antigas vozes, receio de antigos/novos poderes***

Como se sabe, além dos folhetos trazidos por José Calasans, há uma profusão daqueles que tratam da Guerra de Canudos e que nos transferem uma percepção do acontecimento, mantendo a dimensão de uni-

dade do grande texto oral. Aproveito para trazer e comentar aqui dois folhetos: um de Minelvino Francisco da Silva<sup>8</sup> e outro de Rodolfo Coelho Cavalcanti<sup>9</sup>. Poetas muito diversos entre si, por temperamento e qualidade, tiveram ambos a preocupação de reviver Canudos e o Conselheiro, o desastre da guerra e das vidas.

Há sempre uma certa ambigüidade no posicionamento dos poetas populares ao tratarem uma figura e uma situação como essas.

No caso, Rodolfo, identificado com a ordem, tanto que criou uma associação de poetas denominados trovadores, com suas alcunhas, e a denominou *A Ordem Brasileira dos Poetas de Literatura de Cordel*, buscando sempre a proteção do "poder". Ele tanto manifesta rejeição ao líder de Canudos quanto, simultaneamente, expressa a admiração que vem responder a uma certa unidade do ideário de seu público.

Minelvino aparece também em seu folheto comprometido com a condição de "trovador" que quer se inscrever na aceitação dos poderosos (note-se que a literatura popular sempre esteve, mais do que nenhuma outra, sob censura e mesmo perseguição policial). Naturalmente, essa ambigüidade ao tratar da figura do Conselheiro, como em outros tantos casos (o de Lampião, por exemplo), os faria oscilar entre a condenação e o respeito, o aviltamento e a defesa da figura em foco. Assim se lê no folheto de Rodolfo:

Conselheiro estava morto  
Por sofrer tanto revés  
porém morreu como Líder [note-se o L maiúsculo]  
Nos momentos mais cruéis.  
Foi ele um santo guerreiro  
Que teve o fim derradeiro  
Morrendo pelos fiéis.

E conclui ter sido ele "um bravo, um herói, fanático", pedindo no fim, no entanto, que "outro apareça mais não".

Minelvino é um dos nossos melhores poetas, dos mais inventivos, e dos nossos maiores xilógrafos, que vive em Itabuna, Bahia, e vai todo ano a Bom Jesus da Lapa, onde vende seus "benditos" gravados em fita cassete. Encontramos em seu folheto a recuperação de elementos que fazem parte de uma antiga matriz mitopoética recuperando passagens da *Bíblia* e de um imaginário ainda coeso. Assim ele relata o episódio que revive a construção do templo:

Com as pedras na cabeça  
Era grande a procissão  
Cantando lindos benditos  
De chamar mesmo a atenção  
Pra construir a Igreja  
E ganhar a salvação.

Numa seqüência, reproduz um bendito que teria sido cantado em Canudos:

Que o sol na terra clareia  
Valei-me meu Bom Jesus  
E a mãe de Deus das Candeias,

cuja sonoridade evoca um coro de vozes que se erguem da terra diretamente aos nossos ouvidos, numa voz meio gritada entre rouca e estridente que nos alcança, como se assistíssemos às primeiras manhãs do mundo. Continua recuperando o que assim, e mesmo de fora, conseguiu captar:

A tarde pelas 6 horas  
Aquele fogo cessava  
O povo do Conselheiro  
Na Igreja se juntava  
O terço da virgem Pura  
Cantando alto rezava,

situação de elevação que se contrapõe à fala dos vitoriosos ou à voz do poder que se imagina como a voz tonante:

E assim continuou  
Só as armas disparando  
É o grito de "se rendam".

O agouro vai sendo conduzido pelo poeta, que introduz, pela voz de um pássaro, um canto fúnebre:

Diz o povo popular  
mas eu não posso dar prova  
que aparecia nessa hora  
Tanta acauã velha e nova  
*Todas cantando diziam*  
Vai à cova, vai à cova.

Recupera assim as aves do mau presságio, o clima do agouro, re-produzindo o delírio e a chacina, o horror dos futuros corpos decapitados, conforme depoimento oral de José Calasans em vídeo e importantes documentos dos estudantes da Faculdade de Direito da Bahia, que se levantaram em protesto<sup>10</sup> na época da guerra. Quanto ao Conselheiro, o poeta nos conta que

Na última luta morreu  
que fizeram exumação  
arrancando o corpo seu  
já outros dizem que não  
ele desapareceu.

Aliás, o desaparecimento do rei ou do herói, como o rei Artur, dom Sebastião ou até o próprio Lampião, aqui se configura de maneira aproximada. Traz-nos ainda Minelvinho o registro de outros quadros da construção oral.

Os populares *cantavam*  
Naquela data sombria  
Esta música de Canudos  
E do que lá existia  
De acordo a mortandade  
A própria música dizia:  
"O urubu escreveu  
Uma carta ao delegado  
que está com o bico bambo  
de tanto comer soldado",  
ou "uma carta ao presidente  
que está com o bico bambo  
de comer carne de gente".

Bença papai, bença mamãe  
Eu vou pra Canudos  
Não sei se voltarei mais.

A República chora  
pelo mundo inteiro  
Coberto de luto  
O exército brasileiro.

Interessante é a citação feita pelo poeta a 'Os sertões de Euclides, quando roteiriza o seu caminho para escrever o folheto: "primeiro foi baseado nos contos e nos escritos/ não sei se é certo ou errado/ e ainda no trabalho/ o que foi *televisado*".

Esquece (e aliás não deveria fazê-lo) de mencionar sua competência, a partir de uma percepção que configura o universo da criação popular, o conhecimento e decantação de antigas matrizes culturais. O sebastianismo, as crenças, os ritos, as esperas messiânicas que vivem na poesia popular – busca de restauração de uma ordem ameaçada.

Minelvino também capta em seu folheto a grande matriz oral que lhe traz o mistério da pedra, apontando para certos tópicos fundantes dessa longa transmissão. A pedra está no centro de toda essa trama. Alude pois às pedras do sacrifício e às sagradas – os epítetos dados, seja pedra bonita, seja *pedra xingada*, em seu folheto (aquela em que o Conselheiro reconhece a blasfêmia). Configura-se assim “O profeta mágico”, aquele que tem o dom de decifrar<sup>11</sup>, além de prever.

No *Tristão* em prosa, um monge ensina ao herói que Merlin, o mago, profeta, sábio conselheiro, estabeleceu em tempos antigos nesse mosteiro uma pedra maravilhosa, a pedra que chora.

Cada detalhe, que poderia parecer gratuito ou esporádico, obedece a mecanismos assentados no imaginário. A *pedra da soberaneidade* da saga arturiana nos fala da instauração e da inauguração. A pedra nutrindo pessoas e preservando a vida dos que dela se aproximam e a contemplam: um dos tesouros do outro mundo que na viagem da busca (*la quête*) empreendida pelo herói tinha um papel fundamental. Talismã da vida, da nutrição, da graça e da comunhão. Tudo isso se reativa no episódio em que o “mago” ou “adivinho” Conselheiro descobre, entre tantas, a “pedra xingada”, como é descrita por Minelvino:

Bateu em todas as pedras  
Chegou na pedra xingada  
Disse a um moço que estava  
Fazendo a mesma empreitada  
Tire esta pedra daqui  
Que ela não vale nada.

Também Vargas Llosa em seu romance tem toda uma sensibilidade para captar referências da longa duração ou para a dramatização que sugere presenças.

É assim, portanto, que nos fala do Conselheiro: “Sua voz cavernosa ou de sabedoria os intimidava” (o que pode configurar um estereótipo), mas, em outra seqüência, não deixa de comentar: “Sua voz era persuasiva, chegava à alma sem passar pela cabeça”. De



algum modo, procura nos passar o retrato de uma voz diferente das outras que, em coro, entoavam benditos, e constrói a *performance* do protagonista. Destaca também, em outra seqüência, sua força de comando: “Em seguida com voz vibrante pediu que queimassem aquelas maldades escritas”.

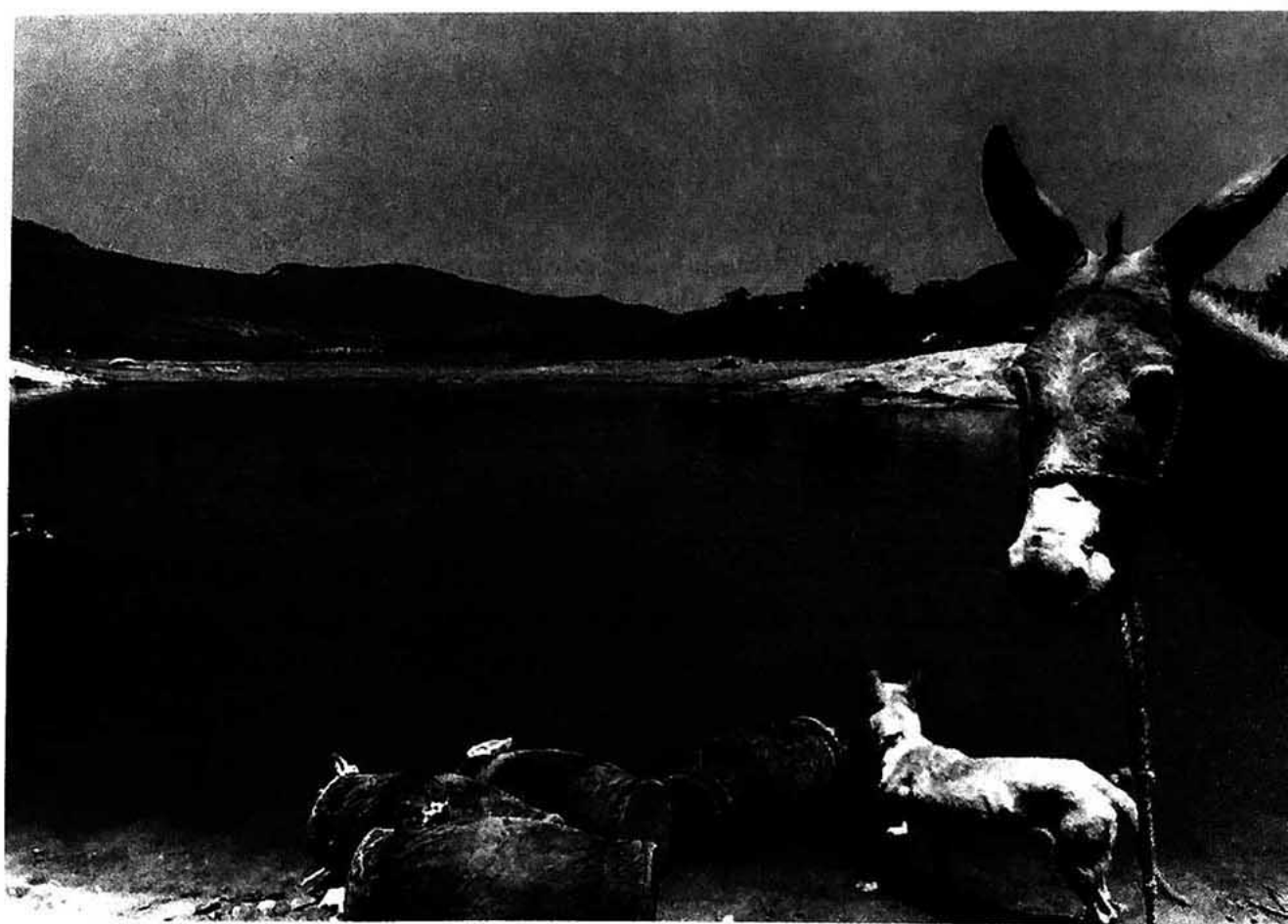
Voz feita para a *profecia*, diz-nos ainda o narrador que “as pessoas reconheceram nele um santo, cujas profecias tinham chegado aos seus ouvidos”. Aliás, esse é um campo propício para se explorar o caráter visionário da voz, plasmada em dimensão restauradora. Estaremos diante de uma vocigrafia<sup>12</sup> que nos pode revelar muito, se desenvolvida de modo a penetrar no drama como um todo.

Lembra-nos ainda Roa Bastos, em seus romances, a diversidade e alcance das vozes de agonia e de morte, as da oração e da poesia, aquelas que provêm de desempenhos que muitas vezes conseguimos recuperar. Distingue a voz de perto e a de longe, como entre as “ressonâncias de um aqueduto”, a voz do grito em pavor, a voz tonante do heroísmo ou do desespero, o camuflado em coragem (como aquela que se atribui a Moreira César), a de todos os tempos e a voz fugidia, as vozes concretas ou visionárias. Mas transparecem, a partir de tantos textos contados e recriados, vozes que se calaram, energias que se reuniram e que depois foram esmagadas. Ao evocá-las, trazemos para perto de nós, em nosso momento de inquietude, a intensidade de conflitos que comprometem a todos, e situamos os poderes de quem com a voz tutorial vence as guerras.

Não podemos também perder de vista que vozes de cânticos de adesão, de ritos sacrificiais, que passam da utopia à profecia, são aquelas que, herdeiras de construções imaginárias milenares, transmitindo uma forma própria de representar o cotidiano e o cosmos, preparam a rebelião.

## Notas

1. *A guerra do fim do mundo*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981. Trad. Remy Gorga Filho.
2. José Calasans, São Paulo, Ática, 1984.
3. João Melquíades Ferreira da Silva, o cantor de Borborema, nasceu em 1869 e faleceu em 1933. Cf. *Dicionário bio-bibliográfico de repentistas e poetas de bancada*, de Átila Augusto F. de Almeida e José Alves Sobrinho, João Pessoa, Editora Universitária, 1978.
4. Relatório apresentado por frei João Evangelista de Monte Marciano ao arcebispo da Bahia sobre "Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos", publicado (mantendo a grafia original de 1895) com apresentação de José Calasans. Cf. "Textos de José Calasans", *Revista USP*, n. 20, p. 6-27, São Paulo, CODAC, 1993-94.
5. *Introdução à poesia oral*, São Paulo, Hucitec/Educ – no prelo, trad. Jerusa Pires Ferreira e outros.
6. "Diálogos", in: *Livro de São Cipriano, uma legenda de Massas*, de Jerusa Pires Ferreira, São Paulo, Perspectiva, 1992.
7. *La vigília de las oralidades*, texto que apresentei ao Colloque Augusto Roa Bastos, Universidade de Poitiers/CNRS, 1996.
8. *História de Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos*, Itabuna, BA, 1977, 16 páginas.
9. *Antônio Conselheiro – O Santo Guerreiro de Canudos*, republicação em 1981, 8 páginas.
10. "A Faculdade de Direito da Bahia e a Guerra de Canudos", in: "Textos de José Calasans", *Revista USP*, n. 20, p. 8.
11. *Merlin le prophète*, de Paul Zumthor, Genebra, Slatkine reprints, 1973, livro em que se estuda a profecia política do mago Merlin e de como a voz se faz profecia.
12. *Pour une anthropologie des Voix*, textos reunidos por N. Revel e D. Rey-Hulman, Paris, Hamartan, 1993.



Monte Santo - BA, 1995

A GUERRA DE CANUDOS  
NA POESIA POPULAR\*

José Calasans\*\*

Canudos é um momento difícil da vida brasileira. A campanha contra Antônio Conselheiro, que Euclides da Cunha fixou em livro magnífico, movimentou e preocupou o Brasil, fazendo convergir para os sertões baianos as atenções do nosso Governo e do nosso povo.

No ano de 1897, quando a crise sertaneja atingiu seu ponto mais alto, o brasileiro não pensou noutra coisa senão naquela surpreendente e heróica resistência dos jagunços aos ataques das tropas aguerridas do Exército nacional. Houve, então, a necessidade da mobilização dos recursos nacionais para a completa destruição do fanatismo conselheirista. Por seu turno, numa atitude suicida, o homem do *Belo Monte* empregou todas as forças ao seu alcance para conter os soldados vindos do litoral, defensores da ordem republicana, que a exaltação dos espíritos considerava seriamente ameaçada.

Numa mobilização geral, como no caso em apreço, também são

---

\*Texto publicado pelo Centro de Estudos Bahianos em 1952 (esgotado).

\*\*Professor da Universidade Federal da Bahia.



convocados os poetas. A lira é arma de combate em muitas oportunidades. Versejando e cantando, o vate e o cantor contribuem para a vitória do seu grupo, exaltam seus heróis, ferem fundo os adversários, amenizam a desdita da grei. É sempre bom versejar e cantar.

Quem canta seu mal espanta  
Cantar ajuda a viver.

Ajudando a viver, conseqüentemente ajuda a lutar. Sabiam desta verdade os brasileiros de ambos os lados que se bateram nas caatingas do sertão. Cessada a luta terrível, continuaram os trovadores rememorando os fatos, recordando as figuras principais. O ciclo poético de Canudos avançou pelo tempo. O vulto histórico do Conselheiro passou para o domínio do folclore. Canta-se, hoje, em Cruz das Almas:

Antônio Conselheiro  
Vai guiando um avião  
Chorei, chorei.

Há, portanto, um grande número de composições da poética anônima que constitui o *cancioneiro histórico de Canudos*. Baseado em peças já registradas por alguns pesquisadores nacionais e, sobretudo, no material recolhido na tradição oral, consegui reunir um documentário apreciável, que noutro ensejo tentarei interpretar. Por enquanto, apenas o documentário.

1

Do céu veio uma luz  
Que Jesus Cristo mandou  
Sant' Antônio Aparecido  
Dos castigos nos livrou  
(Sergipe – Sílvio Romero)

2

Quem ouvir e não aprender  
Quem souber e não ensinar  
No dia de juízo  
Sua alma penará  
(Sergipe – Sílvio Romero)

3

O sol já se levanta  
Cheio de seu esplendô  
Antônio substitui Jesus  
Que do castigo nos livrou  
(Bahia)

4

O anticristo chegou  
Para o Brasil governá  
Mais aí está o Conselheiro  
Para dele nos livrá

(Bahia – Euclides da Cunha)

5

Quem quizer remédio santo  
Lenitivo para tudo  
Procure o Conselheiro  
Que ele está lá nos Canudos

(Sergipe)

6

Antônio Conselheiro  
Por ser conselheirista  
Briga com o governo  
Não tem medo da poliça.

(Bahia)

7

Santo Antônio Conselheiro  
Era um velho indiabrado  
Fez trincheira na Igreja  
Sem ser visto nem notado.

8

Antônio Conselheiro  
É home de opinião  
Matou Moreira César  
E venceu seu batalhão

(Bahia)

9

Antoninho Conselheiro  
É home de opinião  
No barulho de Horácio  
Pegava bala na mão

(Bahia)

10

No dia do fogo primeiro  
Mataram Antônio Conselheiro

(Bahia)

11

Quem será este selvagem  
Este vulgo santarrão:  
Que encoberto de coragem  
Fere luta no sertão  
(Rio – João do Rio)

12

Quem tiver sua mulata  
Prenda ela no cordão  
Que Antônio Conselheiro  
Tem unhas de gavião  
(Sergipe)

13

Santo Antônio Conselheiro  
Escreveu ao Presidente  
Que urubu tá de bico doce  
De comê carne de gente  
(Bahia)

14

Era Antônio Conselheiro  
De Canudos no sertão  
Resistindo à força armada  
Carabina e canhão  
(Bahia – Carlos Chiachio)

15

Conselheiro já foi trunfo  
Já fez o morto vivê  
Porém hoje tá plantado  
Nunca mais é de nascê  
(Ceará)

16

Já foi rei, já foi rei na Bahia  
Porém hoje tá plantado  
No currá da monarquia  
(Ceará)

17

Nosso Antônio Conselheiro  
No *reconco* da Bahia  
Brigou três anos  
O Sinhô-Ó-lá-lá  
A favô da monarquia  
(Bahia)

18

Antônio Conselheiro  
Vai guiando um avião  
Chorei, chorei  
(Bahia)

19

Coronel Moreira César  
Viva nosso Brigadeiro!  
Viva o quinto de Polícia!  
Viva o Exército brasileiro!  
(Bahia)

20

Moreira César  
Quem foi que te matou?  
Foi a bala de Canudos  
Que o Conselheiro mandou  
(Bahia)

21

Capitão Moreira César  
Chama-se "corta-pescoço"  
Veiu agora nesta guerra  
Deixar no sertão o osso  
(Bahia - A. Peixoto)

22

Capitão Moreira César  
Chama-se bota-lombriga  
Pois o chumbo é bom purgante  
Pra limpeza da barriga  
(Bahia - A. Peixoto)

23

Capitão Moreira César  
Anda de baixo p'ra riba  
Pois o medo é boa purga  
P'ra limpeza da barriga  
(Bahia - A. Peixoto)

24

Coronel Moreira César  
Folha de cana caiana  
Tomou chumbo dos jagunços  
Foi morrer nas Umburanas  
(Bahia)

25

Coronel Moreira César  
Nó de cana caiana  
Tomou chumbo nas Queimada  
Foi morrer nas Umbaranas  
(Bahia – A. Peixoto)

26

Capitão Moreira César  
Folha de cana caiana  
Tomou chumbo nas Porteiras  
Foi morrer nas Umburanas  
(Bahia – A. Peixoto)

27

Coronel Moreira César  
Olhos de cana caiana  
Foi ferido nos Canudos  
Foi morrer nas Umburanas  
(Sergipe)

28

Capitão Moreira César  
Foi a guerra e não venceu  
Está com oito que vence  
Nas nove aribu comeu  
(Bahia – Pedro Calmon)

29

Capitão Moreira César  
Quatorze guerras venceu  
A terceira não inteirou  
No Belo Monte morreu  
(Sergipe)

30

Quando eu fui para Canudos  
Moreira César mais eu  
Quando eu cheguei em Canudos  
Moreira César morreu

31

O povo do Conselheiro  
Por atirá como reza  
Quando eu cheguei em Canudos  
Mataram Moreira César  
(Bahia)



32

Capitão Moreira César  
Moradô do rio do Su  
Foi brigá no Belo Monte  
Foi dá carne aos urubu  
(Bahia)

33

Moreira César morreu  
Ao colocar um canhão  
Um jagunço deu-lhe um tiro  
No fundo do coração  
(Bahia)

34

Capitão Moreira César  
No seu cavalo alasão  
Virava-se Jesuino  
Venceremos batalhão

35

Venceremos batalhão  
Certamente é de vencê  
Que p'ra mandá a notícia  
Lá pro Rio de Janeiro  
(Bahia)

36

O valente Moreira César  
Confiou na valentia  
Dirigiu-se ao nosso Belo Monte  
Para acabar com o Conselheiro  
Quando ele morreu sem brigá  
(Bahia)

37

Este Capitão Salomão  
Comandante de artilharia  
Também perdeu a vida  
Com Moreira César e Tamarindo  
Quando com bravura nos repelia  
(Bahia)

38

O Coronel Tupi Caldas  
De fato nada temia

Mas perdeu da mesma maneira  
Porque os atos do nosso Bom Jesus  
Só o nosso Deus desfazia  
(Bahia)

39

De Sergipe iam as tropas  
A jornada era a pé  
Passaram em Várzea da Ema  
Tejipan e Macambira  
Soldados cheios de fé  
E outros cheios de ira  
Eles eram comandados  
Pelo bravo Savagé  
(Sergipe)

40

Mandou fazer-me convite  
General Artur Oscar  
Para eu ir para Canudos  
O Conselheiro acabar  
Vou-me embora, vou-me embora  
Quando acabar de dansar  
(Ceará – Gustavo Barroso)

41

Artur Oscar  
Se você morrer  
Vem me buscar?

42

Maria Helena  
Se eu morrer  
Você tem pena?  
(Pernambuco)

43

O Alferes Vanderlei  
É bicho de opinião  
Quando foi para Canudos  
Foi em frente ao batalhão  
(Sergipe)

44

Alferes Francisco Teles  
Por ser bicho de arrelia  
Quando foi para Canudos

Baixou logo enfermaria  
(Sergipe)

45  
Tenente Olavo Gonçalves  
Diz que um balasio levou  
Chegou sem arranhão  
Muita bravura contou  
(Sergipe)

46  
Tenente João  
A inspeção foi negada  
Usou alho... e sal nas botas  
Teve febre e perna inchada  
(Sergipe)

47  
Pobre tenente Zuzarte  
Tão valente e denodado  
Com fome comeu raízes  
E morreu envenenado  
(Sergipe)

48  
Os urubus de Canudos  
Escreveu ao Presidente  
Que já tão de bico fino  
De comê carne de gente  
(Sergipe)

49  
Quem for para Canudos  
Leve contas p'ra rezá  
Que Canudos é o inferno  
Onde as almas vão pená  
(Sergipe)

50  
Uma velha, muito velha  
Das perninhas de socó  
Assistiu o batalhão nono  
Passar em Cocorobó  
(Sergipe)

51  
O navio que nos pegou  
Era um pouco bandoleiro

Nos pegou na Bahia  
Nos levou p'ro Conselheiro  
(Sergipe)

52  
O navio entrou na barra  
O mundo ficou azul  
Adeus Barra dos Coqueiros  
Capital do Aracaju  
(Sergipe)

53  
As mulheres de Canudos  
Guerream com água quente  
Os meninos com pedradas  
Fazem voltar muita gente  
(Sergipe)

54  
Os jagunços assaltam víveres  
Barricas de bacalhau  
Os soldados mortos à fome  
Comiam raízes de pau  
(Sergipe)

55  
Oh! meu camarada  
Quem te trouxe por aqui?  
Vim da guerra de Canudos  
Mais eu não morri  
(Bahia)

56  
No dia do fogo cerrado  
Mataram todo soldado  
(Bahia)

57  
Eu de um bem que conto bem  
Mas de dois conto tudo  
Viva o povo que morreu  
Nesta guerra de Canudos

58  
D. Sebastião já chegou  
E traz muito regimento

Acabando o civil  
E fazendo o casamento  
(Bahia – Euclides da Cunha)

59

Visita nos vem fazer  
Nosso rei D. Sebastião  
Coitado daquele pobre  
Que tiver na lei do cão  
(Bahia – Euclides da Cunha)

60

Garantidos pela lei  
Aqueles malvados estão  
Nós temos a lei de Deus  
Eles tem a lei do cão  
(Bahia – Euclides da Cunha)

61

Bem desgraçados são eles  
Para fazerem eleição  
Abatendo a lei de Deus  
Suspendendo a lei do cão  
(Bahia – Euclides da Cunha)

62

Casamento vão fazendo  
Só para o povo iludi  
Vão casar o povo todo  
No casamento civil  
(Bahia – Euclides da Cunha)

63

Saiu D. Pedro II  
Para o Reino de Lisboa  
Acabou-se a monarquia  
O Brasil ficou atôa  
(Bahia – Euclides da Cunha)

64

Este povo está perdido  
Está sem arrumação  
O culpado disso tudo  
É o chefe da nação  
(Bahia)



## ***Referências bibliográficas***

BARROSO, Gustavo. *Ao som da viola*. Rio de Janeiro, 1949.

CALMON, Pedro. *História do Brasil na poesia do povo*. Rio de Janeiro, Editora A Noite.

CHIACHIO, Carlos. *Euclides da Cunha – Aspectos singulares*. Edições ALA.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 7. ed. Rio de Janeiro.

GOYAZ, João. "Seguidilhas de Goiás", *Revista da Língua Portuguesa*, n. 62, 1928.

PEIXOTO, Afrânio. *Missangas*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1931.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, H. Garnier Livreiro Editor, 1908.

ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro.

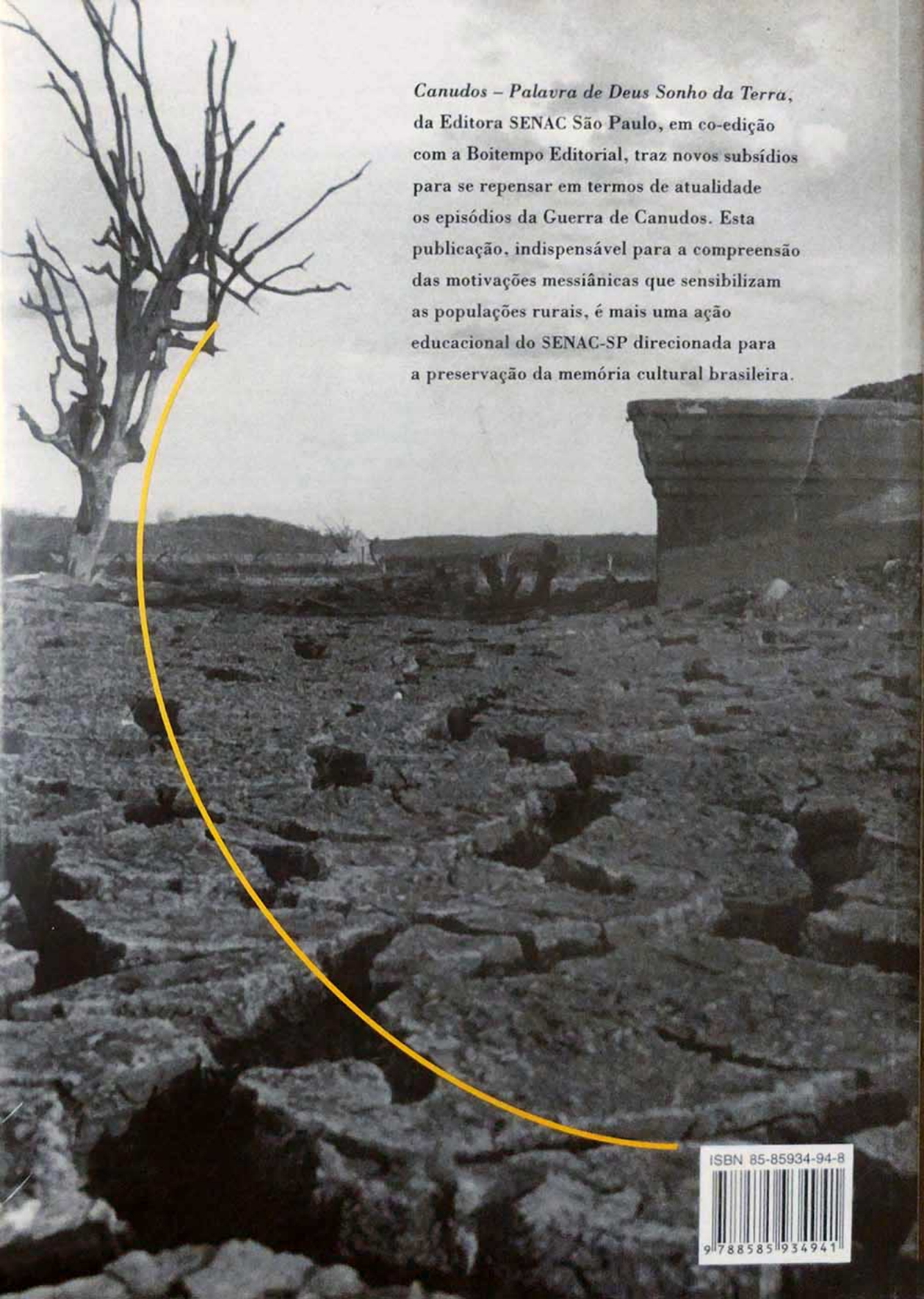
*Canudos – Palavra de Deus Sonho da Terra* reúne especialistas brasileiros de várias áreas das ciências humanas para discutir a Guerra de Canudos, cem anos após o último combate. São suas referências fontes eruditas, representadas sobretudo pelo livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e da cultura popular, em especial a literatura de cordel. Na perspectiva de cada um está não apenas o registro do que aconteceu em Belo Monte mas também o sentido de como esses fatos do passado sobressaem na atualidade.

Colaboraram nesta coletânea: Renato Janine Ribeiro, discutindo aspectos relevantes da cidadania brasileira a partir dos eventos de Canudos; Rodrigo Lacerda, apresentando uma síntese histórica desses eventos, e Bárbara de Leonardis, caracterizando a paisagem da região do conflito; Francisco Foot Hardman, mostrando como certos atores de Canudos têm sucedâneos, hoje, que desenvolvem práticas equivalentes; Adilson Citelli, problematizando o caráter ideológico dos discursos cultos sobre os episódios de Belo Monte; Roberto Ventura, opondo a cidade “letrada” à “iletrada”, a partir de Euclides da Cunha; Walnice Nogueira Galvão, resgatando cartas escritas por esse escritor nos anos da guerra; Janice Theodoro da Silva, tematizando o messianismo e suas decorrências atuais; finalmente, Jerusa Pires Ferreira e José Calasans, privilegiando fontes populares de forma a apresentar imagens da guerra de quem ficou à margem da história.

Completa a coletânea o estudo fotográfico de Ed Viggiani. São dez fotos da região de Canudos que encabeçam os capítulos, retratando a paisagem e o cotidiano de seus habitantes.



Foto: Ruínas da Igreja Velha, Açude de Cocorobó  
Ed Viggiani.



*Canudos – Palavra de Deus Sonho da Terra*,  
da Editora SENAC São Paulo, em co-edição  
com a Boitempo Editorial, traz novos subsídios  
para se repensar em termos de atualidade  
os episódios da Guerra de Canudos. Esta  
publicação, indispensável para a compreensão  
das motivações messiânicas que sensibilizam  
as populações rurais, é mais uma ação  
educacional do SENAC-SP direcionada para  
a preservação da memória cultural brasileira.

ISBN 85-85934-94-8



9 788585 934941